

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

SÍLVIA COIMBRA HILTL

**A FORMAÇÃO NA RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA
PERSPECTIVA DA TRÍADE**

Rio Grande – RS

2022

SÍLVIA COIMBRA HILTL

**A FORMAÇÃO NA RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA
PERSPECTIVA DA TRÍADE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia R. C. Czarneski

Rio Grande – RS

2022

Ficha Catalográfica

H656f Hiltl, Sílvia Coimbra.
A formação na relação teórico-prática: desafios e possibilidades do estágio não obrigatório na perspectiva da tríade / Sílvia Coimbra Hiltl. – 2022.
114 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Rio Grande/RS, 2022.

Orientadora: Dra. Flávia Regina Costa Czarneski.

1. Estágio não obrigatório 2. Formação profissional 3. Mercado de trabalho I. Czarneski, Flávia Regina Costa II. Título.

CDU 331.5

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

SÍLVIA COIMBRA HILTL

A FORMAÇÃO NA RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA
PERSPECTIVA DA TRIÁDE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional — PROFIAP da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública, analisado pela Banca Examinadora abaixo discriminada:

Prof.^a Dr.^a Flávia Regina Costa Czarneski
(Orientadora – FURG)

Prof. Dr. Samuel Vinícius Bonato
(PROFIAP – FURG)

Prof.^a Dr.^a Sheila Kocourek
(PPGOP – UFSM)

Prof.^a Dr.^a Simone Portella Teixeira de Mello
(PROFIAP – UFPel)

Rio Grande, 30 de maio de 2022.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo e apoio em todos os momentos dessa jornada.

À Daiane, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, por sempre me apoiar e incentivar.

À Maria de Fátima, Diretora de Desenvolvimento Estudantil, pelo estímulo, pelas contribuições e pelas ideias.

Ao Paulo Claro, Coordenador de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante, pelo grande apoio.

À Flávia, minha orientadora, pelos ensinamentos, pelo apoio e pelas contribuições com meu trabalho.

Às professoras Sheila Kocourek e Simone Portella Teixeira de Mello, membros da banca de qualificação, e ao professor Samuel Vinícius Bonato, que se uniu a elas para a banca de defesa, pelas pertinentes contribuições.

Aos coordenadores de curso, professores orientadores de estágio não obrigatório e supervisores de estágio não obrigatório nas empresas, que colaboraram com a pesquisa, compartilhando suas experiências e seus conhecimentos, além de disponibilizarem seu tempo para isso.

Aos estagiários e ex-estagiários dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, do Campus Carreiros, que responderam ao questionário, contribuindo com a pesquisa.

Aos colegas do PROFIAP, pelos momentos vivenciados, em especial à Luciana, pela disposição em compartilhar seu material, suas experiências e seu tempo.

À professora Débora, pelo grande apoio, pelas orientações e por todo tempo que dedicou a contribuir com meu trabalho.

À amiga Clarisse, pelo suporte, pelo incentivo e pelo *abstract*.

RESUMO

O mercado de trabalho atual exige profissionais cada vez mais capacitados e experientes na sua área de atuação. Uma das formas de alcançar esse propósito é por meio do estágio, que é uma experiência na vida do estudante que lhe proporciona vivenciar o mundo do trabalho e aliar a teoria da sala de aula à prática, aprimorando sua formação acadêmica. O objetivo deste estudo foi analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de graduação do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sua relação com o processo ensino aprendizagem e as perspectivas do mercado de trabalho, sob a ótica de diferentes atores. Este estudo se delimitou ao tema do estágio não obrigatório e como ele se configura na formação do estudante, visto que ele pode ser o elo entre o curso de graduação e o mercado de trabalho. A partir da visão dos estudantes, orientadores e supervisores de estágio, foi analisado como essa experiência influi na vida acadêmica e profissional do estudante e de que forma essa prática pode ser aprimorada em uma instituição federal de ensino superior. Em relação aos objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva, quanto à abordagem foi realizada uma pesquisa mista e, quanto aos procedimentos, foi utilizado o levantamento de campo *survey*. Ao final da pesquisa, recomendou-se a implantação da Central de Estágio da FURG e alterações no seu projeto original, para que se torne produtiva sua instalação. A partir da perspectiva dos atores pesquisados, com a finalidade de colaborar com relação acadêmica e profissional, foi elaborada uma Proposta de Intervenção com as recomendações para possibilitar a implementação dessa Central.

Palavras-chave: estágio não obrigatório; formação profissional; mercado de trabalho.

ABSTRACT

The current labor market demands more and more qualified and experienced professionals in their area of work. One of the ways to reach this purpose is through the internship, which is an experience in the student life that allows him or her to experience the world of work and to line up classroom theory with practice improving his or her professional training. The aim of this study was to analyze the influences of the non-mandatory internship on the education of undergraduate students at the Institute of Economics, Administrative and Accounting Sciences (ICEAC), at the Federal University of Rio Grande (FURG), their relationship with the teaching learning process and the labor market perspectives. This study was limited to the theme of non-mandatory internship and how it is configured in student training since it can be the link between the undergraduate course and the labor market. From the point of view of students, advisors and internship supervisors, it was analyzed how this experience influences the student academic and professional life and how this practice can be improved in a federal institution of higher education. In regarding to the objectives, a descriptive research was carried out as to the approach a mixed method research was carried out and as to the procedures a field *survey* was used. At the end of the research, it was recommended the implementation of the FURG Internship Center and changes in its original project, so that its installation becomes productive. From the perspective of the researched actors with the purpose of collaborating with academic and professional relationships it was elaborated an Intervention Proposal with recommendations to enable the implementation of this Center.

Keywords: non-mandatory internship; professional training; labor market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução histórica da legislação sobre estágio no Brasil.....	26
Figura 2 – Análise de similitude das respostas às entrevistas com Coordenadores de Curso e Orientadores de estágio não obrigatório.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Número de contratos de estágio firmados por ano.....	19
Gráfico 2 –	Dificuldades na realização do estágio não obrigatório para os estudantes.....	46
Gráfico 3 –	Papel do estagiário na empresa sob a ótica dos supervisores.....	48
Gráfico 4 –	Motivos para realizar estágio não obrigatório.....	49
Gráfico 5 –	Estágio não obrigatório.....	50
Gráfico 6 –	Classificação Hierárquica Descendente.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos anteriores.....	31
Quadro 2 – Construto para análise dos dados.....	41
Quadro 3 – Codificação das entrevistas e dos questionários.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos Supervisores de estágio nas empresas.....	45
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abres	Associação Brasileira de Estágios
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFURG	Central de Estágios da FURG
CIEE-RS	Centro de Integração Empresa Escola
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODAFE	Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante
COEPEA	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
EPAP	Periódico Estudo e Pesquisa em Administração Pública
FACC/UFJF	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora
FACES-UFU	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia
FAMAM	Faculdade Maria Milza
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEAC	Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROFIAP	Mestrado Nacional em Administração Pública
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Univates	Universidade do Vale do Taquari

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2	OBJETIVOS	18
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	18
1.4	CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	21
1.5	ESTRUTURA DA PESQUISA	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	LEGISLAÇÃO.....	23
2.2	REGULAMENTAÇÃO FURG E ICEAC.....	27
2.3	ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	27
2.4	ESTÁGIO E PANDEMIA	29
2.5	ESTUDOS ANTERIORES	30
3	METODOLOGIA	38
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	38
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	38
3.3	COLETA DE DADOS	39
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1	ORGANIZAÇÃO ESTUDADA	43
4.2	CARACTERÍSTICAS DOS RESPONDENTES.....	44
4.3	PROCESSO ATUAL DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	45
4.4	VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL	49
4.5	EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS	50
4.6	TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	52
4.7	TRATAMENTO DOS DADOS ORIUNDOS DAS ENTREVISTAS	54
4.8	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	60
5	RECOMENDAÇÕES	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICES.....	75
	ANEXOS.....	95

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho atual exige profissionais cada vez mais capacitados e experientes na sua área de atuação. Uma das formas de alcançar esse propósito é por meio do estágio, que é uma experiência na vida do estudante que lhe proporciona vivenciar o mundo do trabalho e aliar a teoria da sala de aula à prática, aprimorando sua formação acadêmica. Diana e Terrin (2019, p. 134) definem o estágio como uma “ponte entre o aprendizado e o trabalho”, através da qual o estudante pode exercer uma profissão sem perder de vista o foco pedagógico/instrutivo.

A primeira possibilidade regulamentada de realização de estágio ocorreu em virtude do Decreto Federal nº 20.294, do ano de 1931, que permitia a admissão de alunos estagiários na Escola Prática de Horticultura (CRUZ, 2016). Ao longo do tempo, a concepção de estágio passou por mudanças; em 1977, houve a Consolidação do Programa de estágio na legislação brasileira e, depois de um intervalo grande de tempo, foi criada a Lei 11.788/2008, que é a atual Lei do Estágio. A partir dela, o estágio ganhou mais visibilidade, pois houve a regulamentação de pontos antes não considerados e trouxe mais segurança ao estudante.

Conforme pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Estágios – ABRES (ABRES, 2021), o número de estagiários no Brasil antes da aprovação da Lei nº 11.788/2008 era de 1,1 milhão. Conforme essa pesquisa, concluída em fevereiro de 2021, esse número é de 900 mil, 686 mil para o ensino superior e 214 mil para o ensino médio e técnico. Os dados, que são resultados de um levantamento feito com os agentes de integração e instituições de ensino do país, mostram também que, dos 17,4 milhões de possíveis estagiários no país, apenas 5,7% deles conseguem estagiar.

De acordo com a ABRES (2021), que realiza anualmente uma pesquisa para saber quantos estagiários existem no Brasil e analisa fontes como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para apresentar índices e números referentes à educação e mercado de trabalho, o país tem, no total, 8.450.755 estudantes no Ensino Superior e, desses, apenas 686 mil estagiam (8,12%).

Segundo a Associação, o fato de somente 36,68% dos ingressantes concluírem o ensino superior se deve, em grande parte, à falta de condições financeiras, o que prova a importância do estágio, já que ele contribui para facilitar o futuro profissional e custear o curso.

O estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, obedecendo a etapa, a modalidade, a área de ensino, e deve estar de acordo com as normas curriculares do projeto pedagógico do

curso. Obrigatório é aquele cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma de conclusão, conforme estabelecido no projeto do curso, enquanto o estágio não obrigatório é uma atividade opcional do estudante incluída na carga horária regular e obrigatória do curso (BRASIL, 2008). Segundo Lôbo (2018) as duas modalidades têm, na prática, diferenças significativas na sua concepção, regimento e duração, desde a forma de ingresso até sua conclusão, como o modo de contratação, a execução e a obrigatoriedade.

A atividade de estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza em nenhuma de suas modalidades e existem requisitos indispensáveis a serem cumpridos, como a obrigatoriedade de o estudante estar matriculado e ter frequência regular no curso atestados pela instituição de ensino, a celebração de termo de compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e a relação entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. Além disso, como ato educativo escolar supervisionado, o estágio deve ter acompanhamento de professor orientador da instituição de ensino e de supervisor da parte concedente, com comprovação nos relatórios de atividades (BRASIL, 2008).

As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, opcionalmente, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, atendendo a condições acordadas em instrumento jurídico apropriado (BRASIL, 2008). Como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do estágio, é função dos agentes de integração “identificar oportunidades de estágio, ajustar suas condições de realização, fazer o acompanhamento administrativo, encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais e cadastrar os estudantes” (BRASIL, 2008). Ainda de acordo com o Artigo 5º da Lei do Estágio, o Agente de Integração realiza os procedimentos técnicos, administrativos e operacionais relativos a estas contratações, sem cobrança de qualquer valor dos estudantes como remuneração pelos serviços realizados nesse sentido. Caso haja realização de atividades não compatíveis com a programação curricular determinada para cada curso ou estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular, os agentes de integração serão responsabilizados civilmente. De acordo com a Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante (CODAFE), o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE-RS) é o agente de integração mais utilizado pelos estudantes da FURG que buscam oportunidade de estágio.

Estágio tem sido um tema estudado por pesquisadores em suas duas modalidades. No tocante ao estágio não obrigatório, há trabalhos na área que objetivam caracterizar o estágio pela perspectiva dos estagiários (BARROS; ALVES; ARAÚJO, 2014, BORGES, 2018),

compreender sua importância para a formação profissional (CARVALHO, 2017, GOMES, 2020), assinalar os fatores que motivam os estudantes a procurarem a inserção profissional através do estágio não obrigatório remunerado (POLZIM; BERNARDIM, 2018) e encontrar aspectos que caracterizem influências da prática para a formação profissional (SILVA; OLIVEIRA; DIAS, 2017).

Outros trabalhos a respeito do tema envolvem a análise do processo de acompanhamento (CARVALHO, 2015, MACHRY, 2014, SILVA, 2016), de supervisão de estágio não obrigatório e a investigação do impacto da remuneração do estágio na vida dos estudantes, com o fim de analisar de que forma se materializa a dimensão formativa em um curso de graduação (MENEZES, 2018), a abordagem do estágio remunerado como forma de proporcionar aos estudantes o contato direto com a realidade profissional (ROCHA; SIMÕES; SOUSA, 2014) e, também, a busca por compreender como acontece a relação entre o estágio não obrigatório e a formação acadêmica no curso de Administração (MIRANDA, 2018). O tema também foi analisado sob a perspectiva da Lei de estágio (MORAIS, 2012) e da possibilidade de ser estabelecido um piso remuneratório para os estágios não obrigatórios (DIANA; TERRIN, 2019).

Ainda tem sido objeto de pesquisa verificar se as atividades realizadas pelos estagiários contribuem para a formação acadêmica e profissional (FREITAS, 2018; LAVALL; BARDEN, 2014; PEREIRA, 2010; REINA *et al.*, 2011; TORRES; SILVA; FALK, 2011) e desvelar o significado que os estágios assumem na formação acadêmica e profissional dos estudantes e nas estruturas curriculares dos seus cursos de graduação (RAMOS, 2013). O estágio também foi analisado sob a ótica da complementação do ensino, verificando as dificuldades, as virtudes e os benefícios proporcionados pela realização dessa prática (RAMALHEIRO, 2016).

Além disso, existem referências buscando compreender a importância do estágio não obrigatório na formação do profissional de administração (NASCIMENTO, 2019) e problematizar as condições de formação e atuação dos estagiários, a fim de produzir um panorama das precariedades da prática, a partir da questão se o estágio é compreendido como formação, trabalho ou assistência (LEVI; SILVEIRA; BRUNETTA, 2014). A influência das características socioeconômicas e da participação em atividades extracurriculares sobre as chances de evasão, permanência e diplomação também são objeto de estudos sobre o tema (ALMEIDA NETO, 2015); assim como a forma que o estágio impacta na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de ensino superior (LÔBO, 2018) e a percepção do egresso sobre a influência da vivência do estágio na escolha da área de atuação profissional (OLIVEIRA, 2020).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dos dados apresentados, percebe-se que algumas pesquisas analisaram apenas um curso de graduação (MENEZES, 2018; MIRANDA, 2018; ROCHA; SIMÕES; SOUSA, 2014), realizaram pesquisa documental, análise de artigos científicos e da legislação (CASSUNDÉ *et al.*, 2017; LAVALL; BARDEN, 2014; DIANA; TERRIN, 2019), buscaram a percepção do estágio não obrigatório a partir da perspectiva de estudantes (BORGES, 2018; PEREIRA, 2010), demonstraram como a prática impacta na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de baixa renda em uma Instituição de Ensino privada (LÔBO, 2018) e analisaram o estágio com ênfase no acompanhamento (CARVALHO, 2015; MACHRY, 2014).

Nos estudos realizados sobre a temática, algumas lacunas de pesquisa foram identificadas, sendo oportuno, por exemplo, o estudo de diversos cursos de graduação, procurando identificar diferenças e semelhanças entre os estagiários de cursos distintos, assim como verificar a interferência do estágio na vida do estudante, a partir da tríade estudante, orientador e supervisor de estágio. Diante do exposto surge o seguinte problema de pesquisa: Como o estágio não obrigatório, enquanto prática profissionalizante do estudante, pode interferir na sua vida acadêmica e em seu futuro profissional?

No ano de 2017, a CODAFE elaborou a proposta da Central de Estágios da FURG – CEFURG (Anexo A), a partir da perspectiva de atenção integral ao estudante e como uma iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em concentrar e contemplar todos os processos de estágios, assim como as parcerias e convênios originários deles. O objetivo da CEFURG é estabelecer normas, critérios e diretrizes que, de acordo com a Lei 11.788/2008, norteiem as atividades que envolvem os estágios. Também é finalidade da Central de Estágios aprimorar as práticas administrativas, estreitar e facilitar as relações da Universidade junto às concedentes de estágio e tornar possível a complementação da formação do estudante.

A intenção é que, através da Central de Estágios, sejam celebrados convênios de estágios, captadas vagas em empresas e divulgadas as oportunidades de vagas de estágios obrigatórios e não obrigatórios aos estudantes. O projeto prevê a criação de um *site*, onde serão cadastradas as instituições parceiras que desejem oferecer vagas de estágio e os currículos dos estudantes interessados em realizar estágio. De acordo com a Deliberação nº 31/2016 da FURG, em seu artigo 14, os estágios obrigatório e não obrigatório de estudantes de curso de graduação deverão ser coordenados por essa Central de Estágios, quando essa estiver implementada, em conjunto com as Unidades Administrativas e Acadêmicas e Coordenações de Curso.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de graduação do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sua relação com o processo ensino aprendizagem e as perspectivas do mercado de trabalho, sob a ótica de diferentes atores.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever o processo atual de gestão do estágio não obrigatório no âmbito proposto;
- b) analisar, sob a perspectiva do estudante, as mudanças que o estágio promove na sua vida pessoal e profissional;
- c) descrever, do ponto de vista do estudante, de que forma as experiências profissionais do estágio interferem em seu desenvolvimento acadêmico;
- d) reconhecer aspectos que interligam a teoria e a prática, a partir da realização do estágio não obrigatório, sob a ótica de supervisores, orientadores, coordenadores de curso e estudantes;
- e) elaborar uma proposta que possibilite a implementação da Central de Estágio da FURG, a partir da perspectiva dos atores pesquisados, propondo meios de colaborar com a relação acadêmica e profissional.

Assim, este estudo se delimita ao tema do estágio não obrigatório e como ele se configura na formação do estudante, visto que ele pode ser o elo entre o curso de graduação e o mercado de trabalho. A partir da visão dos estudantes, orientadores e supervisores de estágio, foi analisado como essa experiência influi na vida acadêmica e profissional do estudante e de que forma essa prática pode ser aprimorada em uma instituição federal de ensino superior. Concomitantemente, foi feita a análise da proposta de criação da Central de Estágios da FURG e o estudo da viabilidade de sua implantação.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

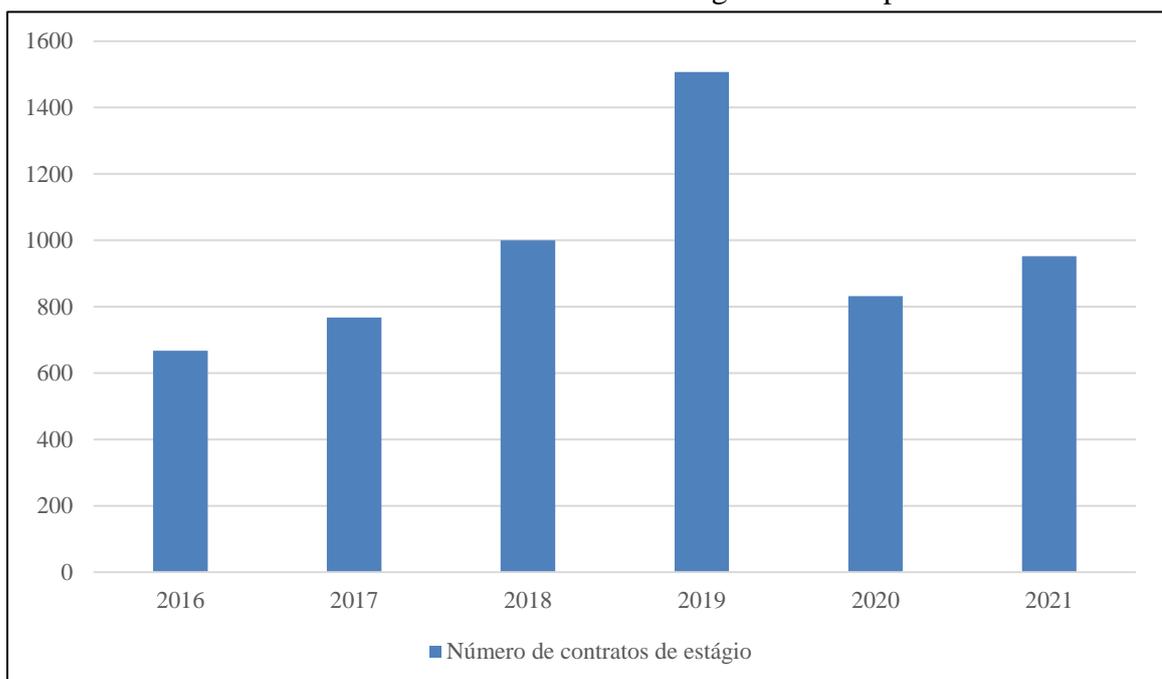
Em virtude da concepção de que é no estágio que o estudante tem a oportunidade única de experimentar os conhecimentos científicos alcançados na universidade, quando desenvolve suas habilidades e competências, estrutura seu saber e aperfeiçoa sua formação profissional (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006), o estágio pode ser determinante na vida acadêmica do estudante. Nesse sentido, a importância de aprofundar a questão de como a prática profissional

do graduando pode interferir na vida acadêmica e em seu futuro profissional. A partir da análise realizada, no que se refere às influências que o estágio não obrigatório tem na formação dos estudantes, se torna possível buscar maneiras para que a prática extracurricular seja positiva, melhorando a experiência para todas as pessoas envolvidas no processo.

A justificativa para a realização desta pesquisa é considerada também, tendo em vista que a pesquisadora é servidora na CODAFE, à qual compete propor, implementar, coordenar e avaliar as políticas de estágio dentro da FURG. A partir desse estudo, se buscou proporcionar ao estudante o encontro de melhores oportunidades para sua prática de estágio, através da proposta de intervenção da implementação da Central de Estágios da FURG, a fim de que essa prática tenha uma maior conexão com a teoria vivenciada em sala de aula.

De acordo com os Relatórios de Gestão de 2016 e 2017 da FURG, foram celebrados, respectivamente, 667 e 767 termos de compromisso de estágio não obrigatório nos referidos anos e, conforme os Relatos Integrados dos anos de 2018, 2019 e 2020 da Instituição, foram firmados, nessa ordem, 1000, 1507 e 832 contratos de estágio não obrigatório (FURG 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Segundo a PRAE, foram realizados, em 2021, 952 contratos de estágio não obrigatório. No ano de 2020, houve uma queda no número de estágios em todo o país, devido à Pandemia do Covid-19 (CAVALLI, 2021) e atribui-se ao mesmo motivo a diminuição nos contratos de estágios na FURG. Os dados apresentados mostram um aumento gradual no número de estágios a partir do ano pesquisado, que também justificam o estudo.

Gráfico 1 – Número de contratos de estágio firmados por ano



Fonte: Dados da pesquisa

A presente pesquisa pretendeu propor meios de colaborar com a relação acadêmica e profissional, procurando inferir de que maneira o estágio não obrigatório pode contribuir para que o egresso se insira no mercado de trabalho. Assim, como justificativa acadêmico-científica, considera-se o diagnóstico, e posterior proposta de intervenção, com a finalidade de preencher eventuais lacunas e melhorar os processos nos procedimentos relativos ao estágio na Universidade.

Após a análise de trabalhos a respeito do tema do estudo, foi possível confirmar a existência de lacuna, justificando a continuidade da pesquisa, já que muitos fatores que interferem na influência do estágio na vida profissional ainda são passíveis de mais exploração, como a pressão psicológica sofrida no estágio e a efetividade do estágio obrigatório na formação profissional do estudante (LÔBO, 2018). Para Cassundé *et al.* (2017), ainda é preciso saber se os estagiários estão conseguindo colocar em prática os conteúdos de sala de aula, se o estágio está cumprindo o papel de oferecer experiência profissional, assim como se os estudantes reconhecem a importância do estágio para sua formação profissional.

Para Gomes (2020), ainda é preciso que a pesquisa sobre a importância do estágio extracurricular para a formação profissional seja reaplicada em outras Instituições de Ensino Superior. No mesmo sentido, há sugestão de novas pesquisas na área, a fim de identificar os fatores “dificultadores e facilitadores na *práxis* do estágio” e, também, o papel dos professores supervisores da prática em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (LIMA DE BARROS; ALVES; ARAÚJO, 2014, p. 196).

Outros trabalhos também sugerem que o tema “estágio não obrigatório” não está encerrado, já que existem fatores desses estudos que apareceram durante as pesquisas e que necessitam de mais aprofundamento nas discussões, pois suas implicações podem impactar no modelo de estágio que vigora atualmente nas universidades brasileiras (POLZIN; BERNARDIM, 2018, RAMALHEIRO, 2016). A pressão psicológica sofrida pelos alunos estagiários e os efeitos do estágio na formação profissional estão entre os elementos que devem ser levados em consideração para pesquisas futuras (LÔBO, 2018).

Estudos apontam que análises devem ser feitas a fim de identificar de que maneira os conhecimentos adquiridos nas universidades são aplicados nas atividades de estágio, assim como a importância dos estagiários para as empresas e qual a incidência de efetivação dos mesmos (NASCIMENTO, 2019). Em trabalhos anteriores, também foi sugerido estudo com estudantes de semestres iniciais dos cursos de graduação com a função de investigar a ideia dos mesmos a respeito do tema “estágio” e quando os estagiários que estão realizando a prática têm

interesse ou são efetivados pelas empresas concedentes (CARVALHO, 2017; NASCIMENTO, 2019).

1.4 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

Com o estudo das influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes, espera-se que a pesquisa contribua para a melhoria da prática na Instituição como um todo, já que poderá guiar as políticas adotadas em outros cursos e, também, a atuação de orientadores e coordenadores de curso, a fim de trazer um melhor aproveitamento do estágio por parte dos estudantes. Também de forma empírica, a perspectiva das três óticas (do estudante, do orientador e do supervisor de estágio) poderá contribuir para formar um novo ponto de vista sobre o tema. No campo teórico, o estudo visou contribuir através da ampliação do debate a respeito do estágio não obrigatório, colaborando com os pesquisadores da temática na formação do corpo de conhecimento científico acerca da temática analisada.

As colaborações do presente estudo estão vinculadas à proposta de intervenção requerida pelo Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, no sentido em que versa sobre um tema relacionado à Gestão Pública e realizou a Análise situacional – do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de alguns cursos de graduação – e Plano de Ação – ao elaborar uma proposta que possibilite a implementação da Central de Estágio da FURG.

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. O capítulo inicial contém a introdução do estudo, em que contextualiza o tema, apresenta o problema de pesquisa, elenca o objetivo geral e os objetivos específicos, expõe a justificativa e a relevância da pesquisa, descreve a contribuição do estudo e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, são apresentados o referencial teórico, que aborda a legislação sobre estágio ao longo do tempo, a regulamentação da FURG e do ICEAC referente ao tema, a visão de alguns autores sobre o estágio não obrigatório, o estágio durante a pandemia e a revisão de literatura sobre a temática do estudo.

O terceiro capítulo trata do detalhamento dos procedimentos metodológicos, que constam da caracterização da pesquisa, de informações sobre a população e amostra, dos instrumentos de coleta de dados a serem utilizados e dos procedimentos para tratamento e análise dos dados coletados.

O quarto capítulo é constituído pelos resultados e discussões, baseados na análise das entrevistas e questionários realizados com estudantes, coordenadores de curso, orientadores de estágio e supervisores de estágio não obrigatório, aliados à literatura pesquisada para a realização do estudo.

No quinto capítulo são elencadas as recomendações, baseadas nos resultados explanados no estudo e, a seguir, no sexto capítulo, as considerações finais. Por fim, as referências, os apêndices e os anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEGISLAÇÃO

A concepção de estágio passou por mudanças ao longo do tempo, indo de “uma simples atividade de acompanhamento prático a um mestre na Idade Média” (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p. 172) até as atividades curriculares práticas dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino atualmente. De acordo com Cruz (2016, p. 37), o Decreto Federal nº 20.294, de 1931, foi a primeira norma jurídica a tratar do estágio no Brasil, mencionando que seriam realizadas aulas práticas em laboratórios e museus para “aplicação dos conhecimentos teóricos”.

Em 1942, o Decreto-Lei nº 4.073 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo as bases de organização e de regime do ensino industrial, em que o estágio foi conceituado como um “período de trabalho, realizado para o aluno, sob controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial” (BRASIL, 1942). A mesma lei previa que houvesse uma articulação entre a direção dos estabelecimentos de ensino com os estabelecimentos industriais com trabalho relacionado aos cursos, para garantir aos estudantes a possibilidade de realização de estágios, obrigatórios ou não.

Somente no ano de 1967, foi instituída a categoria de estagiário nas empresas, a ser composta por estudantes originários das faculdades e escolas técnicas de nível colegial. Essa regulamentação foi elaborada a partir da necessidade de criar condições que entrosassem empresa-escola, buscando a formação e o aperfeiçoamento técnico profissional; considerando que é função básica das instituições de ensino a preparação de técnicos nos moldes e especialidades exigidos pelo país; e levando em conta que a prática realizada, inclusive nas empresas, coopera para que o ensino tenha melhores resultados (BRASIL, 1967). Esta lei criou condições favoráveis para o entrosamento entre a escola e a empresa e determinou, entre outras coisas, que o estágio deveria ser firmado em um contrato com duração, carga horária, valor da bolsa e seguro contra acidentes pessoais, mas manteve o foco no interesse das empresas.

O Decreto nº 66.546, de 1970, instituiu a Coordenação do “Projeto Integração”, destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior das áreas de engenharias, tecnologias, economia e administração. A legislação previa que para as atividades de estágio fossem previstas bolsas de estudo, no setor público ou privado, sem que isso significasse geração de vínculo empregatício. No ano seguinte, a Lei nº 5692, que fixava diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, estabeleceu que as habilitações profissionais poderiam ser realizadas em regime de cooperação com as empresas, que o estágio não acarretaria nenhum vínculo de emprego, mesmo que o aluno estagiário fosse remunerado,

e que as obrigações seriam apenas as especificadas no convênio realizado com o estabelecimento. Levando em conta a necessidade da integração do estudante brasileiro no processo de desenvolvimento econômico e social do país, o Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, instituiu o Programa “Bolsa de Trabalho em caráter nacional, a fim de oportunizar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares. Em 1975, o Decreto nº 75.778 regulamentou o estágio de estudantes do ensino superior e profissionalizante de 2º Grau no serviço público federal, mencionando que a prática somente poderia ocorrer em unidades que tivessem condições de proporcionar experiência prática na linha de formação.

A Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, foi a consolidação do Programa de Estágio na legislação brasileira, em relação às leis anteriores (MORAIS, 2012). Apesar disso, a referida lei apresenta algumas inadequações, como a falta de compromisso com a supervisão escolar, já que a previsão era de que “estágio dar-se-ia mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente” (BRASIL, 1977), não havendo compromisso documental estabelecendo obrigações ente a instituição de ensino e a empresa (COLOMBO; BALLÃO, 2014). Também de acordo com os autores, outras dissonâncias dessa legislação se davam pelo fato de o calendário prevalecente ser o da empresa, não tendo as férias vinculadas ao calendário escolar e pela prevalência do horário ser estabelecido livremente pela da empresa, não priorizando o fim educativo.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, revogou a lei de 1977, passando a tratar dos estágios dos estudantes. Martins (2010) a considera mais moderna do que a lei anterior, pois é composta por regras mais atualizadas da experiência prática do estágio, mais detalhista, já que prevê várias hipóteses que não eram regradas anteriormente e, também, mais complexa.

A referida legislação conceitua estágio como:

Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

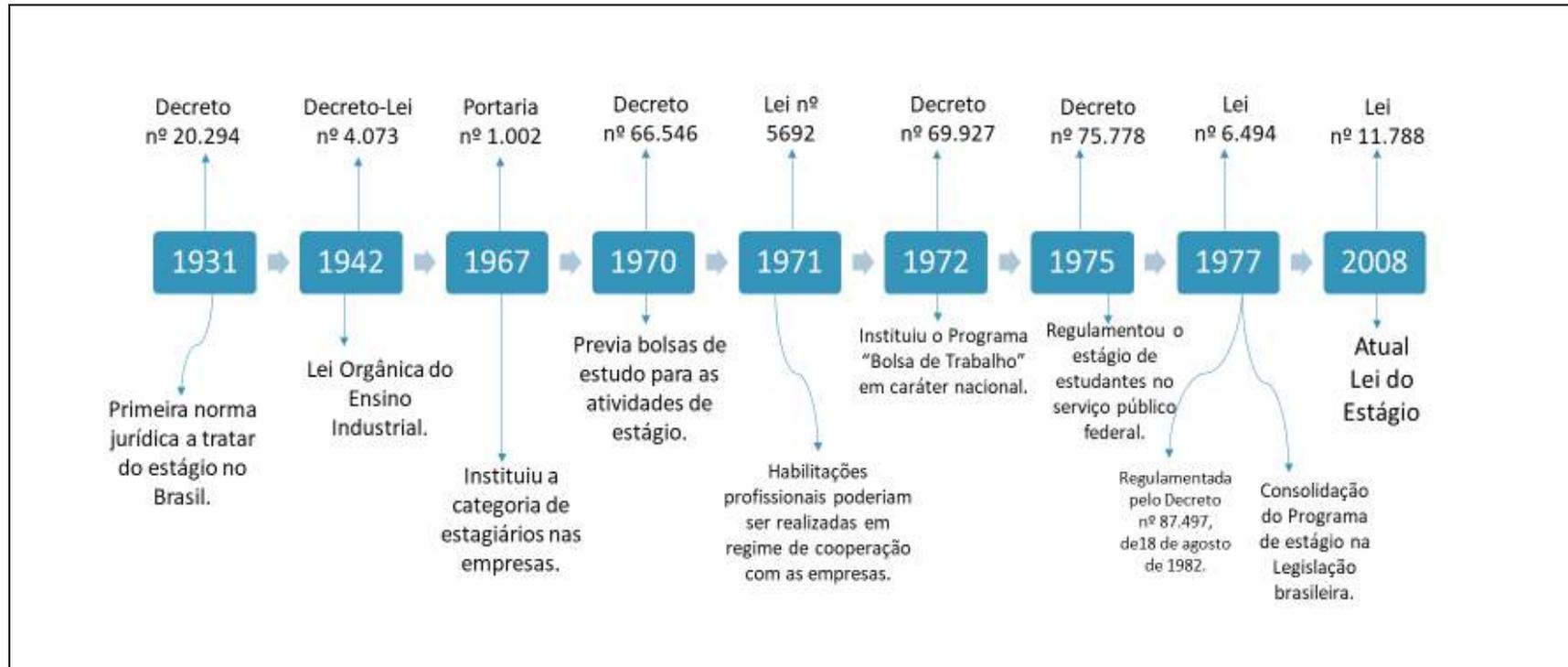
Entre as mudanças apresentadas na nova lei está o limite para a carga horária dos estagiários: para os estudantes de Ensino Superior, Educação Profissional e Ensino Médio, a jornada máxima é de seis horas diárias e 30 horas semanais. A lei também estabelece que o estágio na mesma empresa ou instituição não pode ser superior a dois anos. No caso de estágio

não obrigatório, os estudantes devem receber bolsa-auxílio, vale-transporte e também têm direito a férias remuneradas de 30 dias, se tiverem completado 12 meses de estágio na mesma empresa, ou ainda proporcionais em contratos com duração inferior a 12 meses, sendo preferencialmente concedidas, durante o período de férias escolares.

A Lei que regulamenta a prática do estágio não determina quais atividades devem ser realizadas pelos estagiários, visto que dispõe sobre o estágio de estudantes matriculados e frequentes no ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Contudo, delibera que o estágio deve contribuir para a formação acadêmica e profissional do estudante, através do desenvolvimento de atividades relacionadas ao currículo do curso, projetando o desenvolvimento do educando para a vida cidadão e preparando para o trabalho (BRASIL, 2008).

Na Figura 1, pode-se observar com mais clareza a evolução histórica da legislação sobre estágio no Brasil, com os principais dispositivos legais citados neste trabalho.

Figura 1 – Evolução histórica da legislação sobre estágio no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora

2.2 REGULAMENTAÇÃO FURG E ICEAC

Através da Deliberação nº 31/2016 e em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a FURG regulamenta os estágios curriculares dos estudantes de seus cursos de graduação e, a partir dela, a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação, estabelece procedimentos para a realização e acompanhamento desses estágios. O estudante, para a concessão de estágio, deve preencher o Formulário de Encaminhamento do Termo de Compromisso de Estágio, Termo Aditivo e Rescisão (Anexo B), o Plano de Trabalho do Estágio (Anexo C) e o Termo de Compromisso de Estágio Obrigatório (Anexo D) ou Não Obrigatório (Anexo E). Após, é preciso que entregue a documentação na sua Coordenação de Curso, aguarde o preenchimento e encaminhe à PRAE, para os devidos encaminhamentos. Ainda segundo a Instrução, cabe às Coordenações de Curso preencher o parecer do Formulário de Encaminhamento do Termo de Compromisso de Estágio, Termo Aditivo e Rescisão e verificar o atendimento das especificidades do estágio ao definido pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovando ou não a sua realização. As Direções de Unidade Acadêmica devem preencher o parecer do mesmo documento e indicar o Professor Orientador.

No dia 05 de outubro de 2020, entrou em funcionamento o módulo de Estágios no Sistema Acadêmico da FURG, ainda não normatizado. A partir dessa data, todas as solicitações para novos estágios (obrigatórios e não obrigatórios) são feitas através desse Sistema e seu controle permite a todos os envolvidos acompanhar o andamento e a situação dos estágios de seu interesse.

Segundo os coordenadores de curso de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, ambos seguem uma normatização comum quanto ao estágio não obrigatório, que é a mesma para todos os cursos do ICEAC, aprovada pelo Conselho da Unidade. Na página da *internet* Unidade, constam a regulamentação que rege os estágios não obrigatórios na FURG, o objetivo da prática para o estudante do curso, assim como a documentação necessária para realizar a atividade.

2.3 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio não obrigatório oportuniza que os estudantes apliquem na prática os conhecimentos apresentados durante o curso e obtenham experiências que serão úteis ao seu futuro profissional, fazendo com que a atividade complemente o ensino adquirido ao longo do curso e leve o estagiário a refletir a respeito da escolha profissional e da rotina de se sua futura carreira (LAVALL; BARDEN, 2014). Conforme Menezes (2018), por ser uma oportunidade

de aproximação com o desempenho da profissão, chama a atenção dos estudantes participar da experiência.

Segundo Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012), a maioria dos estudantes que realizam estágio não obrigatório encontra oportunidades através dos agentes de integração, que intermedeiam as vagas existentes. A atividade, realizada simultaneamente ao curso, tem contrato de seis meses de duração e pode ser realizada por até dois anos na mesma empresa concedente. Para muitos estudantes, a oportunidade de estágio é, além de uma forma de aprendizado, uma forma de subsidiar as despesas com alimentação e transporte e, em alguns casos, custear o próprio curso.

Além de estar conectado à natureza e à finalidade de um curso, o estágio vem agregando, ao longo dos tempos, outros dois fatores importantes: o aspecto laboral, por despertar no estudante uma maior convicção a respeito de sua vocação para o trabalho, e o fator social, pois situa o estudante nos procedimentos ligados a esse mundo, como disciplina, convívio corporativo, trabalho em grupo, criatividade e liderança (NISKIER, 2006, p, 129). O autor complementa afirmando que “pouco pode fazer a sala de aula para que esses valores comportamentais de desenvolvam”.

Para os estudantes, vários fatores são relevantes para buscar um estágio não obrigatório, como aprimorar habilidades e competências, adquirir experiência profissional, aperfeiçoar o currículo, adquirir novos conhecimentos e aprender na prática sobre a área de formação escolhida. Além desses motivos, que se relacionam com o mercado de trabalho, a condição financeira também é um motivo relevante, comprovando a necessidade da bolsa auxílio para que o aluno permaneça na universidade. (LAVALL; BARDEN, 2014). Menezes (2018) corrobora a ideia ao afirmar que essa modalidade de estágio cresce no círculo universitário e abarca um número cada vez maior de estudantes. Também afirma que uma das características dessa modalidade de estágio é o fato de ser remunerado, o que se torna um atrativo, já que o valor da bolsa recebida é significativo para sua manutenção na universidade.

No caso de estágios realizados na administração pública, enquanto o objetivo é promover uma conexão entre formação, trabalho e assistência através das bolsas de estágio, pode estar ocorrendo a precarização da formação, já que a carga de trabalho do estágio pode estar ocupando o tempo que poderia ser dedicado aos estudos e atividades acadêmicos; e do trabalho, ao passo que não existe nenhuma garantia trabalhista e que a atuação do estagiário, de maneira indireta, exclui um posto de trabalho de um servidor público (LEVI; SILVEIRA; BRUNETTA, 2014). Os mesmos autores também citam a precarização do próprio serviço público, levando em conta que o serviço prestado passa a ser oferecido por um profissional

ainda em formação, sem que sua formação esteja “devidamente ajustada” (LEVI; SILVEIRA; BRUNETTA, 2014, p. 327).

Silva, Oliveira e Dias (2017) também citaram a redução do tempo para a dedicação a outras atividades e o fato de os estagiários terem as mesmas responsabilidades de um funcionário, sem o devido reconhecimento, como um problema encontrado na prática. Além desses, outras dificuldades relatadas por eles dizem respeito aos relacionamentos sociais no ambiente corporativo, à execução de atividades repetitivas e o fato de os estagiários estarem em um setor enquanto prefeririam estar em outro.

2.4 ESTÁGIO E PANDEMIA

A Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande, em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e das orientações de prevenção da Organização Mundial da Saúde – OMS e do Plano de Ação e Contingência da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, emitiu a Portaria nº 0533/2020, suspendendo as aulas, eventos e atividades acadêmicas extracurriculares para os cursos de graduação e pós-graduação na modalidade presencial por um período de 60 dias, no mínimo, a partir de 16 de março de 2020. Assim, as atividades de estágios não obrigatórios também foram suspensas a partir desta data.

Tendo em vista as atividades durante o período emergencial, no dia 10 de julho de 2020, a Deliberação nº 023/2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA, resolveu que os estágios não obrigatórios de forma emergencial e compatível com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos, respeitadas as particularidades e a legislação de cada campo de atuação profissional, deveriam ser ofertadas e regulamentadas pelas Unidades Acadêmicas, Coordenações de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes. Nesse período, os estágios poderiam ter planejamento diferenciado e flexível, de acordo com as condições sanitárias e as ofertas de atividades exteriores à Universidade. O documento previa, também, a garantia de orientação não presencial ou híbrida aos estagiários e a assinatura dos Termos de Compromisso de forma digital.

Após um período de grande diminuição no número de estágios, devido à pandemia, as atividades voltaram a acontecer, de forma gradual e com as adaptações necessárias devido ao momento. Segundo Cavalli (2021), um ponto favorável dessa situação foi a utilização de mais recursos tecnológicos por grande parte das empresas, pois assim, o *home office* passou a ser empregado em grande escala, evitando perdas de postos de estágio. Segundo a autora, o caos ocorrido na saúde foi “uma grande revolução nas relações de trabalho no Brasil e em todo o mundo”, visto que as organizações e os estudantes aprenderam a lidar com a distância. A

legislação de estágio vigente não se opõe ao teletrabalho e isso oferece segurança jurídica para que perdure esse formato de atuação.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

A fim de localizar os estudos anteriores ligados ao tema, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com a intenção de buscar caminhos a serem estudados e demonstrar as descobertas científicas pregressas. As buscas foram realizadas nas seguintes bases indexadoras de publicações científicas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Google Scholar*, Periódico Estudo e Pesquisa em Administração Pública (EPAP), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL).

Foram feitas pesquisas nas bases com a expressão “estágio não obrigatório” no período entre os anos 2011 e 2020 e o resultado foram 570 trabalhos encontrados. Destes, 44 apresentaram aderência ao tema, usando como filtro o estudo ser sobre estágio não obrigatório e sendo excluídos os trabalhos que abordavam cursos de licenciatura. Eliminando os 4 trabalhos que se encontravam em mais de uma base, totalizaram 40 estudos. A mesma busca foi realizada com o termo “estágio extracurricular” e, a partir dos mesmos critérios, o resultado foram 47 publicações, sendo nove repetidas, o que totalizou 38 trabalhos.

Após a análise dos títulos e resumos, de acordo com o foco desta pesquisa, foram selecionados os estudos em que o estágio era analisado a partir da perspectiva dos cursos de Ciências Sociais aplicadas, assim como aqueles que estudavam a prática do estágio em sentido amplo, perfazendo 36 publicações.

A partir da ótica da interferência do estágio na formação do estudante e da sua inserção no mercado de trabalho, foram encontrados Artigos, Teses, Dissertações, Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso, conforme elenco apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Estudos anteriores

Autores /Ano	Objetivo do Estudo
Pereira (2010)	Compreender de que forma o estágio não obrigatório corrobora com a formação e inserção dos estudantes ao mundo do trabalho.
Reina <i>et al.</i> (2011)	Verificar se as atividades realizadas pelos estagiários dos cursos de Ciências Contábeis contribuem para sua formação acadêmica e profissional.
Torres, Silva e Falk (2011)	Investigar se o estágio curricular e/ou extracurricular colabora para o desenvolvimento das competências, ou seja, conhecimento, vivência de práticas operacionais e atitudes demandadas pelo mercado de trabalho aos futuros profissionais da área de Contabilidade.
Morais (2012)	Analisar o estágio não obrigatório praticado pelos estudantes de Secretariado da Universidade Federal do Ceará à luz da Lei de estágio 11.788 de 25 de setembro de 2008, analisando se as competências desenvolvidas acompanham ao que é proposto na grade curricular e decorrentemente, analisar quais as principais mudanças ocorridas no aprendizado acadêmico após o início do estágio.
Rocha de Oliveira e Piccinini (2012)	Analisar a inserção profissional dos estudantes de Administração a partir da experiência de estágio em Porto Alegre e região metropolitana.
Ramos (2013)	Desvelar o significado que os estágios curriculares, obrigatórios e não obrigatórios, assumem na formação acadêmica e profissional desses estudantes e nas estruturas curriculares dos seus cursos de graduação.
Correa (2014)	Verificar de que forma se organizam e se articulam os agentes de integração frente ao programa de estágios não obrigatórios, no Rio Grande do Sul, visando à sua manutenção e do programa.
Lavall e Barden (2014)	Verificar as contribuições do estágio não obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes da Univates.
Levi, Silveira e Brunetta (2014)	Problematizar as condições de formação e atuação dos bolsistas de estágio não obrigatório na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e produzir um panorama das precariedades que lhe são inerentes.
Lima de Barros, Alves e Araujo (2014)	Compreender a visão do graduando em Secretariado Executivo a respeito da prática do estágio supervisionado nas organizações.
Machry (2014)	Compreender o panorama atual dos estágios não obrigatórios da UNISINOS, identificando mecanismos de qualificação para a gestão do processo de acompanhamento dos mesmos.
Moreira <i>et al.</i> (2014)	Verificar se o perfil de futuros profissionais do curso de Administração da UNESP/Tupã está condizente com o perfil de profissionais que o mercado demanda.
Rocha, Simões e Sousa (2014)	Identificar os fatores que levam a Biblioteca Central a não ofertar um projeto permanente de oferta de bolsas de estágio para alunos do curso de Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
Almeida Neto (2015)	Investigar os fatores que têm influenciado as probabilidades de evasão, permanência e graduação destes novos estudantes e, posteriormente, a sua inserção no mercado de trabalho.
Carvalho (2015)	Analisar o processo de acompanhamento didático-pedagógico do estágio curricular não obrigatório em Serviço Social e os rebatimentos à formação profissional, na atual conjuntura de contrarreforma do Ensino Superior.
Gonzaga, Oliveira e Chagas (2015)	Analisar as representações sociais dos estudantes universitários do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM) quanto às suas experiências em relação ao estágio não-obrigatório.
Santos (2015)	Identificar a centralidade da categoria mediação na construção das políticas de estágio dos cursos de serviço social das Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) da região Oeste do Paraná.
Cruz (2016)	Demonstrar a importância da ferramenta do estágio no aprimoramento da formação profissional, reforçando o aprendizado propiciado pela graduação de administração.
Ramalheiro (2016)	Analisar o estágio sob a ótica da complementação do ensino em administração pública, verificando as dificuldades, as virtudes e os benefícios proporcionados pela realização do mesmo.
Silva (2016)	Investigar como é organizado o estágio não obrigatório pelas Comissões Orientadoras de Estágios nos cursos de graduação da UFJF.

Carvalho (2017)	Compreender a importância do estágio não obrigatório para a formação dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Cassundé <i>et al.</i> (2017)	Analisar a atual situação dos estudos acadêmicos acerca do estágio em administração no Brasil.
Silva <i>et al.</i> (2017)	Traçar um panorama da oferta de estágios em Secretariado Executivo por meio da agência de estágios da Universidade Federal do Ceará.
Silva, Oliveira e Dias (2017)	Localizar aspectos que possam caracterizar influências da prática de estágio para a formação profissional dos alunos de graduação da Universidade Estadual de Londrina.
Borges (2018)	Analisar a percepção dos discentes da Faculdade Maria Milza (FAMAM) sobre a contribuição do estágio curricular e extracurricular para a formação acadêmica e profissional do graduando em Ciências Contábeis.
Falcetta (2018)	Analisar ações formativas adotadas nas práticas da redação pela equipe do Jornal da Universidade na gestão do programa de estágio a fim de verificar se colaboram da melhor maneira para o processo de construção das competências dos futuros profissionais de jornalismo.
Freitas (2018)	Investigar junto aos graduandos e bacharéis do curso de Ciências Contábeis da FACES-UFU que realizam ou realizaram estágio não obrigatório, a contribuição desta prática para sua formação acadêmica e profissional.
Galindo <i>et al.</i> (2018)	Analisar os níveis percebidos de aprendizado teórico-prático e segurança na aplicação de conhecimentos adquiridos pelos egressos do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
Lôbo (2018)	Demonstrar como o estágio não obrigatório impacta na formação social, acadêmica e profissional dos estudantes de baixa renda inseridos em uma Instituição de Educação Superior Privada situada em região de periferia do Distrito Federal.
Menezes (2018)	Analisar como se materializa a dimensão formativa no estágio não obrigatório no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Miranda (2018)	Compreender como se dá a relação ente o estágio não obrigatório e a formação acadêmica em Administração na FACC/UFJF.
Polzin e Bernardim (2018)	Detectar os fatores que motivam os jovens a procurarem a inserção profissional através do estágio não obrigatório remunerado.
Diana e Terrin (2019)	Verificar a possibilidade de se estabelecer um piso remuneratório para os estágios não obrigatórios.
Gomes (2020)	Revelar a importância que o estágio extracurricular tem para a formação dos alunos de ciências contábeis da UFPB.
Nascimento (2019)	Compreender a importância do estágio não obrigatório na formação do profissional de administração da Universidade Federal da Fronteira Sul.
Oliveira (2020)	Investigar a percepção do egresso de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior paraibana sobre a influência da vivência no estágio extracurricular na escolha da sua área de atuação profissional.

Fonte: Elaborado a partir da literatura citada.

Na área de Administração, Cassundé *et al.* (2017) analisaram a situação dos estudos acadêmicos acerca do estágio no Brasil, concluindo que o debate teórico a respeito do estágio no referido curso, sob o olhar pedagógico, é frágil e sem demonstrações de avanço na área de estudo. Essa conclusão reforça a ideia de que, mesmo sendo um tema de grande importância para as instituições federais de ensino superior, poucos estudos foram encontrados sobre o assunto até aquele momento. A fim de entender a importância do estágio não obrigatório na formação do profissional de Administração, Nascimento (2019) observou estudantes do curso em uma universidade federal brasileira, constatando que as competências adquiridas durante o curso são significativamente importantes para que as atividades do estágio sejam efetivadas. Na mesma linha, Freitas (2018) averiguou a opinião dos estudantes sobre a contribuição das

atividades de estágio para a formação acadêmica e profissional, tendo resposta positiva dos estagiários, que classificaram como favorável a realização dos estágios.

Gonzaga, Oliveira e Chagas (2015) analisaram as representações sociais dos estudantes universitários do curso de Administração de uma universidade estadual quanto às suas experiências em relação ao estágio não obrigatório. Destacaram, como um dos resultados do estudo, a influência das políticas de expansão das universidades no Brasil, que resultou em uma maior oferta dos cursos de bacharelado e, conseqüentemente, de estudantes destes cursos no mercado de trabalho.

Miranda (2018) buscou perceber como acontece a relação entre o estágio não obrigatório e a formação acadêmica em Administração, concluindo que, para o grupo de estudantes do curso, a prática é bastante relevante no processo e formação para o mercado de trabalho, sendo possível aliar a teoria à prática. Ramalheiro (2016) analisou o estágio do ponto de vista da complementação do ensino de administração pública, observando as dificuldades, as virtudes e os benefícios proporcionados pela realização da atividade, concluindo que o estágio no Campo de Públicas em uma universidade estadual tem como objetivo a complementação do Ensino e que carece de sistematização, pois é prática “não gestada e subvalorizada”. Também referente ao curso de Administração, CRUZ (2016) buscou demonstrar a importância da ferramenta do estágio no aprimoramento da formação profissional e os resultados obtidos apontaram que o futuro administrador deve vivenciar, durante sua capacitação e formação profissional, o estudo teórico e prático para que, dessa forma, possa se tornar um administrador qualificado.

O estudo de Moreira *et al.* (2014) buscou verificar se o perfil de futuros profissionais do curso de Administração de uma universidade estadual está condizente com o perfil de profissionais que o mercado demanda e seu trabalho concluiu que não basta para os estudantes de administração restringir sua formação apenas com os conhecimentos acadêmicos, sendo necessário, para a formação de um perfil adequado, o desenvolvimento de atividades extracurriculares que incrementem competências como conhecimento de informática e idiomas. Por outro lado, ao analisar a inserção profissional dos estudantes de Administração em Porto Alegre e região metropolitana, Rocha de Oliveira e Piccinini (2012), verificaram que não há uma possibilidade única e generalista para compreensão desse processo, pois uma diversidade de caminhos se origina a partir da experiência de estágio, tornando ainda mais complexa a compreensão do conceito de inserção profissional.

Na área de Ciências Contábeis, Torres, Silva e Falk (2011) investigaram se o estágio colabora para o desenvolvimento das competências demandadas pelo mercado de trabalho aos

profissionais da área, assim como Reina *et al.* (2011), que buscou verificar se as atividades realizadas pelos estagiários do curso contribuem para sua formação acadêmica e profissional. A constatação dos trabalhos é de que as atividades desenvolvidas pelos estagiários contribuem para a formação profissional e acadêmica, pois estão diretamente relacionadas à atividade da profissão. Gomes (2020) realizou estudo a fim de apontar a relevância do estágio extracurricular para a formação de estudantes deste curso e concluiu que os estes concordam que o estágio ampliou suas perspectivas a respeito do funcionamento das organizações empresariais. Isso foi considerado relevante para eles, já que eleva o nível do profissional que está prestes a se inserir no mercado de trabalho. Assim, também Borges (2018) percebeu que o estágio foi considerado uma atividade essencial para a formação profissional, ao analisar a percepção dos estudantes de uma Faculdade sobre a contribuição desta prática para a formação acadêmica e profissional do estudante de Ciências Contábeis.

Carvalho (2017) investigou a importância do estágio não obrigatório na formação de estudantes de Ciências Contábeis, concluindo que os alunos do curso atribuem grande importância à prática para o curso. Esses, por outro lado, afirmam ter havido uma redução no tempo de estudo das disciplinas do curso. Na mesma linha, Oliveira (2020) estudou a percepção do egresso de Ciências Contábeis de uma instituição federal de ensino superior paraibana sobre a influência da vivência no estágio extracurricular na escolha da sua área de atuação profissional. A partir da percepção dos respondentes de sua pesquisa, concluiu que o estágio extracurricular influenciou na carreira profissional através da acumulação de experiência para atuação na profissão, não sendo ponto pacífico a percepção do investigado sobre a extensão dessa influência na escolha da área de atuação profissional.

Silva, Oliveira e Dias (2017), procuraram encontrar aspectos que pudessem caracterizar influências da prática de estágio para a formação profissional de cursos de graduação e, a partir de seu estudo, apontaram que há sinais de que o simples cumprimento da legislação pode levar a não compreensão da finalidade da política pública sobre o assunto e que as Instituições de Ensino Superior devem se mobilizar para oferecer oportunidades aos alunos para o desenvolvimento da prática profissional. Morais (2012) analisou o estágio à luz da Lei 11.788, considerando a relação entre as competências desenvolvidas e a grade curricular, encontrando evidências de que a maioria dos estudantes está desempenhando atividades de pouco grau de complexidade, utilizando com mais frequência as disciplinas de técnicas de secretariado e que, contudo, os eles acham que houve uma melhora na assimilação dos conteúdos vistos em sala de aula após o início de seus estágios. No mesmo sentido, Diana e Terrin (2019) examinaram a possibilidade de fixar um piso remuneratório para os estagiários e concluíram que há

necessidade de mudança na legislação para as diferentes cargas-horárias de trabalho, conforme disposto na Lei do Estágio.

No âmbito do Serviço Social, Carvalho (2015) realizou uma análise do processo de acompanhamento didático-pedagógico do estágio curricular não obrigatório e os rebatimentos à formação profissional, na conjuntura de contrarreforma do Ensino Superior, concluindo que esse acompanhamento é fragilizado e, muitas vezes, inexistente, uma consequência das condições da educação superior na Paraíba. Santos (2015) procurou identificar a centralidade da categoria mediação na construção das políticas de estágio dos cursos de serviço social das Unidades de Formação Acadêmicas da região Oeste do Paraná, concluindo que o estágio supervisionado se reafirmou como central no processo formativo. Com o objetivo de analisar como se consolida a formação no estágio não obrigatório no referido curso de uma universidade federal, Menezes (2018) observou que a atividade apresenta muitas barreiras, mas, ainda assim, o estágio contribui para a formação profissional dos estudantes.

Na área de Secretariado Executivo, Silva *et al.* (2017) delinearam um panorama da oferta de estágios no curso através da agência de estágios de uma universidade federal, que mostrou que há um mercado carente deste profissional e que, a partir de sua qualificação, poderá oferecer mais chances de crescimento. Lima de Barros, Alves e Araújo (2014) buscaram compreender a visão do estudante de Secretariado Executivo a respeito da prática do estágio supervisionado nas organizações, concluindo que a prática do campo e a formação pedagógica se mostram convergentes, bem como os estudantes se mostram satisfeitos com a atuação supervisionada. Galindo *et al.* (2018) analisaram os níveis percebidos de aprendizado teórico-prático e segurança na aplicação de conhecimentos adquiridos pelos egressos do Curso de Secretariado Executivo de uma universidade federal e, através do estudo, foram identificadas lacunas no processo de formação profissional, na medida em que inseguranças e níveis não satisfatórios de percepção de aprendizado foram apontados pelos sujeitos da pesquisa.

Com o objetivo de identificar os fatores que levam a Biblioteca Central a não ofertar um projeto permanente de oferta de bolsas de estágio para alunos do curso de Biblioteca de uma universidade federal, Rocha, Simões e Sousa (2014) verificaram a inexistência de projeto de bolsas de estágios e que a falta de verba é o maior obstáculo. Entretanto, há proposta e interesse dos responsáveis em contratar mais estagiários como, também, em implantar um projeto permanente nesse sentido. Falcetta (2018) afirma que é consenso o entendimento de que os processos de aprendizagem vão além dos ambientes formais, sendo muitas as possibilidades de se produzirem contextos propícios à aprendizagem, quando buscou analisar as ações formativas empregadas nas práticas da redação de um jornal universitário.

Lôbo (2018) buscou demonstrar como o estágio não obrigatório impacta na formação social, acadêmica e profissional de estudantes, os limites e possibilidades dessa prática formadora, percebendo que o estágio afeta significativamente a formação profissional acadêmica. Assim, também Polzin e Bernardim (2018) procuraram detectar os fatores que motivam os estudantes a buscarem inserção profissional através do estágio não obrigatório remunerado, apontando importância da prática para o processo formativo e para a inserção laboral. Com a intenção de compreender de que forma o estágio não obrigatório corrobora com a formação e inserção dos estudantes ao mundo do trabalho, Pereira (2010) inferiu que o estágio curricular não obrigatório é um importante articulador entre a educação e o mundo do trabalho, acrescentando aos estudantes condições objetivas de conhecerem a profissão almejada. Isso porque permite a convergência da teoria com a prática em ambientes reais de trabalho, sendo essencial para formar as competências requeridas pelos empregadores públicos e privados. O estudo de Almeida Neto (2015) buscou investigar os fatores que têm influenciado as probabilidades de evasão e permanência dos estudantes e sua inserção no mercado de trabalho, o que mostrou que as atividades de iniciação científica e de trabalho oferecidas pelo curso, bem como as experiências acadêmicas vividas pelos estudantes durante a graduação podem ter um impacto positivo maior do que a origem social sobre as chances de permanência, diplomação e, posteriormente, de entrada no mercado de trabalho.

Por outro lado, Lavall e Barden (2014), mesmo concluindo que a prática contribui de forma positiva para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, revelaram certo descontentamento com a supervisão realizada pela Universidade pesquisada, ao verificar as contribuições do estágio para a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Com a finalidade de investigar como é organizado o estágio não obrigatório pelas Comissões Orientadoras de Estágios nos cursos de graduação em uma universidade federal, Silva (2016) realizou seu estudo, concluindo que muitos desafios enfrentados por essas Comissões dificultam ou inviabilizam o acompanhamento efetivo das atividades do estágio não obrigatório nos cursos de graduação da instituição. Com o objetivo de compreender o panorama dos estágios não obrigatórios de uma universidade privada, Machry (2014) identificou a existência de problemas de ordem administrativa e pedagógica na condução do processo de estágio não obrigatório, apontando distanciamento entre estudante e orientador, além de realização da prática profissional sem aproximação com a Instituição de Ensino. A fim de verificar de que forma se organizam e se articulam os agentes de integração frente ao programa de estágios não obrigatórios no Rio Grande do Sul, visando à sua manutenção e do programa, Corrêa (2014)

percebeu uma mudança nos fundamentos pedagógicos e disciplinares do programa e que somente a quebra destes preceitos poderia ensejar ações com evidências dessa natureza.

Em busca de desvelar o significado que os estágios obrigatórios e não obrigatórios assumem na formação acadêmica e profissional dos estudantes e nas estruturas curriculares dos seus cursos de graduação, Ramos (2013) observou que a universidade procura permanentemente consolidar a interdisciplinaridade, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante, mas não reconhece, nos estágios curriculares, qualquer que seja a modalidade, oportunidades reais e incontestáveis para atingir os objetivos que legitimam a razão do seu fazer. Com o intuito de problematizar as condições de formação e atuação dos bolsistas de estágio não obrigatório em uma universidade federal e produzir um panorama de suas precariedades, os resultados de Levi, Silveira e Brunetta (2014) apontaram para a centralidade do trabalho na articulação entre assistência, formação e trabalho e a amplitude no uso da modalidade de bolsa como meio de apropriação de trabalho em condições adversas, legitimado pela necessidade de assistência aos estudantes, o que acarreta uma incoerência nas políticas que tentam articular formação, trabalho e assistência.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Em relação aos objetivos, a pesquisa é considerada descritiva, que é assim classificada quando o objetivo principal é a descrição de determinada população ou fenômeno específicos (GIL, 2002). De acordo com o autor, assim como as pesquisas exploratórias, as pesquisas descritivas são realizadas frequentemente por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática e as mais requeridas por organizações como instituições educacionais.

Quanto à abordagem, foi realizada uma pesquisa mista, que se adéqua ao tema pois, segundo Creswell (2007, p. 211), é a melhor alternativa quando há “necessidade de esclarecer o objetivo de reunir dados quantitativos e qualitativos em um único estudo”. O método misto utiliza estratégias de investigação que incluem coleta de dados simultânea para compreender melhor os problemas de pesquisa. Essa coleta também compreende a obtenção de informações numéricas e de texto para que o banco de dados final demonstre tanto informações quantitativas como qualitativas. Este estudo se caracteriza como misto ao buscar analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes em alguns cursos de graduação, buscando compreender sua relação com o processo de ensino aprendizagem e com as possibilidades do mercado de trabalho, reconhecendo formas de melhorar sua estrutura.

Do ponto de vista dos procedimentos, foi utilizado o levantamento de campo *survey*, que, segundo Gil (2008), se caracteriza pelo questionamento direto das pessoas que se pretende conhecer. Entre os principais benefícios desse tipo de pesquisa, estão o conhecimento direto da realidade, a economia e rapidez e a quantificação (GIL, 2008).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

No presente trabalho, a população compreendeu os estudantes do ICEAC do Campus Carreiros da FURG, do qual fazem parte os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, que estejam realizando estágio não obrigatório no ano de 2022, ou que já tenham realizado até essa data o que, de acordo com o Sistema FURG, totaliza 119 estudantes em novembro de 2021. A amostra abrangeu os estagiários que participaram da pesquisa, em um total de 41 estagiários.

Da mesma forma, fizeram parte da pesquisa os três coordenadores dos cursos em estudo, cinco professores orientadores de estágio não obrigatório que aceitaram participar, do total de sete que foram convidados, e 13 supervisores de estágio nas empresas concedentes desses estágios, dos 126 que receberam o questionário.

3.3 COLETA DE DADOS

Na pesquisa documental, as fontes de pesquisa foram a Lei 11.788, que dispõe sobre o estágio de estudantes, as leis anteriores que regiam o estágio, a regulamentação do ICEAC e da FURG sobre estágio e os documentos de estágio da FURG (Termo de Compromisso de Estágio, Plano de Atividades, Formulário de Encaminhamento de Termo de Compromisso de Estágio). De acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2013) os documentos são uma fonte valiosa de dados qualitativos, pois podem ajudar a entender o fenômeno central do estudo, ajudando o pesquisador a conhecer o cotidiano de um ambiente.

Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado na foi um questionário (Apêndice A) para os estagiários e ex-estagiários que ainda estivessem matriculados nos referidos cursos, que foi aplicado, de forma *online*, através do aplicativo *Google Forms*. O questionário era composto de afirmações, às quais os estudantes responderam em uma escala tipo *Likert*, especificando o nível de concordância com cada uma delas, de perguntas fechadas, com opções de respostas previamente delimitadas, e de perguntas abertas, a fim de ter conhecimento da opinião, expectativas e situações vivenciadas pelos estagiários. O link foi enviado por e-mail para toda a amostra de estudantes.

Outra ferramenta utilizada foi a realização de entrevistas estruturadas com os Coordenadores dos Cursos e com os professores orientadores de estágio não obrigatório (os roteiros de entrevista encontram-se nos Apêndices B e C). Nesse tipo de entrevista, o entrevistador realiza seu trabalho a partir de um roteiro de perguntas específicas e esse instrumento indica quais perguntas serão feitas e em que ordem serão apresentadas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Devido à pandemia, as entrevistas foram feitas de forma virtual, utilizando a plataforma *Google Meet* e os áudios registrados para transcrição e análise. A média de tempo para a realização das mesmas foi de 30 minutos.

Também foi realizado um questionário com os supervisores de estágio nas empresas concedentes, de forma *online*, através do aplicativo *Google Forms* (Apêndice D), que foi enviado por e-mail para os responsáveis nas empresas.

A coleta de dados iniciou apenas após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FURG, sob o Parecer número 5.250.697 e os instrumentos de coleta de dados da pesquisa foram validados pelos pares.

Os questionários e entrevistas foram realizados no mês de março de 2022 e, encerrado o prazo estipulado para a coleta de dados, foi verificada a participação dos três coordenadores de curso, os quais também exercem a atividade de orientadores de estágio, dois orientadores de estágio, 13 supervisores de estágio nas empresas e 41 estagiários e/ou ex-estagiários.

Duas professoras orientadoras de estágio não obrigatório se negaram a participar da pesquisa, mas enviaram resposta justificando. Uma delas informou via *WhatsApp* que, embora achasse interessante o tema da pesquisa, não sabia em que poderia contribuir, pois a única atividade realizada com relação à orientação era dar “ok” nos relatórios do Sistema.

Outra professora orientadora retornou o contato feito através de e-mail informando que, devido ao período pandêmico, ainda precisava de um acompanhamento mais próximo daquele que é realizado atualmente com os estagiários para ser fiel ao que se buscava identificar na pesquisa.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos dos questionários e das entrevistas foram examinados através da técnica de Análise de Conteúdo que, para Bardin (2016, p. 38), consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Segundo a autora, não é apenas um único instrumento, se trata de uma gama de formas que se adapta à extensa área das comunicações.

Na análise também se recorreu à técnica da triangulação, na qual há a combinação de metodologias diferentes no estudo de um fenômeno e pretende abarcar a maior amplitude ao descrever, explicar e compreender o tema estudado (MARCONI; LAKATOS, 2008). A estratégia de triangulação de dados foi empregada com as entrevistas aos supervisores e orientadores de estágio não obrigatório, com a aplicação de questionários aos estudantes estagiários e com a análise de documentos institucionais.

Foi utilizada a estratégia de pesquisa documental que, de acordo com Martins e Theóphilo (2016), utiliza documentos como fontes de dados e tem a característica de evitarem outro viés que não o expresso nos próprios documentos. As fontes de pesquisa da análise documental foram a Lei nº11. 788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano de Estágio da Universidade e a Proposta de Criação da Central de Estágios da mesma instituição.

A fim de auxiliar no processo de análise dos dados, foi utilizado nas entrevistas o *software* Iramuteq, que é um programa gratuito que executa análise lexical do material textual e particiona o texto em classes hierárquicas, identificadas a partir dos segmentos de textos que compartilham o mesmo vocabulário, facilitando, assim, que o pesquisador conheça seu teor. De acordo com Salviati (2017, p.4), “a análise textual é um tipo específico de análise de dados, que trata especificamente da análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes contextos”.

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, foram realizados os procedimentos de coleta e análise de dados, conforme Quadro 2.

QUADRO 2 – Construto para análise dos dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS	COLETA DOS DADOS	ANÁLISE DOS DADOS	QUESTÕES AUTOR/ANO
Descrever o processo atual de gestão do estágio não obrigatório no âmbito proposto.	Processo atual do Estágio não obrigatório	Questionário estudantes: questões 1 a 9 e 24 Entrevista Coordenadores dos Cursos: questões 1 a 8 Entrevista Orientadores de estágio não obrigatório: questões 1 a 9 Questionário supervisores: questões 1 a 8 Pesquisa bibliográfica	Análise de Conteúdo Análise Documental	Gomes (2020) Machry (2014) Menezes (2018) Nascimento (2019) Oliveira (2020) Ramalheiro (2016) Silva (2016)
Analisar, sob a perspectiva do estudante, as mudanças que o estágio promove na sua vida pessoal e profissional.	Vida pessoal e profissional	Questionário estudantes: questões 12 a 16	Análise de Conteúdo	Borges (2018) Carvalho (2017) Morais (2012) Pereira (2010)
Descrever, do ponto de vista do estudante, de que forma as experiências profissionais do estágio interferem em seu desenvolvimento acadêmico.	Experiências profissionais	Questionário estudantes: questões 17 a 19, 21 a 23	Análise de Conteúdo Análise Documental (Documentos PRAE/ CODAFE)	Carvalho (2017) Gomes (2020) Machry (2014) Morais (2012) Torres, Silva, Falk (2011)

<p>Reconhecer aspectos que interligam a teoria e a prática, a partir da realização do estágio não obrigatório, sob a ótica de supervisores, orientadores, coordenadores de curso e estudantes.</p>	<p>Teoria e prática no estágio não obrigatório</p>	<p>Questionário estudantes: questões 10, 11 e 20 e</p> <p>Entrevista Coordenadores dos Cursos: questões 9 a 14</p> <p>Entrevista Orientadores de estágio não obrigatório: questões 10 a 19</p> <p>Questionário supervisores: questões 9 a 12</p> <p>Pesquisa bibliográfica</p> <p>Análise da proposta da Central de Estágios da PRAE</p>	<p>Análise de Conteúdo</p> <p>Análise Documental (Documentos PRAE/ CODAFE)</p>	<p>Menezes (2018) Morais (2012) Ramalheiro (2016) Silva (2016) Torres, Silva, Falk (2011)</p>
<p>Elaborar uma proposta que possibilite a implementação da Central de Estágio da FURG, a partir da perspectiva dos atores pesquisados, propondo meios de colaborar com a relação acadêmica e profissional.</p>	<p>Proposta de intervenção</p>	<p>A partir dos objetivos específicos a, b, c e d.</p>	<p>Análise de Conteúdo</p>	<p>Inovação do estudo</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será realizada, inicialmente, a apresentação da organização estudada e das características dos respondentes das entrevistas e questionários e, a seguir, serão elencados e discutidos os resultados dos dados coletados. A partir das informações relatadas pelos estudantes estagiários, coordenadores de curso, professores orientadores e supervisores de estágio não obrigatório, foi empregada a estratégia de triangulação, ao relacioná-las com o referencial teórico que serviu como base para este estudo e com a análise de documentos institucionais.

A fim de manter o sigilo das entrevistas e questionários nas transcrições, a identidade dos entrevistados, respondentes dos questionários e estudantes, assim como as disciplinas, foram codificados, conforme a Quadro 3.

Quadro 3 – Codificação das entrevistas e questionários

Função	Código utilizado
Estagiários e/ou ex-estagiários	E1 até E41
Coordenadores de Curso	C1, C2, C3
Orientadores	O1 até O5
Supervisores	S1 até S13
Disciplinas	D1, D2, D3

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 ORGANIZAÇÃO ESTUDADA

A organização estudada é a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, instituição educacional de natureza fundacional pública, gratuita, integrante da Administração Federal Indireta, dotada de autonomia didático-científica e administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A Universidade conta com quatro *campi* distribuídos em municípios do cordão litorâneo sul-rio-grandense: Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul. No ano de 2020, somava 67 cursos de graduação, sendo 63 cursos na modalidade presencial e quatro cursos na modalidade à distância (desenvolvidos em 28 polos de EAD), 25 cursos de pós-graduação *lato sensu* (oito cursos presenciais, seis EAD, nove residências médicas e duas residências multiprofissionais) e, com 34 programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 29 cursos de mestrado acadêmico, cinco cursos de mestrado profissional e 14 cursos de doutorado. No segundo semestre de 2020, a instituição contava com

9.490 alunos de graduação, 1.911 alunos de pós-graduação, 846 docentes do quadro permanente e 1.175 servidores técnico-administrativos (FURG, 2021).

O Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC – tem como meta promover o ensino, a pesquisa e a extensão na área de ciências sociais, desenvolver atividades que estimule a integração da sua área de atuação com a sociedade local/regional, atuar na ciência, tecnologia e inovação junto ao Parque Tecnológico da FURG, disseminando conhecimentos técnico-científicos de excelência de suporte à nação. Como Unidade Acadêmica, tem como seu principal papel contribuir com a capacitação de recursos humanos nas grandes áreas científicas de Administração, Economia e Contabilidade, formando profissionais com excelência. Abrange cinco cursos de graduação: Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Comércio Exterior, com um total de 1121 estudantes matriculados no 2º semestre de 2021. Na pós-graduação, os cursos de Mestrado em Economia Aplicada, Administração e Contabilidade somaram 99 estudantes matriculados no mesmo período.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS RESPONDENTES

A partir do questionário respondido por 41 estagiários e/ou ex-estagiários, foi possível identificar, primeiramente, o perfil dos estudantes que realizam estágio não obrigatório no ICEAC, dos quais 19 são do curso de Administração, 11 do curso de Ciências Contábeis e 11 do curso de Ciências Econômicas. 59% dos respondentes tem idade entre 21 e 25 anos, 54% são do gênero feminino, 46%, do gênero masculino. Quanto ao semestre em que começaram a estagiar, 16 estudantes iniciaram no 3º semestre, nove no 4º semestre, seis no 2º semestre, cinco no 5º semestre, quatro no 6º semestre e apenas um estudante começou a prática no 1º semestre.

Através do questionário respondido pelos supervisores de estágio não obrigatório, constatou-se que a média de tempo de trabalho dos respondentes nas referidas empresas é de 12 anos e meio, enquanto o tempo de atuação como supervisores de estágio não obrigatório é de 6 anos e meio, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos Supervisores de estágio nas empresas

Supervisor	Tempo de atuação na empresa em anos	Tempo de atividade como supervisor em anos
S1	21	10
S2	14	7
S3	32	4
S4	18	10
S5	18	13
S6	5	5
S7	9	6
S8	6	5
S9	5	5
S10	9	5
S11	6	3
S12	19	11
S13	4	1

Fonte: Dados da pesquisa

Os coordenadores de curso e orientadores de estágio não obrigatório entrevistados são todos professores efetivos da Universidade nos cursos em estudo e a média de efetividade no serviço público é de 14 anos.

4.3 PROCESSO ATUAL DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

A partir dos questionários respondidos pelos estagiários e/ou ex-estagiários, supervisores de estágio não obrigatório nas empresas concedentes, coordenadores de curso e orientadores de estágio não obrigatório, foram obtidos dados que possibilitaram caracterizar o funcionamento da prática sob seu ponto de vista.

No que se refere à situação atual do estágio não obrigatório, 59% dos estudantes respondentes estavam com o estágio em andamento e 41% já tinham o estágio concluído no momento em que responderam ao questionário. A respeito de quantos estágios realizaram durante a graduação, 71% informaram que fizeram apenas um estágio; quanto ao tempo de duração do último estágio realizado (ou o atual), 46% informaram ter realizado a prática pelo período de sete a 12 meses, 25% menos de seis meses, 22% de 13 a 18 meses e 7% permaneceram de 19 a 24 meses na atividade. O fato de muitos estudantes terem pouco tempo de estágio pode ser decorrente do fato de estarem no início de sua atividade e, não obrigatoriamente, por terem saído da mesma antes do término do período máximo de permanência na mesma empresa concedente, que é de 24 meses.

A inserção no estágio não obrigatório de 66% dos respondentes se deu a partir de “aprovação em processo seletivo”, seguida de “indicação” e “encaminhamento por empresas

de recrutamento e seleção”, com 15% cada um e 63% informaram não ter encontrado dificuldade para conseguir a primeira oportunidade de estágio não obrigatório na sua área.

Entre as dificuldades para a realização do estágio não obrigatório, a “administração do tempo entre as demandas do estágio e da Universidade”, a “carga horário extensa” e a “falta de conhecimento técnico” foram os obstáculos mais observados pelos estagiários, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Dificuldades na realização do estágio não obrigatório para os estudantes



Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à falta de conhecimento técnico, Pereira (2013) cita em sua pesquisa a falta de treinamento como um dos fatores identificados como dificultadores do processo de aprendizagem do estudante. Já o estudo de Oliveira (2020), ratifica os dados desta pesquisa ao concluir que uma das dificuldades do estágio é conciliar o tempo entre as suas demandas e as atividades da universidade, devido ao aumento da carga horária dos compromissos diários.

Também relacionado à carga horária extensa e à administração do tempo entre as diversas demandas, Ramos (2013), declara em seu estudo que:

foi possível compreender por que poucos estudantes conseguiam conciliar curso, estágio curricular não obrigatório e trabalho, considerando o tempo possível para o cumprimento de ambos os compromissos, uma vez que a carga horária desses estágios é de até 30 horas semanais, e os cursos cobrem tranquilamente outras 20 horas, isso sem considerar que muitos estudantes ainda tinham estágios curriculares obrigatórios a cumprir, além das aulas de base teórica a que precisavam eventualmente assistir (RAMOS, 2013).

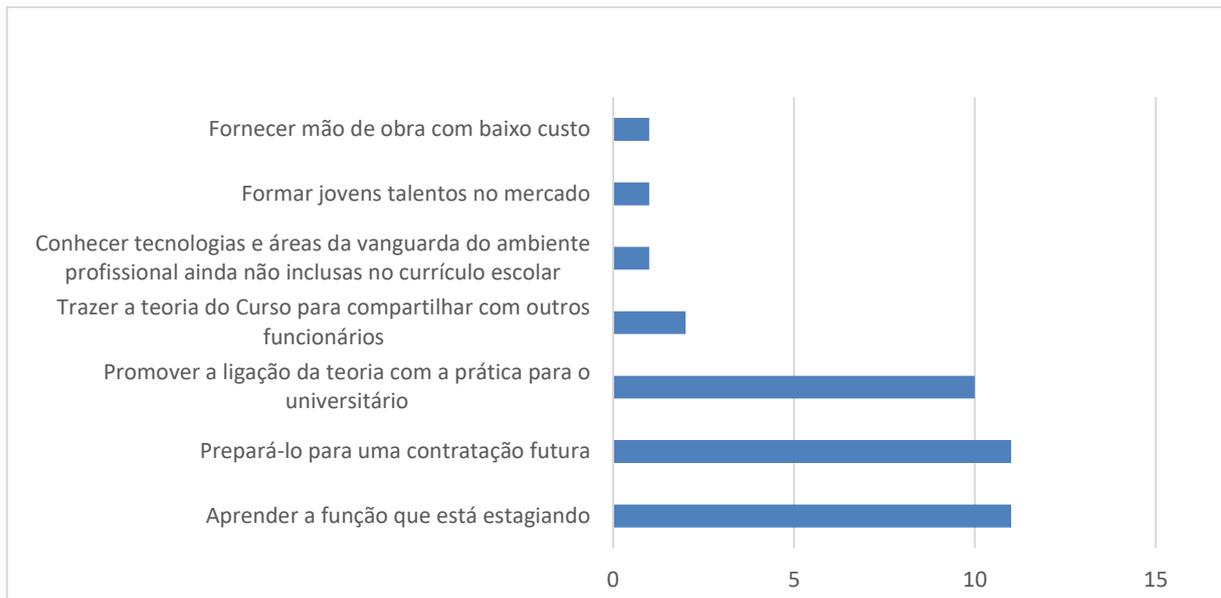
Ao responder sobre o que consideram que precisa ser melhorado no processo de estágio não obrigatório, os estagiários fizeram referência à cobrança excessiva; para E22, *“as empresas não deveriam cobrar tanto dos estudantes, como por exemplo, experiência”*. Também se queixaram da falta de paciência com os estagiários, pois *“não somos profissionais com experiência ainda e somos tratados como”* (E6). Também foram reivindicações dos estagiários a *“assistência ao aluno iniciante”* (E30) e um *“melhor acompanhamento do supervisor de estágio (professor)”* (E33) e da *“faculdade”* (E8).

O estudo de Machry (2014) também apontou que é preciso que haja maior interação entre professor orientador e estagiário, já que metade de seus entrevistados não sabe quem é o orientador; para os estudantes de sua pesquisa, o processo também é considerado muito burocrático para os alunos.

Ao perguntar aos supervisores de estágio não obrigatório nas empresas se eles acreditam que o estagiário sabe qual é a atuação do supervisor no acompanhamento dos estágios, 85% responderam “sim”, enquanto 15% responderam “não”, e atribuíram suas respostas ao fato de serem *“atribuições definidas no início do estágio”* (S2) e de o estagiário ser acompanhado diretamente pelo supervisor, de acordo com S6. Por outro lado, respostas indicaram que o papel do supervisor *“não é explicado pelo agente de integração, nem para empresa, nem para o estudante”* (S11).

No que diz respeito à efetivação nas empresas, 7,7% dos supervisores informaram que todos os estagiários são efetivados, 53,8% disseram que mais da metade dos estagiários são efetivados, 15,4% dos respondentes disseram que em torno da metade dos estagiários são efetivados e também 15,4% disseram que poucos são efetivados, enquanto 7,7% declararam não ter nenhum estagiário efetivado ou que não se aplica a efetivação. Quanto ao papel do estagiário na empresa, a maioria dos supervisores acredita que seja preparar os estudantes para uma contratação futura e aprender a função que está estagiando, seguidos pela opção de promover a ligação da teoria com a prática, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Papel do estagiário na empresa sob a ótica dos supervisores



Fonte: Elaborado pela autora

Nas entrevistas realizadas com os coordenadores de curso, foi constatado que a quantidade de estudantes que fazem estágio não obrigatório nos três cursos estudados é alta e que o papel da Universidade está relacionado, principalmente, à função burocrática de regulamentação interna e tramitação de documentos. Quanto aos procedimentos que procuram ter antes de que os estudantes iniciem o estágio não obrigatório, os coordenadores de curso informaram que estes estão ligados à observação dos pré-requisitos necessários, da carga horária e da documentação. No que se refere ao acompanhamento das atividades, os coordenadores de curso relataram que realizam atividades que “*chegam via Sistema... de validar, de aprovar, dar o encaminhamento*” (C2).

Nas entrevistas com os orientadores de estágio, eles responderam sobre o que acham que o estudante espera em relação ao acompanhamento; para O2, o estudante “*nem espera nada*”, pois nunca fizeram nenhum tipo de contato com dúvidas, nem relatando dificuldades. Para O4, a expectativa se refere à celeridade na tramitação dos documentos:

Que não demorem para assinar os documentos necessários para o início do contrato, bem como analisarmos os relatórios parciais da situação dos nossos estagiários. Digo isso já que não ocorreram outras situações de apoio a dificuldades dos nossos alunos. Sempre foi algo bem tranquilo para eles. (O4)

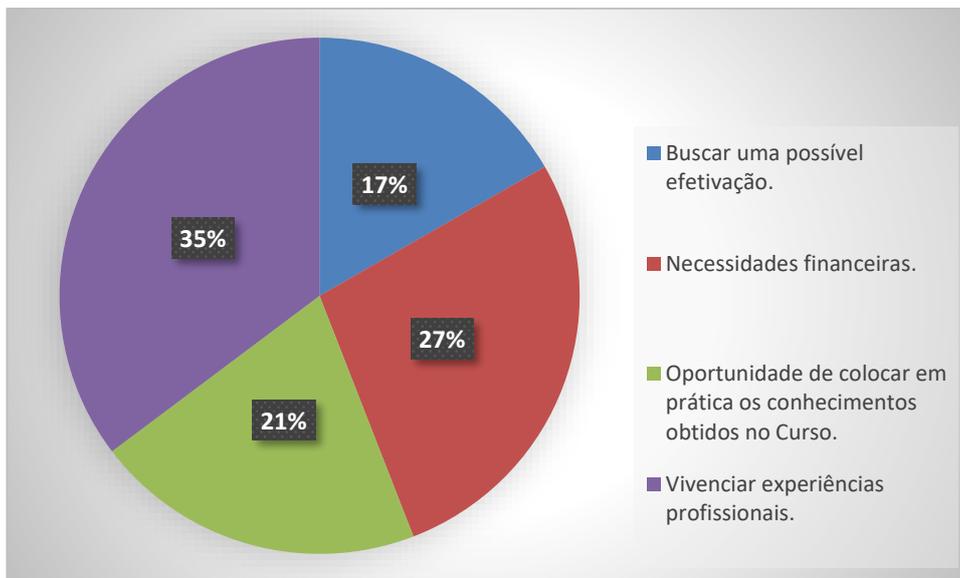
A respeito da relação entre coordenadores de estágio e supervisores nas empresas concedentes, os coordenadores informaram não haver esse contato, exceto em uma situação, conforme informou C1: “*Teve só um caso assim que tinha suspeita se realmente o aluno ‘tava’ fazendo estágio, que eu liguei, e que eu mandei e-mail e o supervisor me respondeu. Olha, só*

um caso assim”. Os orientadores de estágio também relataram não ter contato com os supervisores nas empresas.

4.4 VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

Quanto aos principais motivos que levaram os estudantes a realizar estágio não obrigatório, a busca por vivenciar experiências profissionais foi citada 36 vezes, necessidades financeiras foi uma razão mencionada 28 vezes, colocar em prática os conhecimentos obtidos no Curso foi apontado 21 vezes e buscar uma possível efetivação teve 17 indicações, conforme indicado no Gráfico 4. A partir das respostas dos estudantes, os motivos para a busca por estágio não obrigatório são relevantes, pois vão ao encontro do que se espera dessa prática, que, segundo Carvalho (2017) é proporcionar aos estudantes vivências práticas de seu curso.

Gráfico 4 – Motivos para realizar estágio não obrigatório



Fonte: Elaborado pela autora.

Morais (2012) também buscou saber os motivos que levam os estudantes a realizar estágio não obrigatório e os resultados foram semelhantes a esta pesquisa, já que a busca por desenvolvimento e experiência profissionais foi a razão da maioria dos estudantes, seguido pela necessidade de bolsa auxílio. Menor parcela, 13% dos entrevistados, foram motivados pela busca por efetivação, assim como neste estudo que teve 17% dos entrevistados com esse motivo. Na mesma linha, o estudo de Lavall e Barden (2014) aponta que:

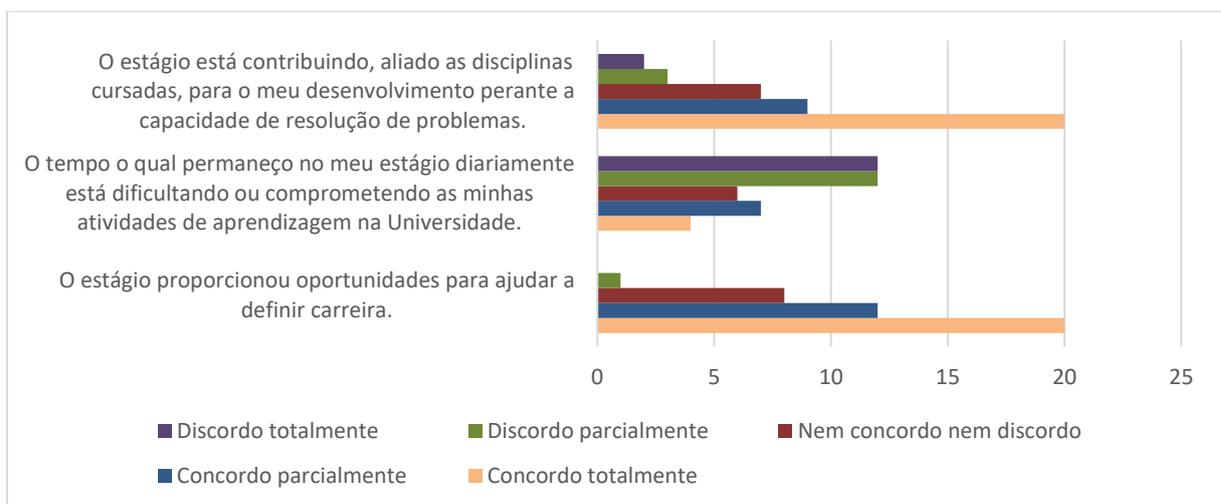
De acordo com os estudantes, adquirir experiência profissional, melhorar o currículo, desenvolver habilidades e competências, adquirir novos conhecimentos e conhecer na prática a área de formação escolhida são motivos importantes para procurar um estágio não obrigatório. É possível observar que a maioria dessas razões possui relação com o mercado de trabalho, sendo este mais um motivo da importância do estágio não obrigatório

para a formação profissional desses educandos. Por outro lado, a necessidade financeira também é apresentada como um motivo importante, demonstrando a necessidade da bolsa auxílio para a permanência na universidade (LAVALL E BARDEN, 2014).

4.5. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Dentre as questões propostas aos estudantes, constavam afirmações em que os respondentes deveriam especificar seu nível de concordância, desde concordo totalmente até discordo totalmente. A seguir, o Gráfico 5 sobre as questões citadas.

Gráfico 5 – Estágio não obrigatório



Fonte: Elaborado pela autora.

Os respondentes, em sua maioria, concordam totalmente que o estágio, juntamente com as disciplinas do curso, contribui para o desenvolvimento perante a capacidade de resolução de problemas. Ramos (2013, p. 201) confirma a importância dessa habilidade, pois, para a autora, os estágios configurados como uma prática educativa que acrescenta valor à formação dos estudantes, representam, no âmbito da educação superior, uma “excelente oportunidade para problematizar a realidade do mercado e do mundo do trabalho e desafiar estudantes e professores a buscar soluções criativas e mobilizadoras do conhecimento para a resolução de problemas”.

No que tange à opinião dos estudantes sobre o tempo que permanecem no estágio estar dificultando ou comprometendo as atividades de aprendizagem na Universidade, não houve expressiva manifestação de acordo ou desacordo, embora, em outra questão, os estudantes tenham mencionado o menor tempo para dedicar aos estudos como um ponto negativo do estágio não obrigatório.

A maioria dos estudantes que respondeu ao questionário concorda totalmente ou parcialmente com a afirmação de que o estágio proporcionou oportunidades para ajudar a

definir a carreira. Isso confirma os estudos realizados por Silva e Teixeira (2013) a respeito do impacto de atividades extracurriculares na vida dos estudantes, em que os autores revelam que o estágio é capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento de sua futura carreira profissional e que a atividade se destaca entre uma das mais significativas para a formação profissional dos estudantes, porque é capaz de proporcionar “emprego” e estreitar sua relação com o mundo do trabalho.

Dentre as influências positivas na vida acadêmica mais citadas pelos estudantes, em que eles poderiam escolher quantas opções quisessem entre as listadas, 44% informaram que o estágio não obrigatório melhorou seu *networking*, 35% afirmaram que melhorou a assimilação dos conteúdos e 16% disseram que o estágio não trouxe qualquer alteração significativa.

Morais (2012) também concluiu que os estágios colaboram para melhorar o *networking* de seus participantes, juntamente com a melhoria na assimilação de conteúdos. Machry (2014, p. 63) confirma o *networking* como um aspecto favorável na realização de estágio, pois “a rede de contatos com profissionais da área também é um aspecto positivo no ponto de vista dos alunos, pois contribui para conhecer melhor a área de atuação profissional”. Em seu estudo, Oliveira (2020, p. 43) verificou que a maioria dos participantes concorda que a prática “contribui de forma positiva para a formação acadêmica e profissional, tendo um impacto favorável na vida dos estudantes, colaborando para o seu crescimento”, ao buscar conhecer a percepção dos estudantes sobre o estágio não obrigatório.

Quanto às influências negativas na vida acadêmica, 36% dos estudantes mencionaram o menor tempo para dedicar aos estudos, 29% disseram que a prática diminuiu a assiduidade às aulas devido ao cansaço, 19% citaram a dificuldade em acompanhar as atividades didáticas e redução nas notas e 16% não tiveram qualquer alteração significativa. Embora grande parte das pesquisas não tenha focado nos pontos negativos do estágio para a vida acadêmica, Lôbo (2018) concluiu que os estudantes tiveram uma queda no rendimento escolar após o ingresso no estágio não obrigatório. De acordo com o autor, os motivos para essa queda foram associados à falta de tempo e ao cansaço físico e emocional dos estagiários, já que a atividade ocupa um tempo antes dedicado apenas aos estudos, o que corrobora esta pesquisa.

Nas questões abertas feitas aos estagiários e/ou ex-estagiários, foi solicitado que eles respondessem às perguntas: “Qual a importância da realização do estágio não obrigatório para tua formação?” e “Caso já tenhas realizado ou finalizado algum estágio não obrigatório, o que consideras que precisa ser melhorado neste processo?”. Com relação à primeira pergunta, muitos citaram a experiência profissional, a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a importância da prática para o currículo. Também foi mencionada a relação teoria-prática, já

que o estágio permite “*assimilar na prática os conceitos teóricos*” (E9) e a importância de “*colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas e melhorar a assimilação de tais conhecimentos*” (E30).

Em contrapartida, duas repostas revelaram que os estágios nem sempre tem relação com o curso, embora o Artigo 10 da Lei do Estágio indique que deve constar no Termo de Compromisso a compatibilidade com as atividades escolares. Segundo E2, o “*local de estágio tinha nada a ver com a minha formação. Foi fundamental apenas para meu networking (o que conta muito) e para meu aprendizado individual de diversas áreas de atuação*”. No mesmo sentido, E3 disse que preferiria ter realizado estágio na sua área. No estudo de Carvalho (2017), a maior parte dos estudantes revelou que gostaria que as atividades realizadas no estágio tivessem relação com seu curso, pois muitas vezes são designadas atribuições que não tem nenhuma relação e, com isso, os estudantes se sentem desmotivados por não terem mais conhecimentos a serem transmitidos pela empresa na área em que eles pretendem atuar.

Para outros estudantes, mesmo o estágio não tendo relação direta com os conteúdos graduação, “*possibilita ao aluno adquirir experiências profissionais que contribuam para a futura carreira dele*” (E27) e pode trazer experiências que sejam positivas para seu futuro profissional.

Acredito que a realização do estágio nos ajuda a ampliar os horizontes, vivenciar situações e lidar com pessoas. Além de estar inserido previamente no mercado de trabalho, me passando a sensação de segurança quanto as perspectivas da minha carreira como futuro formando [...] (E16)

4.6 TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

No que diz respeito ao nível dos conhecimentos adquiridos no estágio não obrigatório em relação aos conhecimentos adquiridos no curso, 39% dos estagiários avaliam que os conhecimentos do estágio são superiores aos conhecimentos do curso, 39% consideram do mesmo nível e 22% julgam os conhecimentos do estágio inferiores em relação aos do curso. No tocante às atividades realizadas, 49% afirmam executar atividades semelhantes às realizadas por profissionais formados, 24% consideram as atividades de estágio desvinculadas da área de formação acadêmica, 15% dizem serem atividades semelhantes às realizadas por estudantes de estágios mais avançados e 12% acreditam serem tarefas semelhantes às de profissionais recém-formados. Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de Torres, Silva e Falk (2011), em que 54% dos estagiários mencionaram realizar atividades semelhantes às de profissionais formados e apenas 9% registraram o exercício de atividades desvinculadas da área de formação acadêmica. Isso mostra que, muitas vezes, como o custo para contratar um estagiário é menor

se comparado a um trabalhador formal, o estágio não obrigatório é usado para contratação de mão de obra barata. Almeida Neto (2015, p. 168) sugere que haja “maior rigor das instâncias governamentais na avaliação das políticas de estágio dos cursos, para evitar que estas atividades se transformem, como tem ocorrido, em oferta de mão de obra barata para empresas e organizações”.

De acordo com a pesquisa, a maioria dos estudantes concorda totalmente que as atividades desempenhadas no estágio são compatíveis com os objetivos do curso. Semelhante ocorreu na pesquisa de Torres, Silva e Falk (2011), em que apenas 9% dos entrevistados registraram o exercício de atividades desvinculadas da área de formação acadêmica. Em oposição, ao estudar a gestão do acompanhamento do estágio não obrigatório no ensino superior, Machry (2014, p.16) identificou que, em alguns casos, os professores encontram “desvios nas atividades propostas no estágio em relação ao Curso do aluno ou identificam, nos documentos de renovação ou conclusão de estágio, que as atividades que desempenham não têm relação com seu Curso”.

No que tange à opinião dos supervisores sobre a função do estágio não obrigatório, 69% pensam que é uma oportunidade de inserção profissional, ao passo que apenas 31% veem a atividade como uma possibilidade de conciliar teoria e prática. Entre os benefícios que o estágio pode promover aos estudantes, os respondentes destacaram o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos requisitados no século 21, por meio de processos de aprendizagem integradores, capazes de agregar as habilidades funcionais com as habilidades de comunicação. Como opções menos escolhidas estão a oferta de oportunidade para os jovens se identificarem, profissionalizarem e serem valorizados e o entendimento de como funciona um escritório na prática.

Os supervisores de estágio nas empresas também responderam sobre o que deveria ser alterado na atual configuração do estágio não obrigatório na FURG e, apesar de alguns não apresentarem sugestões de mudanças, vários respondentes manifestaram descontentamento quanto ao excesso de burocracia e às restrições para estagiar, como cadeiras obrigatórias e o pré-requisito de terem cursado dois semestres. S2 sugeriu fazer uma capacitação dos alunos para o estágio:

Penso que a Universidade deveria fazer alguma espécie de formação quando do início do estágio, possibilitando que as alunas e os alunos tivessem noções básicas sobre o funcionamento e importância do estágio, primeiramente para que possam realmente ter ideia da relevância da atividade e, a partir daí, tentar evitar casos em que o estagiário possa se transformar apenas em uma mão de obra mais barata, como infelizmente existe, inclusive no serviço público. (S2)

Para S3, “*pode haver um processo inverso, onde a FURG apresente seus estudantes que estão buscando estágio, com um perfil resumido, para as empresas buscarem em um portal, esses candidatos*”, sugerindo também maior envolvimento da Universidade na prática de estágios não obrigatórios.

Os orientadores de estágio também responderam a essa questão; O1 informou estar há pouco tempo na atividade e que acha que está satisfatório nesse formato; por outro lado, O4 acha pertinente haver um lugar na Universidade onde possam ser centralizadas as vagas existentes, a fim de haver mais clareza no processo de seleção. Para O5, a sugestão de alteração se dá no acompanhamento: “*Talvez tenha que sofrer algumas reformulações nesse processo de acompanhamento, mais na interação do professor com o estudante, do professor com o responsável na organização, melhorar essa comunicação. Realizar reuniões, criar espaços de reuniões mensais de avaliação.*” (O5).

Com o objetivo de saber o que pensavam a respeito da possibilidade de implementação de uma Central de Estágios na FURG que tem, entre seus intuítos, a captação de vagas das empresas e a divulgação do currículo dos estudantes interessados em estagiar, os supervisores responderam afirmativamente, por facilitar o processo e mencionaram que “*tudo que envolve divulgação e aproximação das oportunidades aos alunos sempre será bom*”. Para S2, “*Com certeza!, Um dos principais objetivos dos estudantes é a inserção no mercado de trabalho, e a FURG tem que agir proativamente pelos interesses dos estudantes*”. Para S11, “*qualificaria muito a procura por estudantes realmente interessados em adquirir conhecimento e se desenvolver*”. Também foi relatado por S10 que “*é interessante a proposta, tendo em vista que facilitaria a divulgação de vagas e permitiria que a Universidade tivesse mais participação nesse processo, podendo, inclusive, realizar o acompanhamento de forma mais próxima durante a execução do estágio*”.

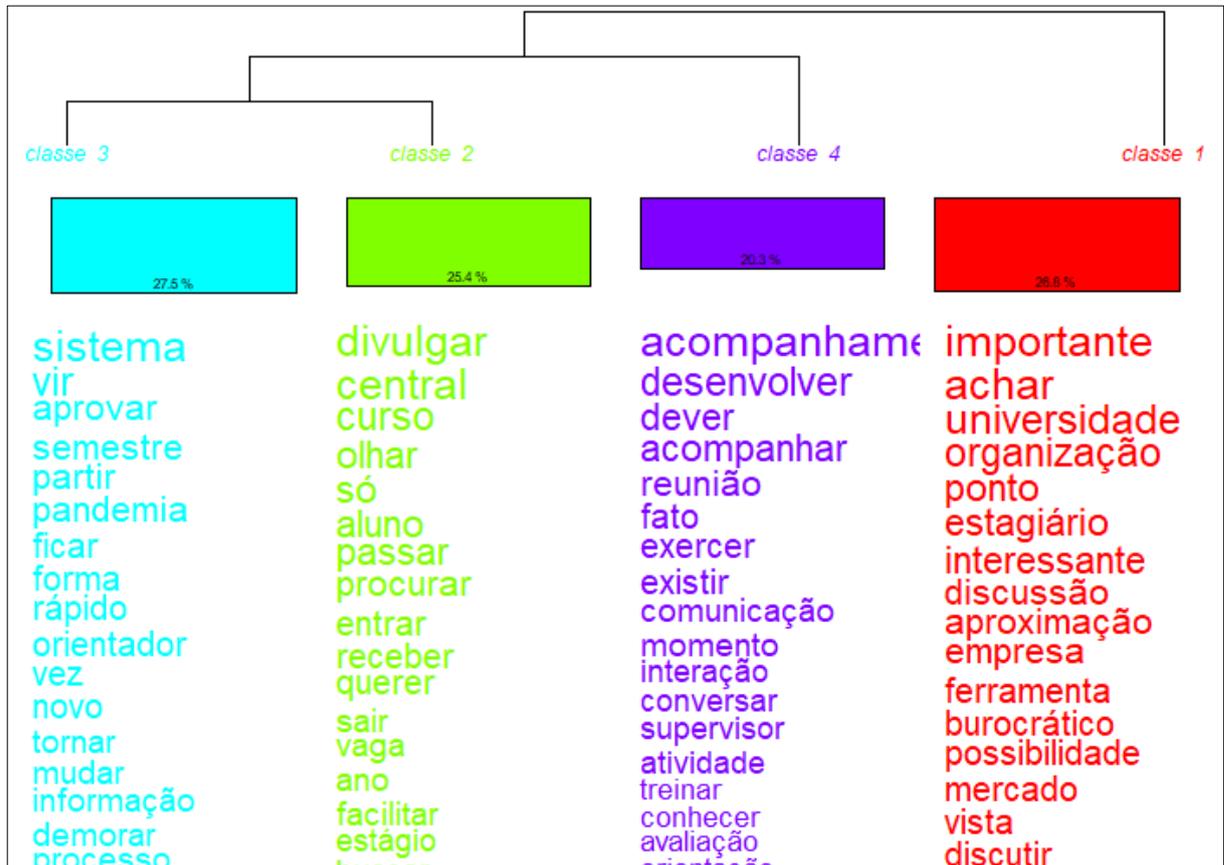
Diante desses dados, percebe-se que as empresas gostariam que houvesse maior participação da Universidade, tanto no apoio ao processo de divulgação de vagas e oferta de currículos, quanto em ações de acompanhamento dos procedimentos de estágio não obrigatório. Por parte dos coordenadores de curso, orientadores e estagiários, também é percebida a carência de maior envolvimento entre os sujeitos na prática do estágio não obrigatório.

4.7 TRATAMENTO DOS DADOS ORIUNDOS DAS ENTREVISTAS

As respostas das entrevistas com os coordenadores de curso e orientadores de estágio foram transcritas e inseridas no *software* Iramuteq a fim de obter uma análise dos dados textuais. Primeiramente, foi realizada uma análise por Classificação Hierárquica Descendente, na qual

os segmentos de texto são classificados em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas, conforme mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Elaborado pela autora no Iramuteq

Com base nessa análise, é possível observar a classe 1, denominada neste trabalho como “ORGANIZAÇÕES”, com os segmentos que dizem respeito à “universidade” e à “empresa” concedente de estágio não obrigatório, como “organização”, “aproximação”, com as “ferramentas” que são utilizadas e o processo “burocrático” que ocorre nas instituições para realização da prática do estágio. Isso é evidente na fala de O5, no que se refere à falta de interação entre os atores do processo: “A gente conhece os alunos, tem um retorno mais informal, mas não tem uma interação muito grande, nem com a organização, nem um acompanhamento de fato. A gente não tem um programa assim, um acompanhamento.”. Também O2 fez referência à necessidade de ser realizado um trabalho conjunto entre as organizações: “então acho que essa aproximação universidade – mercado é fundamental, assim precisa realmente que seja feita o quanto antes, talvez através ‘duma’ central ou de outras ações que possam ser desenvolvidas, né?”.

Na classe 2, aqui chamada de “OPORTUNIDADES”, há uma relação de informações que dizem respeito a “procurar” “vagas”, “receber” o “aluno”, “divulgar” e “facilitar” o processo de “estágio”. Esses segmentos nas entrevistas fazem referência ao papel que a FURG tem na realização dos estágios não obrigatórios, da necessidade de haver um lugar ao qual os estudantes possam recorrer para saber das vagas e das oportunidades, pois conforme C2, “às vezes, *elas (as empresas) mandam mensagem faltando pouco tempo pra fechar lá o período de vagas, de inscrições, e quando a gente vê já passou e a gente não conseguiu nem divulgar aos alunos*”. No mesmo sentido, C1 acredita que a existência de uma Central de Estágios dinamizaria o processo e possibilitaria “*divulgar mais para os alunos, acho que facilitaria muito mais e melhoraria mais também a relação do aluno pra conseguir estágio e a própria relação da Universidade com as empresas*”.

Na classe 3, denominada “PROCESSOS”, se encontra o “sistema”, a demora do “processo”, a aprovação, a dificuldade da “pandemia”, a relação com o “orientador”. Nessa linha, percebe-se a aprovação da implantação do Sistema de Estágios pelos entrevistados, embora alguns ainda percebam o processo lento, podendo desfavorecer o estudante; segundo C2, um erro na documentação pode fazer com que a mesma volte ao passo anterior no Sistema e recomece novamente, pois segundo ele “*já teve relatos [...] do aluno perder a vaga por conta disso*” e “*de alguma forma, eu acho que esses processos poderiam ser minimizados*”. Essa necessidade de agilizar os procedimentos é um motivo para dois cursos estudados estabelecerem que o Coordenador de Curso também atue como orientador de estágio e, para C3, essa escolha se dá para facilitar e agilizar a tramitação dos documentos no Sistema.

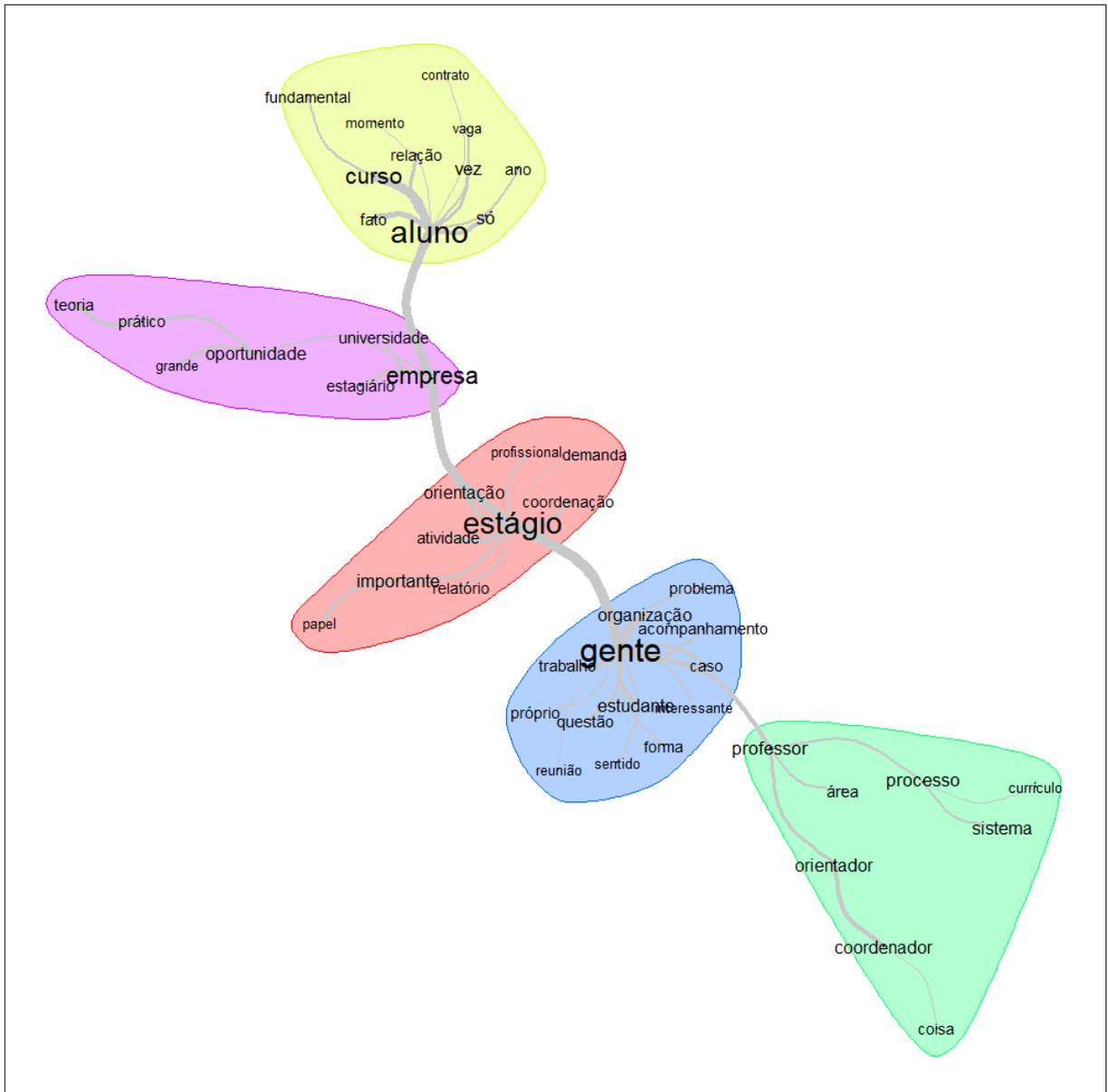
Já na classe 4, o bloco aqui nomeado como “ACOMPANHAMENTO”, menciona a necessidade de ocorrência de mais reuniões, a melhora da comunicação e também tem relação com a orientação de estágio. Pode-se perceber nas entrevistas que o professor orientador realiza apenas uma atividade burocrática de assinatura de relatórios e que isso é motivo de insatisfação por não conseguir “*desenvolver, de fato, uma atividade junto aos alunos que fosse, de fato, uma orientação*” (C2). O mesmo orientador relata que

Deveria haver assim uma rotina estabelecida em que os orientadores desenvolvessem realmente contato com os supervisores, pra fazer de fato acompanhamento, pra conversar com o aluno, reuniões periódicas. Acho que isso deveria de fato acontecer e não acontece, justamente, eu sei que não é de todos os cursos, mas no nosso é o próprio coordenador que orienta, então ele tá cheio de tarefa e não consegue fazer isso. (C2)

As respostas coletadas também foram inseridas no Iramuteq para obter uma análise de similitude, que “auxilia o pesquisador na identificação da estrutura da base de dados (corpus),

distinguindo as partes comuns e as especificidades, além de permitir verificá-las em função das variáveis descritivas existentes” (SALVIATI, 2017, p. 69), demonstrada na Figura 2.

Figura 2 – Análise de Similitude das respostas às entrevistas com Coordenadores de Curso e Orientadores de estágio não obrigatório.



Fonte: Elaborado pela autora no Iramuteq

A partir da árvore de coocorrência apresentada na análise de similitude, é possível verificar que a partir dos substantivos “estágio” e “gente” surgem ramificações que descendem para outras palavras relevantes para esta pesquisa, a fim de analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes, com destaque para “empresa”, “aluno”, “curso”, “acompanhamento”, “profissional”, “orientação”, “oportunidade”, “teoria” e “prático”. Com base nisso, foi feita uma análise das respostas e comparação com a teoria de base para este estudo, conforme segue.

Na entrevista realizada com os coordenadores de curso, foi possível inferir que a demanda de estudantes que realizam estágio não obrigatório é bastante grande nos três cursos em estudo; a maioria dos estudantes cursa as disciplinas que são pré-requisitos obrigatórios antes de realizar estágio (quando existem) e, em seguida, busca uma oportunidade de estagiar. Um dos coordenadores informou que a quantidade de estágios “*aumentou muito agora no período da pandemia*” e “*uma das vantagens que o ensino remoto propiciou ‘pros’ alunos, de uma maneira em relação ao estágio, é que eles puderam fazer estágio na sua cidade*” (C1), devido à facilidade de a atividade ser realizada remotamente e à implantação do Sistema de Estágios, sendo uma forma de ampliar o conhecimento e também para suprir necessidades financeiras.

No que se refere ao significado do estágio não obrigatório, tanto os coordenadores de curso quanto os orientadores afirmam que, na sua essência, é uma maneira de conciliar a teoria com a prática. Além disso, a partir das atividades realizadas de fato pelos estagiários, percebem que é uma oportunidade de inserção profissional no momento em que trabalham em locais que tem relação com o curso, mas em funções em que não tem a oportunidade de colocar em prática a teoria da Universidade, que deveria ser a essência do estágio. Como um ponto positivo da inserção profissional, citaram a oportunidade que o estudante tem de conhecer como uma empresa funciona, saindo um pouco do mundo acadêmico em que está acostumado. Para O5:

Teria que dizer assim que ele (o estágio não obrigatório) é uma oportunidade de inserção profissional muito grande. Eu já fui estagiário, já entrei numa organização por conta do meu estágio. Acho que as organizações subestimam essa possibilidade de já treinar, formar um profissional ali. Então, algumas tem programas muito interessantes de estágio, mas ainda acho que é uma oportunidade subutilizada, mas é uma grande oportunidade de inserção profissional. (O5)

Percebe-se, na fala dos entrevistados, que o ideal do estágio seria aliar a teoria à prática, mas, mesmo isso não ocorrendo, o fato de o estudante conseguir “apenas” uma inserção no mercado de trabalho através do estágio é positivo. Para O2, o estágio envolve, além do conhecimento técnico, o desenvolvimento de habilidades pessoais, que também vai contribuir para sua formação como estudante e como profissional.

É uma oportunidade dele se inserir no mercado e adquirir alguma experiência ainda que não seja exatamente na área dele, mas uma experiência profissional, um amadurecimento profissional. [...] o estágio, eu acredito que dá esse amadurecimento como pessoa, um crescimento como pessoa, lidar com pessoas, dependendo da atividade que ele exerce no estágio, mesmo que não seja puramente da área, ele vai aprender isso, a lidar com pessoas, a amadurecer, talvez até mesmo uma atividade de liderança pode vir a exercer. Então eu acho que essa oportunidade, acho que isso é a essência e hoje eu

vejo, não tanto no ligar teoria e prática porque, na maioria das vezes, não é isso que ele vai fazer, mas é uma inserção profissional já. (O2)

Borges (2018, p. 21) corrobora a importância do desenvolvimento de habilidades pessoais para a formação, afirmando que o mundo empresarial passou a exigir do profissional não somente o conhecimento teórico e prático, mas também “habilidades, competências e pensamento crítico voltados à gestão”. Segundo a autora, devido ao fato de o mercado estar cada vez mais competitivo, exigente e dinâmico, é preciso preparar profissionais com “preparo e capacidade de desenvolvimento de habilidades e competências” Borges (2018, p. 31). Também Moreira *et al.* (2014) acreditam que é necessário o desenvolvimento de habilidades comunicativas para que o profissional possa disseminar o conhecimento e administrar as informações no âmbito social ou organizacional. Na pesquisa de Menezes (2018), os próprios estagiários ratificam a importância do desenvolvimento de outras habilidades ao informar que, apesar de todas as dificuldades na realização do estágio não obrigatório, a prática traz contato com usuários e proporciona momentos valiosos de aprendizagem ao conhecer suas necessidades e prestar alguma orientação.

Sobre o papel da FURG na realização dos estágios não obrigatórios, os coordenadores de curso e orientadores têm opinião diversa; enquanto alguns pensam que é apenas o cadastro no Sistema, a maior parte acredita que a Universidade serve de intermediadora, tem a função da formação profissional, de fazer a primeira inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no preparo para sua futura profissão. Para C2, o papel da Universidade:

Eu acho que a FURG, ela tem um papel importante como uma instituição, que deve fazer essa regulamentação interna, de como funciona. De alguma forma, nos dá as diretrizes, por conta da lei dos estágios, senão a gente ficaria muito mais perdido ainda, mas eu considero que a FURG, ela teria muito mais o que fazer, que é bem na linha da proposta do teu trabalho. Ela poderia, como instituição, nos dar um suporte muito maior, não digo só aos professores e coordenadores, mas especialmente aos alunos nesse sentido, bem que tu falasses, assim dessa Central. Enfim, de os alunos terem um local onde recorrer, para ser candidatar, pra saber de vagas. [...] Assim, eu acho que a Central, realmente, ela contribuiria muito pra todos os atores do processo. (C2)

Em sua pesquisa, Machry (2014) também questionou os professores sobre o papel da instituição de ensino e obteve informações diversas, mas sempre apontando a importância da atuação da universidade nesse processo. Enquanto alguns professores citaram a atribuição de orientar os estudantes nas áreas de atuação da profissão e supervisionar e normatizar os estágios, outros citaram a importância de questões ligadas à “regulamentação, legislação e fiscalização”. Corroborando a citação de C2, outro entrevistado de Machry também ressaltou a importância de acompanhar efetivamente e dar suporte aos estudantes nesta prática educativa ao dizer que

a Universidade tem papel extremamente importante na realização dos estágios não obrigatórios. Segundo uma professora entrevistada na pesquisa de Machry (2014, p 66), a instituição deve “verificar a idoneidade das empresas que oferecem estágios, a forma como os alunos são tratados nos respectivos locais” e também analisar a relação das atividades exercidas com o curso, sob pena do estágio não provocar eficácia, pois “um estágio mal feito poderá desestimular o aluno, fazendo-o desistir do curso”.

Diante dos dados analisados, percebe-se a relevância do estágio não obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, a importância da convivência dentro das organizações para sua experiência profissional e a conveniência do valor da bolsa para sua vida pessoal. Também foi possível depreender que, para todos os atores envolvidos, a orientação é uma fragilidade dentro do processo do estágio não obrigatório, visto que estudantes, coordenadores de curso, professores orientadores e supervisores de estágios nas empresas concordaram da carência nesse suporte.

4.8 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A partir da pesquisa realizada e da análise situacional das influências do estágio não obrigatório na formação do estudante e sua inserção no mercado de trabalho, foi elaborado o Plano de Ação, como proposta de intervenção requerida pelo PROFIAP, com o objetivo de preencher eventuais lacunas e melhorar os processos nos procedimentos relativos ao estágio não obrigatório na Universidade, apresentado no Apêndice E.

5 RECOMENDAÇÕES

Com o intuito de viabilizar a construção da proposta de intervenção e associando a mesma ao objetivo da pesquisa, apresenta-se as recomendações de mudanças no Plano de Ação para a implementação da Central de Estágios da FURG e para sua institucionalização.

Mesmo não sendo o objetivo específico deste estudo, a fragilidade da orientação de estágio mostrou ser um ponto muito importante dentro do funcionamento do estágio não obrigatório e que precisa ser otimizado. Quando perguntados o que gostariam de aprimorar no processo de estágio não obrigatório, os coordenadores de curso e orientadores de estágio citaram a orientação como sugestão de mudança, já que é preciso que seja “*feito todo um acompanhamento e esse acompanhamento não é feito*” (C3). C2 também sugeriu a alteração:

Na orientação, sim eu acho que deveria exercer, existir orientação de fato. Deveria haver assim uma rotina estabelecida em que os orientadores desenvolvessem realmente contato com os supervisores, pra fazer de fato acompanhamento, pra conversar com o aluno, reuniões periódicas. (C2)

No mesmo sentido, O5 faz referência à carência dessa aproximação entre os atores do processo de estágio não obrigatório:

Eu acho que essa necessidade de aproximação ela é importante, que a gente tivesse talvez um momento, que fosse ele virtual, pra não precisar se deslocar fisicamente, mas que a gente pudesse ter uma conversa com o responsável na organização, que isso fosse algo, digamos, obrigatório. (O5)

Nesse sentido, a sugestão de alteração diz respeito à participação efetiva dos orientadores no processo, não sendo apenas uma atividade burocrática, mas de envolvimento na atividade, de maneira que dê maior segurança ao estagiário quanto à realização de suas atividades. Como mencionado nas falas de C2 e O5, devem ocorrer reuniões periódicas, de caráter obrigatório, com o fim de avaliar a atuação e dirimir problemas que possam estar acontecendo.

A proposta da Central de Estágios elaborada pela PRAE prevê a existência de um núcleo administrativo, no qual serão viabilizadas todas as formalizações jurídicas necessárias para a prática, tanto para elaboração de Acordos de Cooperação e Termos de Compromisso de Estágio, quanto para elucidar dúvidas relativas aos processos de estágio. Essa tarefa, que é realizada atualmente pela CODAFE, passará a ser executada por esse núcleo, ao qual também competirá a operacionalização do Sistema de Estágios (que não existia quando foi elaborado o projeto da Central de Estágios), a operacionalização de um *site* ou aplicativo (a ser elaborado) e a execução dos demais procedimentos burocráticos exigidos pela legislação vigente. De acordo com C5, em relação a convergir as ações em uma Central de Estágios, “*nesse ponto a centralização da*

comunicação é importante, até para as organizações”. Também O4 ratifica a necessidade dessa estrutura:

Deveria existir um banco de estágios na FURG onde fossem centralizadas as vagas existentes. É comum os alunos já aparecerem selecionados sem ficar claro em algumas situações se ocorreu processo de seleção transparente. (O4)

Por outro lado, para C2 e C3, a Central de Estágios não deve funcionar somente para cadastrar currículos e oferecer vagas, mas capacitar os profissionais envolvidos, a fim de trazer melhores resultados para o processo:

Se for só na captação de vagas e divulgação do currículo, acho que não vai ajudar em nada a integração. Acho que uma Central de Estágios para concentrar currículos, é um banco de currículos. Agora, no momento que tu colocas uma Central de Estágios que ajude a gerenciar, a acompanhar, a treinar, a capacitar os professores orientadores, os coordenadores, todos os envolvidos na execução do estágio, no acompanhamento, no desenvolvimento do aluno, eu acho que sim. (C3)

Também fazem parte da estrutura da Central de Estágios os “Servidores e parceiros”; nos servidores, se incluem Assistentes em Administração, Coordenadores e Orientadores de estágio dos cursos de graduação e, nas parcerias, é imprescindível a articulação dos Diretores das Unidades Acadêmicas, Coordenadores e Orientadores de estágios dos cursos de graduação e técnicos da FURG, com a Pró-Reitoria de Graduação, e com os responsáveis diretos e indiretos pelas empresas, organizações e demais cooperados. Assim, esta recomendação se dá no sentido de promover capacitação dos envolvidos na execução do estágio para que o acompanhamento seja efetivo e para que os alunos tenham a possibilidade de receber uma orientação profissional em suas Unidades Acadêmicas.

A relevância dessa orientação ocorre no sentido que, de acordo com C2, o curso “*tem vários eixos de atuação*” e, em geral, cada eixo tem um professor que é o líder da referida área. Assim, é importante orientar os responsáveis das Unidades Acadêmicas no sentido de promover a disseminação dessas informações dentro dos cursos, a fim de que os estudantes conheçam melhor e comecem a se aproximar das áreas de interesse. O5 ratifica esse entendimento afirmando que “*esse processo de distribuição de acordo com as áreas talvez seja interessante. Até para ter uma motivação maior do professor, o estagiário que está atuando naquela área, então a gente começa a conversar, discutir problemas comuns, seria interessante essa redistribuição*”.

Em vista disso, este estudo auxiliará na compreensão de como o estágio não obrigatório interfere na formação do estudante e sua inserção no mercado de trabalho, viabilizando formas

de melhor conduzir as ações dentro do processo de estágio, na busca de facilitar o processo e promover uma prática que seja mais relevante e transformadora para o estudante e para os demais envolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de graduação do ICEAC, da FURG, sua relação com o processo ensino aprendizagem e as perspectivas do mercado de trabalho, esta pesquisa foi motivada pela busca de entender a melhor maneira dessa atividade ser realizada. Assim, recomenda-se a implantação da Central de Estágio da FURG e alterações no seu projeto original para que se torne produtiva sua instalação.

Para alcançar objetivo geral, buscou-se inicialmente, descrever o processo atual de gestão do estágio não obrigatório no âmbito proposto. Para isso, foram realizadas entrevistas, questionários e pesquisa bibliográfica, buscando conhecer o perfil dos estagiários, dos coordenadores de curso, dos orientadores, em que se buscou informações a respeito da demanda de estágio não obrigatório nos cursos estudados, dos procedimentos ao inserir um estudante no estágio e sobre os critérios para escolha do professor orientador. Com o mesmo objetivo, foram feitas perguntas sobre a relação dos orientadores e supervisores com os estagiários e entre si, que trouxe a conclusão de que é necessário que haja maior interação entre eles e a Universidade.

A partir da perspectiva dos estudantes, foi realizado um panorama das mudanças que o estágio promove na sua vida pessoal e profissional; primeiramente, buscando saber os motivos que o levaram a realizar o estágio, que foram, principalmente a oportunidade de vivenciar experiências profissionais e necessidades financeiras. Depois, perguntando seu grau de concordância com afirmações sobre a contribuição do estágio para seu desenvolvimento pessoal/comportamental, o contato com o mercado de trabalho, experiências para auxiliar no futuro ambiente de trabalho e a possibilidade de a atividade ajudar a conseguir uma vaga no mercado de trabalho futuramente. Em tais questões, pode-se perceber a contribuição da prática para sua evolução pessoal e profissional.

Também sob a ótica dos estudantes, foi descrito de que forma as experiências profissionais do estágio interferem em seu desenvolvimento acadêmico; inicialmente, eles concordaram que o estágio pode proporcionar oportunidades para ajudar a definir a carreira e que contribui para seu desenvolvimento perante a capacidade de resolução de problemas. Os estudantes também informaram a melhora no *networking* e na assimilação dos conteúdos como principais influências positivas, e o menor tempo para dedicar aos estudos e as faltas às aulas devido ao cansaço como principais pontos negativos do estágio na obrigatório em sua vida acadêmica. Sobre a importância da realização do estágio não obrigatório, os respondentes citaram que a experiência profissional, a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a

importância da prática para o currículo como os fatores mais relevantes para o desenvolvimento da atividade.

Com o propósito de reconhecer aspectos que interligam a teoria e a prática, a partir da realização do estágio não obrigatório, sob a ótica dos atores pesquisados, constatou-se que os conhecimentos adquiridos no estágio são superiores ou do mesmo nível, em relação aos conhecimentos do curso, e que as atividades desenvolvidas no estágio são semelhantes às realizadas por profissionais formados. A maioria dos entrevistados estagiários e/ou ex-estagiários também informou que consideram as atividades que desempenham são compatíveis com os objetivos do curso.

Também no intuito de atingir o objetivo acima, as respostas de professores e supervisores de estágio nas empresas avaliaram que, na sua natureza, o estágio não obrigatório é uma forma de conciliar teoria e prática, que a atividade é uma oportunidade de inserção profissional e que é um momento em que o estudante tem a possibilidade de colocar em prática a teoria da sala de aula e de conhecer como funciona uma empresa.

Por fim, para atingir o último objetivo proposto, que consiste na elaboração de uma proposta que possibilite a implementação da Central de Estágio da FURG, a partir da perspectiva dos atores pesquisados, propondo meios de colaborar com a relação acadêmica e profissional, foi elaborada uma Proposta de Intervenção (Apêndice E) com as recomendações, que será enviada à PRAE, que elaborou a primeira proposta da Central de Estágios da FURG.

É pertinente salientar que este trabalho, ao buscar descrever o processo atual de gestão do estágio não obrigatório nos cursos do ICEAC, revelou uma fragilidade no processo de acompanhamento do estágio não obrigatório, visto que a orientação é uma atividade mais burocrática que de apoio, auxílio e supervisão. Segundo os próprios orientadores, o ideal seria que a orientação fosse dividida entre mais professores dentro do curso, que fossem realizadas reuniões periódicas e que houvesse interação com as empresas concedentes.

Como limitações do estudo destaca-se o fato de ter ocorrido a Pandemia da Covid-19 que, como efeitos para a pesquisa, trouxe uma variação no número de estágios, que alterou a curva de crescimento de contratos de estágios não obrigatórios firmados no período, a impossibilidade de realizar encontros presenciais com os entrevistados e a demora na finalização deste trabalho. Além disso, salienta-se o pequeno número de professores orientadores de estágio não obrigatório nos cursos em estudo, devido ao fato de que, na maioria das vezes, o coordenador de curso é prontamente indicado como orientador.

Finalmente, apesar deste estudo ter sido realizado em uma única unidade acadêmica, acredita-se que o produto da Proposta de Intervenção possa ser aplicado em toda a

Universidade, com a finalidade de atender todos os cursos. Porém, como estudo futuro, é aconselhado que pesquisa semelhante seja realizada em outros cursos, a fim de conhecer outras realidades da prática na Universidade, principalmente no que se refere à orientação; além disso, sugere-se investigar mais profundamente como funcionaram os estágios não obrigatórios durante a pandemia e quais as perspectivas desta prática para o período pós-pandêmico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTÁGIOS (ABRES). **Incentivando o Futuro do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://abres.org.br/estatisticas/> Acesso em: 04 jan. 2021.

ALBUQUERQUE, L. S.; SILVA, E. M. Pontos positivos e negativos do estágio na formação profissional dos estudantes de ciências contábeis da cidade de Caruaru-Pe. In: **30 ENCONTRO DA ANPAD**, SALVADOR, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-epqb-2977.pdf>. Acesso em 04 jan. 2021

ALMEIDA NETO, M. **Novos atores no ensino superior brasileiro**: Impactos do perfil socioeconômico e das condições pós-ingresso sobre o fluxo escolar e inserção profissional de estudantes de Ciências Sociais de uma instituição privada. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A35FTX/1/tese_de_doutorado___manuel_netto___vers_o_final.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, J. S. **A contribuição do estágio curricular e extracurricular para formação do bacharel em ciências contábeis**: um estudo na Faculdade Maria Milza Famam. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2018. Disponível em: <http://131.0.244.66:8082/jspui/bitstream/123456789/799/1/TCC%20VERS%c3%83O%20FINAL%20para%20entregar.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 20.294, de 12 de agosto de 1931**. Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a alienar uma parte dos terrenos do Horto Frutícola da Penha e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/438718/publicacao/15808563>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº 75.778, de 26 de maio de 1975**. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 66.546, de 11 de maio de 1970**. Institui a Coordenação do “Projeto Integração”, destinada à implementação de programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial.

BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 4º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972.** Institui, em caráter nacional, o Programa Bolsa de Trabalho.

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.002**, de 29 de setembro de 1967.

CARVALHO, G. M. de O. **Estágio curricular não obrigatório em serviço social: uma agenda recorrente na formação profissional do(a)s assistentes sociais.** 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2896>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, W. I. P. de. **A importância do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** 2017. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5974/1/WilderIPC_Monografia.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

CASSUNDÉ, F. R. de S. A.; OLIVEIRA, M. V. S.; ALENCAR, M. T. C.; RODRIGUES, N. F. M.; RODRIGUES, E. E. D. [Re]Pensando o estágio na formação profissional dos estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 594-623, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/703/pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CAVALLI, G. Pandemia muda número de estagiários no Brasil. **Abres**, 2021. Disponível em: <https://abres.org.br/2021/03/18/pandemia-muda-numeros-de-estagiarios-no-brasil/>. Acesso em: 15 maio 2021.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em revista**, Curitiba, n. 53, p. 171-186, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2021.

CORRÊA, N. S. P. **O instituto do estágio de caráter ao obrigatório sob a ótica da Teoria de Pierre Bourdieu: um campo de luta para além do fazer e o saber.** Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4739/1/463169.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, D. F. **O estágio extracurricular na capacitação do profissional de Administração**. Monografia (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Ceres, Ceres, 2016. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/10469/1/Danielle%20Cruz%20-%20O%20Est%C3%A1gio%20Extracurricular%20na%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20do%20Profissional%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DIANA, B.; TERRIN, K. A. P. Estágio não obrigatório: reflexão sobre a necessidade de se fixar um piso para a bolsa-auxílio como forma de valorização do instituto. **Revista TST**. São Paulo, v. 85, n. 2, p. 130-153, abr./jun. 2019. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/161510/2019_diana_bruno_estagio_obrigatorio.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 jan. 2021.

FALCETTA, A. P. **Das Experiências de ensino-aprendizagem gestadas e geridas no Jornal da Universidade**: subsídios para um projeto. 2018. TCC (Mestrado em Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7662>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FREITAS, F. C. N. **Estágio supervisionado não obrigatório no curso de Ciências Contábeis**: afinal, o que pensam os discentes sobre a contribuição das atividades para a formação acadêmica e profissional? 2018. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/23827>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FURG. GABINETE DA REITORA. Portaria n° 0533/2020, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre o funcionamento administrativo e acadêmico em todos os campi da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em consequência das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid - 19).

FURG. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS; PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Instrução Normativa Conjunta n° 01/2016, de 14 de dezembro de 2016**. Estabelece procedimentos para a realização e acompanhamento de estágios curriculares dos Cursos de Graduação.

FURG. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. **Relatório de Gestão 2016**.

FURG. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. **Relatório de Gestão 2017**.

FURG. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. **Relato Integrado 2018**.

FURG. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. **Relato Integrado 2019.**

FURG. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. **Relato Integrado 2020.**

FURG. SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS. Deliberação nº **31/2016, de 15 de abril de 2016.** Dispõe sobre a regulamentação dos estágios curriculares dos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em conformidade com a Lei nº 11788/2008.

FURG. SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS. Deliberação nº **23/2020, de 10 de julho de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial.

GALINDO, A. G.; SOUZA, E. C. P.; MARTINS, C. B.; CORRÊA, L. C. S. O aprendizado teórico-prático e a segurança na aplicação de conhecimentos acadêmico-profissionais em Secretariado. **Revista Expectativa**, v. 17, n. 1, p. 78-107, jul. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/18752>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. R. C. **Uma pesquisa sobre a importância do estágio extracurricular (não supervisionado/ não obrigatório) para a formação profissional dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da UFPB.** Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18004/1/RRCG04092020.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

GONZAGA, J. C. R., OLIVEIRA, J. S., CHAGAS, P. B. Representações sociais dos estudantes de Administração sobre os estágios não-obrigatórios: um estudo na Universidade Estadual de Maringá. **Administração: Ensino E Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 477-511, jul./set., 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/281>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LAVALL, J., BARDEN, J. E. Estágio não obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 47-68, mai. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p47/26828> Acesso em: 20 jan. 2021.

LEVI, T. C.; SILVEIRA, T. G.; BRUNETTA, A. A. Formação, trabalho ou assistência? Panorama e crítica do estágio não-obrigatório na UFSC. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, p. 316-328, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2013/06/25690-53456-2-PB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LIMA DE BARROS, B. H., ALVES, E. C., ARAÚJO, R. M. de. Estágio Supervisionado em Secretariado Executivo: A Visão do Graduando Concluinte. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 2, p. 179-198, jun. 2014. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/267>. Acesso em: 01 fev. 2021.

LÔBO, E. D. C. **O estágio não-obrigatório na educação superior e suas relações com o mercado de trabalho dos acadêmicos de uma instituição de educação superior privada no Distrito Federal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7103>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, S. P. **Estágio e relação de emprego**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHRY, M. **Estágio não obrigatório: Gestão de seu Acompanhamento no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional – UNISINOS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4001/Maric%20a9ia%20Machry.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MENEZES, J. R. S. **A dimensão formativa no estágio não obrigatório no curso de Serviço Social da UFRN**. 2018. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7302/1/A%20dimens%20a3o%20formativa_Menezes_2018.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

MIRANDA, R. C. **A relação entre a formação do administrador na FACC e o estágio não obrigatório**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/7761/1/rafaelacoelhomiranda.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MORAIS, M. A. A. **Análise do estágio não obrigatório realizado pelos alunos do Curso de Secretariado Executivo da UFC à luz da lei de estágio**. 2012. TCC (Graduação em Secretariado Executivo) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33869>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MOREIRA, F. M.; QUEIROZ, T. R.; MACINI, N.; CAMPEÃO, G. H. Os alunos de administração estão em sintonia com o mercado de trabalho? **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 61-88, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 jan. 2021.

NASCIMENTO, L. M. S. do. **Estágio não obrigatório e a formação do profissional de Administração na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Chapecó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em:

<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3291/1/NASCIMENTO.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

NISKIER, A. **Educação, estágio & trabalho**. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

OLIVEIRA, L. P. **Um estudo sobre a influência do estágio extracurricular na escolha da área profissional contábil na Paraíba**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17373/1/LPO30042020.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PEREIRA, M. C. **O papel do estágio na formação dos alunos do curso de administração da UFRGS**. 2013, 69f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87864/000910853.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PEREIRA, M. R. S. **Estágio curricular não-obrigatório: limites e perspectivas na formação dos estudantes para o mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2010. Disponível em:

<http://tede.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/174/1/MARIA%20ROSANE%20SOARES%20PEREIRA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

POLZIN, F. R.; BERNARDIM, M. L. Estágio não obrigatório: um estudo com universitários do curso de administração. **Diálogo**, Canoas, n. 37, p. 83-97, abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/3689>. Acesso em: 04 jan. 2021.

POLZIN, F. R. **O estágio obrigatório como instrumento de inserção no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RAMALHEIRO, G. C. de F. **O estágio supervisionado em Administração Pública no Brasil: entre virtudes e vicissitudes, identificadas e avaliadas no curso da UNESP de Araraquara**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8495/DissGCFR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 jan.2021.

RAMOS, I. V. **Estágios curriculares: autonomia incontestada e protagonismo discente revelados**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3361/Inajara%20Vargas%20Ramos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jan. 2021.

REINA, D. R. M., NETO, A. S., ENSSLIN, S. R., REINA, D. Estágio Extracurricular: Avaliação de sua Contribuição na Formação Acadêmica e Profissional dos Graduandos em Ciências Contábeis. **Revista de Informação Contábil**, v, 5, n. 1, p. 19-35, set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabies/article/view/7920>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ROCHA DE OLIVEIRA, S., PICCININI, V. C. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**. V. 13, n. 12, p. 44-75, mar./abr. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/3048>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ROCHA, M. M. V., SIMÕES, A. C., SOUSA, A. C. M. de. A importância do estágio não-obrigatório para a formação do profissional-bibliotecário. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 3-14, 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_1ac94edd7a_0000019278.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

SALVIATI, M. E. Manual do aplicativo Iramuteq. 2017. Planaltina. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-mariaelisabeth-salviati>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, C. S. R. **O estágio supervisionado em serviço social nas unidades de formação acadêmicas da região Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Toledo, 2015. Disponível em: <http://131.255.84.103/bitstream/tede/1994/1/Caroline%20S%20R%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, C. S. C. da; TEIXEIRA, M. A. P. **Experiências de Estágio: Contribuições para a Transição Universidade-Trabalho**. 54. ed. Porto Alegre: Paidéia, 2013.

SILVA, E. L. A. **Estágio não obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora: perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3673/1/elaineleitearaujosilva.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SILVA, F. A. B.; BARROS, C. M. P.; SILVA, J.; SOUSA, E. F. Estágio em Secretariado Executivo: panorama da oferta por meio da Universidade Federal do Ceará. **Revista Expectativa**, v. 16, n. 16, p. 80-100, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/16835/11751>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SILVA, S. T. F.; OLIVEIRA, A. C. D. C.; DIAS, M. A. H. A criatividade e o estágio curricular não obrigatório no ensino superior na visão de estudantes. **Revista Plurais – Virtual**, Anápolis, vol. 7, n. 2, p. 178-199, jul./dez. 2017.

TORRES, F. B. S.; SILVA, A. P. F.; FALK, J. A. Competências profissionais demandadas aos contadores: adequação das atividades desenvolvidas através do estágio. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 11, n. 20, p. 31-44, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS ESTUDANTES

QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES	
1. Perfil sociodemográfico	Nome:
	Faixa etária: <input type="checkbox"/> 18-20 anos <input type="checkbox"/> 21-25 anos <input type="checkbox"/> 26-30 anos <input type="checkbox"/> 31-35 anos <input type="checkbox"/> acima de 35 anos
	Gênero:
	Etnia:
	Curso:
	Ano de ingresso no curso:
	Semestre em que começou a estagiar:
	Local do estágio atual ou do último estágio:
2. Qual a situação atual do teu estágio? <input type="checkbox"/> Em andamento <input type="checkbox"/> Concluído	
3. Quantos estágios não obrigatórios realizaste durante a graduação? <input type="checkbox"/> Um <input type="checkbox"/> Dois <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Quatro ou mais	
4. Por quanto tempo permaneceste no último estágio? <input type="checkbox"/> menos de 6 meses <input type="checkbox"/> de 7 meses a 12 meses <input type="checkbox"/> de 13 meses a 18 meses <input type="checkbox"/> de 19 meses a 24 meses	
5. Como se deu tua inserção no estágio não obrigatório? <input type="checkbox"/> Aprovação em processo seletivo <input type="checkbox"/> Indicação <input type="checkbox"/> Encaminhamento por empresas de recrutamento e seleção <input type="checkbox"/> Outro. Especificar _____	
6. Tiveste dificuldade para conseguir a primeira oportunidade de estágio na tua área? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

7. Se SIM na questão anterior:

Dentre as opções abaixo, enumera em ordem crescente (de 1 a 4), as quatro principais dificuldades encontradas para a realização do estágio não obrigatório.

- Ausência de supervisão da empresa. ()
- Ausência de supervisão da Universidade. ()
- Carga horária extensa. ()
- Falta de conhecimento teórico. ()
- Falta de conhecimento técnico. ()
- Precarização das condições de trabalho. ()
- Requisições de atividades fora da área. ()
- Relacionar a teoria vista em aula com a prática decorrente das atividades do estágio. ()
- Utilização da tecnologia/sistemas de informação na instituição concedente do estágio. ()
- A administração do tempo entre as demandas do estágio e da Universidade. ()
- Outra: _____

8. Sabes quem é o/a professor/a orientador/a que faz o acompanhamento do teu estágio não obrigatório?

- () Sim
- () Não

9. Já encontraste dificuldades no decorrer do estágio e precisaste do apoio da FURG?

- () Sim, encontrei dificuldades e precisei de apoio.
- () Sim, encontrei dificuldades mas não busquei apoio.
- () Sim, encontrei dificuldades, procurei a FURG, mas não recebi apoio.
- () Não, nunca encontrei dificuldades.
- () Não, pois estou iniciando o meu primeiro estágio.

10. Como tu consideras os conhecimentos adquiridos no estágio em relação aos conhecimentos adquiridos no teu curso?

- () Os conhecimentos do estágio são superiores aos conhecimentos do meu curso.
- () Os conhecimentos do estágio são do mesmo nível dos conhecimentos do meu curso.
- () Os conhecimentos do estágio são inferiores aos conhecimentos do meu curso.

11. As atividades desenvolvidas durante o estágio foram?

- () Semelhantes às realizadas por profissionais formados.
- () Semelhantes às realizadas por estudantes de estágios mais avançados.
- () Semelhantes às de profissionais recém formados.
- () Desvinculadas da área de formação acadêmica.

12. Qual (is) o(s) motivo(s) que te levou(aram) a realizar estágio não obrigatório?

- () Oportunidade de colocar em prática os conhecimentos obtidos no Curso.
- () Necessidades financeiras.
- () Vivenciar experiências profissionais.
- () Buscar uma possível efetivação.
- () Outro: Qual? _____

Marca teu grau de concordância em relação ao estágio não obrigatório para cada uma das afirmações que seguem, de acordo com a escala:

	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
13. O estágio, enquanto experiência de mercado, está contribuindo para o meu desenvolvimento pessoal/comportamental (como: liderança, comunicação, ética, pontualidade, entre outras).	1	2	3	4	5
14. O estágio proporciona contato com o mercado de trabalho.	1	2	3	4	5
15. O estágio fornece experiências práticas para me auxiliar no meu futuro ambiente de trabalho.	1	2	3	4	5
16. Na perspectiva de um futuro profissional, acredito que o estágio realizado me ajudará a conseguir uma vaga no mercado de trabalho.	1	2	3	4	5
17. O estágio proporcionou oportunidades para ajudar a definir carreira.	1	2	3	4	5
18. O tempo o qual permaneço no meu estágio diariamente está dificultando ou comprometendo as minhas atividades de aprendizagem na Universidade.	1	2	3	4	5
19. O estágio está contribuindo, aliado as disciplinas cursadas, para o meu desenvolvimento perante a capacidade de resolução de problemas.	1	2	3	4	5
20. As atividades que desempenho no estágio são compatíveis com os objetivos do curso.	1	2	3	4	5

21. Quais influências positivas do estágio na minha vida acadêmica?

(Responder quantas quiser)

- Melhorou assimilação dos conteúdos.
- Melhorou meu networking.
- Não houve qualquer alteração significativa.
- Outra. _____

22. Quais influências negativas do estágio na minha vida acadêmica?

(Responder quantas quiser)

- Diminuí a assiduidade às aulas devido ao cansaço.
- Dificuldade de acompanhar as atividades didáticas e redução nas notas
- Menor tempo para dedicar aos estudos.
- Não houve qualquer alteração significativa.

() Outra. _____

23. Qual a importância da realização do estágio não obrigatório para a tua formação?
(descreve detalhadamente)

24. Caso já tenhas realizado ou finalizado algum estágio não obrigatório, o que consideras que precisa ser melhorado neste processo? (Se estás iniciando o teu primeiro estágio, não responde esta pergunta).

APÊNDICE B – QUESTÕES DAS ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DE CURSO

QUESTÕES PARA OS COORDENADORES DE CURSO					
1. Perfil sociodemográfico	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">Nome:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Ingresso no serviço público:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Cargo:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Cargo de chefia ocupado:</td> </tr> </table>	Nome:	Ingresso no serviço público:	Cargo:	Cargo de chefia ocupado:
Nome:					
Ingresso no serviço público:					
Cargo:					
Cargo de chefia ocupado:					
<p>2. Qual é a demanda de estágio não obrigatório no Curso?</p> <p>3. No teu ponto de vista, qual o papel que hoje FURG tem na realização dos estágios não obrigatórios?</p> <p>4. Existe algum procedimento que se procura ter, antes de inserir o/a estudante em estágio não obrigatório? Quais?</p> <p>5. Quais são os critérios para a escolha do professor orientador para o estágio não obrigatório?</p> <p>6. Como acontece o acompanhamento das atividades do estágio não obrigatório pela Coordenação de Curso?</p> <p>7. Como acontece a relação entre a Coordenação e o Supervisor na Concedente que oferece o estágio não obrigatório?</p> <p>8. Em teu ponto de vista, há algo que possa ser alterado na atual configuração do estágio não obrigatório?</p> <p>9. Na tua opinião, o estágio não obrigatório é, predominantemente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma questão meramente burocrática? - Uma oportunidade de inserção profissional? - Uma oportunidade de conciliar teoria e prática? - Uma ferramenta de extensão? - Outra: _____ <p>Por quê?</p> <p>10. Em tua opinião quais são os principais benefícios proporcionados pela prática do estágio não obrigatório para a Universidade e para o curso? (escolher até 3 opções, por relevância)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumenta a capacidade de recrutamento, porque os estudantes universitários têm potencial e o estágio facilita a procura de emprego após a formatura. - As instituições ganham credibilidade junto à comunidade. - O reforço da relevância do currículo. - A identificação de potenciais parceiros de pesquisa e a implementação de melhorias curriculares. - Desenvolve habilidades e conhecimentos requisitados no século 21, por meio de processos de aprendizagem integradores, capazes de agregar as habilidades funcionais com as habilidades de comunicação. 					

11. Qual tua opinião sobre o papel do estágio não obrigatório para a formação do estudante?

12. Como avalias o estágio não obrigatório para a formação profissional?

13. Gostarias de acrescentar alguma informação ou algo que consideres importante sobre o estágio não obrigatório?

14. Na FURG, existe a proposta da criação de uma Central de Estágios que tem, entre seus intuítos, a captação de vagas das empresas e a divulgação do currículo dos estudantes interessados em estagiar. Acreditas que a implementação desta Central possa melhorar a relação entre estagiário, empresa e Universidade? Por quê?

APÊNDICE C – QUESTÕES DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES
ORIENTADORES

QUESTÕES PARA OS PROFESSORES ORIENTADORES

1. Perfil sociodemográfico	Nome:
	Ingresso no serviço público:
	Cargo:
	Cargo de chefia ocupado:

2. Há quanto tempo orientas estágio não obrigatório? Como tem sido essa experiência?

3. No teu ponto de vista, qual o papel que hoje a Instituição de Ensino tem na realização dos estágios não obrigatórios?

4. De acordo com a tua percepção, o que o estudante espera em relação ao acompanhamento do seu estágio não obrigatório?

5. Acreditas que o estudante sabe qual é a função do professor orientador no acompanhamento dos estágios não obrigatórios?

Sim

Não

Justifique.

6. Como foram os momentos de interação com o(s) estudante(s) no decorrer do seu(s) estágio(s) não obrigatório(s)?

7. Existem momentos específicos para orientação e/ou informação para o estudante sobre o estágio não obrigatório? São semanais, quinzenais, um ou dois encontros no semestre, somente após visitar a empresa?

8. Como é sua relação com o Supervisor na Concedente que oferece o estágio não obrigatório?

9. Como avalias a tua atuação no processo de acompanhamento dos estágios não obrigatórios? Justifique a sua resposta.

10. Na tua opinião, o estágio não obrigatório é, predominantemente:

- Uma questão meramente burocrática?

- Uma oportunidade de inserção profissional?

- Uma oportunidade de conciliar teoria e prática?

- Uma ferramenta de extensão?

- Outra: _____

Por quê?

11. Como vêes a relação entre a teoria no Curso e a prática no campo de estágio não obrigatório?

12. Como entendes o papel do estágio não obrigatório para a formação do estudante?

13. Como avalia o estágio não obrigatório para a formação profissional?

14. Levando em consideração tua experiência, gostarias de aprimorar ou fazer alguma sugestão de mudança?

15. Existem momentos de discussão ou de troca de experiências entre os professores de estágio não obrigatório no Curso?

16. Em teu ponto de vista, o que deveria ser alterado na atual configuração do estágio não obrigatório?

17. Em tua opinião quais são os principais benefícios proporcionados pela prática do estágio não obrigatório para a Universidade e para o curso? (escolher até 3 opções)

- Aumenta a capacidade de recrutamento, porque os estudantes universitários em potencial e seus pais acreditam que estágio facilita a procura de emprego após a formatura.
- As instituições ganham credibilidade junto à comunidade.
- O reforço da relevância do currículo.
- A identificação de potenciais parceiros de pesquisa e a implementação de melhorias curriculares.
- Desenvolve habilidades e conhecimentos requisitados no século 21, por meio de processos de aprendizagem integradores, capazes de agregar as habilidades funcionais com as habilidades de comunicação.

18. Gostarias de acrescentar alguma informação ou algo que consideres importante sobre o estágio não obrigatório no Curso?

19. Na FURG, existe a proposta da criação de uma Central de Estágios que tem, entre seus intuítos, a captação de vagas das empresas e a divulgação do currículo dos estudantes interessados em estagiar. Acreditas que a implementação desta Central possa melhorar a relação entre estagiário, empresa e Universidade? Por quê?

APÊNDICE D – QUESTÕES PARA OS SUPERVISORES DE ESTÁGIO NAS EMPRESAS

QUESTIONÁRIO PARA OS SUPERVISORES DE ESTÁGIO NAS EMPRESAS

1. Tempo que atua na atividade na empresa: _____

2. Tempo de atividade como supervisor de estágio não obrigatório: _____

3. Acreditas que o estagiário sabe qual é a atuação do supervisor no acompanhamento dos estágios não obrigatórios?

Sim

Não

O que te leva para esta resposta?

4. Como foram os momentos de interação com o(s) estudante(s) no decorrer do seu(s) estágio(s) não obrigatório(s)?

5. No teu ponto de vista, qual o papel que hoje a empresa tem na realização dos estágios não obrigatórios?

6. Qual o papel do estagiário na empresa? (escolha até 3 opções)

Aprender a função que está estagiando

Substituir um funcionário

Fornecer mão de obra com baixo custo

Trazer a teoria do Curso para compartilhar com outros funcionários

Prepará-lo para uma contratação futura

Promover a ligação da teoria com a prática para o universitário

Outro. Qual? _____

7. Quais atividades realizas durante a supervisão?

8. É comum os estagiários serem efetivados após terminarem o estágio? Em que quantidade?

Todos são efetivados

Mais da metade é efetivada

Em torno de metade são efetivados

Poucos são efetivados

Nenhum é efetivado ou não se aplica efetivação.

9. Na tua opinião, o estágio é, predominantemente:

- Uma questão meramente burocrática;
- Uma oportunidade de inserção profissional;
- Uma oportunidade de conciliar teoria e prática;
- Uma ferramenta de extensão.

10. Em tua opinião, quais são os principais benefícios proporcionados pela prática do estágio não obrigatório (escolher até 3 opções):

- aumenta a capacidade de recrutamento, porque os estudantes universitários tem potencial e seus pais acreditam que estágio facilita a procura de emprego após a formatura;
- as instituições ganham credibilidade junto à comunidade;
- o reforço da relevância do currículo;
- a identificação de potenciais parceiros de pesquisa e a implementação de melhorias curriculares;
- desenvolve habilidades e conhecimentos requisitados no século 21, por meio de processos de aprendizagem integradores, capazes de agregar as habilidades funcionais com as habilidades de comunicação.
- outra. Qual?

11. Em teu ponto de vista, o que deveria ser alterado na atual configuração do estágio não obrigatório?

12. Na FURG, existe a proposta da criação de uma Central de Estágios que tem, entre seus intuítos, a captação de vagas das empresas e a divulgação do currículo dos estudantes interessados em estagiar. Acreditas que a implementação desta Central possa melhorar a relação entre estagiário, empresa e Universidade, através do encontro da oportunidade que mais se adéque ao perfil do estudante e de seu curso? Por quê?



APÊNDICE E – RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA EM REDE NACIONAL



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO – PLANO DE AÇÃO
A FORMAÇÃO NA RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA
PERSPECTIVA DA TRÍADE

Responsáveis

Discente: Sílvia Coimbra Hiltl

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flavia Regina Costa Czarneski

Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/FURG

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC

Contatos: silviah@furg.br e flavia.furg@gmail.com

Data da realização do relatório: 30/03/2022

Data de entrega do relatório: 30/04/2022

Finalidade: Relatório Técnico Conclusivo

Duração: 3 meses

Nº de páginas: 10

Acesso restrito ou irrestrito: irrestrito

Cidade: Rio Grande

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Público-alvo da iniciativa: Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO ESTUDADA

O estudo foi realizado em uma Instituição Federal de Ensino Superior localizada no extremo sul do país, fundada em 1969 e voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos. A Instituição conta com uma estrutura *multicampi*, estando presente em Rio Grande e nas cidades de Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar (FURG, 2021).

RESUMO

O mercado de trabalho atual exige profissionais cada vez mais capacitados e experientes na sua área de atuação. Uma das formas de alcançar esse propósito é por meio do estágio, que é uma experiência na vida do estudante que lhe proporciona vivenciar o mundo do trabalho e aliar a teoria da sala de aula à prática, aprimorando sua formação acadêmica. O objetivo deste estudo foi analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de graduação do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sua relação com o processo ensino aprendizagem e as perspectivas do mercado de trabalho, sob a ótica de diferentes atores. Este estudo se delimitou ao tema do estágio não obrigatório e como ele se configura na formação do estudante, visto que ele pode ser o elo entre o curso de graduação e o mercado de trabalho. A partir da visão dos estudantes, orientadores e supervisores de estágio, foi analisado como essa experiência influi na vida acadêmica e profissional do estudante e de que forma essa prática pode ser aprimorada em uma instituição federal de ensino superior. Em relação aos objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva, quanto à abordagem foi realizada uma pesquisa mista e, quanto aos procedimentos, foi utilizado o levantamento de campo *survey*. Ao final da pesquisa, recomendou-se a implantação da Central de Estágio da FURG e alterações no seu projeto

original para que se torne produtiva sua instalação. A partir da perspectiva dos atores pesquisados, com a finalidade de colaborar com relação acadêmica e profissional, foi elaborada uma Proposta de Intervenção com as recomendações para possibilitar a implementação dessa Central.

Palavras-chave: estágio não obrigatório; formação profissional; mercado de trabalho.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, obedecendo a etapa, a modalidade, a área de ensino, e deve estar de acordo com as normas curriculares do projeto pedagógico do curso. Obrigatório é aquele cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma de conclusão, conforme estabelecido no projeto do curso, enquanto o estágio não obrigatório é uma atividade opcional do estudante incluída na carga horária regular e obrigatória do curso (BRASIL, 2008).

A atividade de estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza em nenhuma de suas modalidades e existem requisitos indispensáveis a serem cumpridos, como a obrigatoriedade de o estudante estar matriculado e ter frequência regular no curso atestados pela instituição de ensino, a celebração de termo de compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e a relação entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. Além disso, como ato educativo escolar supervisionado, o estágio deve ter acompanhamento de professor orientador da instituição de ensino e de supervisor da parte concedente, com comprovação nos relatórios de atividades (BRASIL, 2008).

No ano de 2017, a CODAFE elaborou a proposta da Central de Estágios da FURG, a partir da perspectiva de atenção integral ao estudante e como uma iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em concentrar e contemplar todos os processos de estágios, assim como as parcerias e convênios originários deles. O objetivo da Central de Estágios é estabelecer normas, critérios e diretrizes que, de acordo com a Lei 11.788/2008, norteiem as atividades que envolvem os estágios. Também é finalidade da Central aprimorar as práticas administrativas, estreitar e facilitar as relações da Universidade junto às concedentes de estágio e tornar possível a complementação da formação do estudante.

A intenção é que, através da Central de Estágios, sejam celebrados convênios de estágios, captadas vagas em empresas e divulgadas as oportunidades de vagas de estágios obrigatórios e não obrigatórios aos estudantes. O projeto prevê a criação de um *site*, onde serão cadastradas as instituições parceiras que desejem oferecer vagas de estágio e os currículos dos estudantes interessados em realizar estágio. De acordo com a Deliberação nº 31/2016 da FURG, em seu artigo 14, os estágios obrigatório e não obrigatório de estudantes de curso de graduação deverão ser coordenados por essa Central de Estágios, quando essa estiver implementada, em conjunto com as Unidades Administrativas e Acadêmicas e Coordenações de Curso.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de graduação do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da FURG, sua relação com o processo ensino aprendizagem e as perspectivas do mercado de trabalho, sob a ótica de diferentes atores.

Para atingir o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever o processo atual de gestão do estágio não obrigatório no âmbito proposto; analisar, sob a perspectiva do estudante, as mudanças que o estágio promove na sua vida pessoal e profissional; descrever, do ponto de vista do estudante, de que forma as experiências profissionais do estágio interferem em seu desenvolvimento acadêmico; reconhecer aspectos que interligam a teoria e a prática, a partir da realização do estágio não obrigatório, sob a ótica de supervisores, orientadores, coordenadores de curso e estudantes; elaborar uma proposta que

possibilite a implementação da Central de Estágio da FURG, a partir da perspectiva dos atores pesquisados, propondo meios de colaborar com a relação acadêmica e profissional.

ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A fim de alcançar os objetivos deste estudo, foram realizadas entrevistas com os Coordenadores de Curso e com os Orientadores de estágio não obrigatório dos cursos em estudo, questionários com os estagiários e/ou ex-estagiários que ainda estivessem matriculados e questionários com os Supervisores de estágio não obrigatório nas empresas concedentes de estágio.

A partir do questionário respondido por 41 estagiários e/ou ex-estagiários, foi possível identificar, primeiramente, o perfil dos estudantes que realizam estágio não obrigatório no ICEAC, dos quais 19 são do curso de Administração, 11 do curso de Ciências Contábeis e 11 do curso de Ciências Econômicas. 59% dos respondentes tem idade entre 21 e 25 anos, 54% são do gênero feminino, 46%, do gênero masculino. Quanto ao semestre em que começaram a estagiar, 16 estudantes iniciaram no 3º semestre, nove no 4º semestre, seis no 2º semestre, cinco no 5º semestre, 4 no 6º semestre e apenas um estudante começou a prática no 1º semestre.

PROCESSO ATUAL DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

A partir dos questionários respondidos pelos estagiários e/ou ex-estagiários, supervisores de estágio não obrigatório nas empresas concedentes, coordenadores de curso e orientadores de estágio não obrigatório, foram obtidos dados que possibilitaram caracterizar o funcionamento da prática sob seu ponto de vista.

No que se refere à situação atual do estágio não obrigatório, 59% dos estudantes respondentes estavam com o estágio em andamento e 41% já tinham o estágio concluído no momento em que responderam ao questionário. A respeito de quantos estágios realizaram durante a graduação, 71% informaram que fizeram apenas um estágio; quanto ao tempo de duração do último estágio realizado (ou o atual), 46% informaram ter realizado a prática pelo período de sete a 12 meses, 25% menos de seis meses, 22% de 13 a 18 meses e 7% permaneceram de 19 a 24 meses na atividade. O fato de muitos estudantes terem pouco tempo de estágio pode ser decorrente do fato de estarem no início de sua atividade e, não obrigatoriamente, por terem saído da mesma antes do término do período máximo de permanência na mesma empresa concedente, que é de 24 meses.

A inserção no estágio não obrigatório de 66% dos respondentes se deu a partir de “aprovação em processo seletivo”, seguida de “indicação” e “encaminhamento por empresas de recrutamento e seleção”, com 15% cada um e 63% informaram não ter encontrado dificuldade para conseguir a primeira oportunidade de estágio não obrigatório na sua área. Entre as dificuldades para a realização do estágio não obrigatório, a “administração do tempo entre as demandas do estágio e da Universidade”, a “carga horário extensa” e a “falta de conhecimento técnico” foram os obstáculos mais observados pelos estagiários.

Ao responder sobre o que consideram que precisa ser melhorado no processo de estágio não obrigatório, os estagiários fizeram referência à cobrança excessiva; para E22, “*as empresas não deveriam cobrar tanto dos estudantes, como por exemplo, experiência*”. Também se queixaram da falta de paciência com os estagiários, pois “*não somos profissionais com experiência ainda e somos tratados como*” (E6). Também foram reivindicações dos estagiários a “*assistência ao aluno iniciante*” (E30), um “*melhor acompanhamento do supervisor de estágio (professor)*” (E33) e da “*faculdade*” (E8).

Ao perguntar aos supervisores de estágio não obrigatório nas empresas se eles acreditam que o estagiário sabe qual é a atuação do supervisor no acompanhamento dos estágios, 85% responderam “sim”, enquanto 15% responderam “não”, e atribuíram suas respostas ao fato de serem “*atribuições definidas no início do estágio*” (S2) e de o estagiário ser acompanhado diretamente pelo supervisor, de acordo com S6. Por outro lado, respostas indicaram que o papel

do supervisor “*não é explicado pelo agente de integração, nem para empresa, nem para o estudante*” (S11).

No que diz respeito à efetivação nas empresas, 7,7% dos supervisores informaram que todos os estagiários são efetivados, 53,8% disseram que mais da metade dos estagiários são efetivados, 15,4% dos respondentes disseram que em torno da metade dos estagiários são efetivados e também 15,4% disseram que poucos são efetivados, enquanto 7,7% declararam não ter nenhum estagiário efetivado ou que não se aplica a efetivação. Quanto ao papel do estagiário na empresa, a maioria dos supervisores acredita que seja preparar os estudantes para uma contratação futura e aprender a função que está estagiando, seguidos pela opção de promover a ligação da teoria com a prática.

Nas entrevistas realizadas com os coordenadores de curso, foi constatado que a quantidade de estudantes que fazem estágio não obrigatório nos três cursos estudados é alta e que o papel da Universidade está relacionado, principalmente, à função burocrática de regulamentação interna e tramitação de documentos. Quanto aos procedimentos que procuram ter antes de que os estudantes iniciem o estágio não obrigatório, os coordenadores de curso informaram que estes estão ligados à observação dos pré-requisitos necessários, da carga horária e da documentação. No que se refere ao acompanhamento das atividades, os coordenadores de curso relataram que realizam atividades que “*chegam via Sistema... de validar, de aprovar, dar o encaminhamento*” (C2).

VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

Quanto aos principais motivos que levaram os estudantes a realizar estágio não obrigatório, a busca por vivenciar experiências profissionais foi citada 36 vezes, necessidades financeiras foi uma razão mencionada 28 vezes, colocar em prática os conhecimentos obtidos no Curso foi apontado 21 vezes e buscar uma possível efetivação teve 17 indicações. A partir das respostas dos estudantes, os motivos para a busca por estágio não obrigatórios são relevantes, pois vão ao encontro do que se espera dessa prática, que, segundo Carvalho (2017) é proporcionar aos estudantes vivências práticas de seu curso.

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Os respondentes, em sua maioria, concordam totalmente que o estágio, juntamente com as disciplinas do curso, contribui para o desenvolvimento perante a capacidade de resolução de problemas. Ramos (2013, p. 201) confirma a importância dessa habilidade, pois, para a autora, os estágios configurados como uma prática educativa que acrescenta valor à formação dos estudantes, representam, no âmbito da educação superior, uma “*excelente oportunidade para problematizar a realidade do mercado e do mundo do trabalho e desafiar estudantes e professores a buscar soluções criativas e mobilizadoras do conhecimento para a resolução de problemas*”.

No que tange à opinião dos estudantes sobre o tempo que permanecem no estágio estar dificultando ou comprometendo as atividades de aprendizagem na Universidade, não houve expressiva manifestação de acordo ou desacordo, embora, em outra questão, os estudantes tenham mencionado o menor tempo para dedicar aos estudos como um ponto negativo do estágio não obrigatório.

A maioria dos estudantes que respondeu ao questionário concorda totalmente ou parcialmente com a afirmação de que o estágio proporcionou oportunidades para ajudar a definir a carreira. Isso confirma os estudos realizados por Silva e Teixeira (2013) a respeito do impacto de atividades extracurriculares na vida dos estudantes, em que os autores revelam que o estágio é capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento de sua futura carreira profissional e que a atividade se destaca entre uma das mais significativas para a formação profissional dos estudantes porque é capaz de proporcionar “*emprego*” e estreitar sua relação com o mundo do trabalho.

Dentre as influências positivas na vida acadêmica mais citadas pelos estudantes, em que eles poderiam escolher quantas opções quisessem entre as listadas, 44% informaram que o estágio não obrigatório melhorou seu *networking*, 35% afirmaram que melhorou a assimilação dos conteúdos e 16% disseram que o estágio não trouxe qualquer alteração significativa.

Quanto às influências negativas na vida acadêmica, 36% dos estudantes mencionaram o menor tempo para dedicar aos estudos, 29% disseram que a prática diminuiu a assiduidade às aulas devido ao cansaço, 19% citaram a dificuldade em acompanhar as atividades didáticas e redução nas notas e 16% não tiveram qualquer alteração significativa. Embora grande parte das pesquisas não tenha focado nos pontos negativos do estágio para a vida acadêmica, Lôbo (2018) concluiu que os estudantes tiveram uma queda no rendimento escolar após o ingresso no estágio não obrigatório. De acordo com o autor, os motivos para essa queda foram associados à falta de tempo e ao cansaço físico e emocional dos estagiários, já que a atividade ocupa um tempo antes dedicado apenas aos estudos, o que corrobora este estudo.

Nas questões abertas feitas aos estagiários e/ou ex-estagiários, foi solicitado que eles respondessem às perguntas: “Qual a importância da realização do estágio não obrigatório para tua formação?” e “Caso já tenhas realizado ou finalizado algum estágio não obrigatório, o que consideras que precisa ser melhorado neste processo?”. Com relação à primeira pergunta, muitos citaram a experiência profissional, a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a importância da prática para o currículo. Também foi mencionada a relação teoria-prática, já que o estágio permite “*assimilar na prática os conceitos teóricos*” (E9) e a importância de “*colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas e melhorar a assimilação de tais conhecimentos*” (E30).

Em contrapartida, duas repostas revelaram que os estágios nem sempre tem relação com o curso, embora o Artigo 10 da Lei do Estágio indique que deve constar no Termo de Compromisso a compatibilidade com as atividades escolares. Segundo E2, o “*local de estágio tinha nada a ver com a minha formação. Foi fundamental apenas para meu networking (o que conta muito) e para meu aprendizado individual de diversas áreas de atuação*”. No mesmo sentido, E3 disse que preferiria ter realizado estágio na sua área. No estudo de Carvalho (2017), a maior parte dos estudantes revelou que gostaria que as atividades realizadas no estágio tivessem relação com seu curso, pois muitas vezes são designadas atribuições que não tem nenhuma relação e, com isso, os estudantes se sentem desmotivados por não terem mais conhecimentos a serem transmitidos pela empresa na área em que eles pretendem atuar.

Para outros estudantes, mesmo o estágio não tendo relação direta com os conteúdos graduação, “*possibilita ao aluno adquirir experiências profissionais que contribuam para a futura carreira dele*” (E27) e pode trazer experiências que sejam positivas para seu futuro profissional.

TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

No que diz respeito ao nível dos conhecimentos adquiridos no estágio não obrigatório em relação aos conhecimentos adquiridos no curso, 39% dos estagiários avaliam que os conhecimentos do estágio são superiores aos conhecimentos do curso, 39% consideram do mesmo nível e 22% julgam os conhecimentos do estágio inferiores em relação aos do curso. No tocante às atividades realizadas, 49% afirmam executar atividades semelhantes às realizadas por profissionais formados, 24% consideram as atividades de estágio desvinculadas da área de formação acadêmica, 15% dizem serem atividades semelhantes às realizadas por estudantes de estágios mais avançados e 12% acreditam serem tarefas semelhantes às de profissionais recém-formados. Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de Torres, Silva e Falk (2011), em que 54% dos estagiários mencionaram realizar atividades semelhantes às de profissionais formados e apenas 9% registraram o exercício de atividades desvinculadas da área de formação acadêmica. Isso mostra que, muitas vezes, como o custo para contratar um estagiário é menor se comparado a um trabalhador formal, o estágio não obrigatório é usado para contratação de

mão de obra barata. Almeida Neto (2015, p. 168) sugere haja “maior rigor das instâncias governamentais na avaliação das políticas de estágio dos cursos, para evitar que estas atividades se transformem, como tem ocorrido, em oferta de mão de obra barata para empresas e organizações”.

De acordo com a pesquisa, a maioria dos estudantes concorda totalmente que as atividades desempenhadas no estágio são compatíveis com os objetivos do curso. Semelhante ocorreu na pesquisa de Torres, Silva e Falk (2011), em que apenas 9% dos entrevistados registraram o exercício de atividades desvinculadas da área de formação acadêmica. Em oposição, ao estudar a gestão do acompanhamento do estágio não obrigatório no ensino superior, Machry (2014, p.16) identificou que, em alguns casos, os professores encontram “desvios nas atividades propostas no estágio em relação ao Curso do aluno ou identificam, nos documentos de renovação ou conclusão de estágio, que as atividades que desempenharam não têm relação com seu Curso”.

No que tange à opinião dos supervisores sobre a função do estágio não obrigatório, 69% pensam que é uma oportunidade de inserção profissional, ao passo que apenas 31% veem a atividade como uma possibilidade de conciliar teoria e prática. Entre os benefícios que o estágio pode promover aos estudantes, os respondentes destacaram o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos requisitados no século 21, por meio de processos de aprendizagem integradores, capazes de agregar as habilidades funcionais com as habilidades de comunicação. Como opções menos escolhidas estão a oferta de oportunidade para os jovens se identificarem, profissionalizarem e serem valorizados e o entendimento de como funciona um escritório na prática.

Os supervisores de estágio nas empresas também responderam sobre o que deveria ser alterado na atual configuração do estágio não obrigatório na FURG e, apesar de alguns não apresentarem sugestões de mudanças, vários respondentes manifestaram descontentamento quanto ao excesso de burocracia e as restrições para estagiar, como cadeiras obrigatórias e o pré-requisito de terem cursado dois semestres. S2 sugeriu fazer uma capacitação dos alunos para o estágio:

Penso que a Universidade deveria fazer alguma espécie de formação quando do início do estágio, possibilitando que as alunas e os alunos tivessem noções básicas sobre o funcionamento e importância do estágio, primeiramente para que possam realmente ter ideia da relevância da atividade e, a partir daí, tentar evitar casos em que o estagiário possa se transformar apenas em uma mão de obra mais barata, como infelizmente existe, inclusive no serviço público. (S2)

Para S3, “*pode haver um processo inverso, onde a FURG apresente seus estudantes que estão buscando estágio, com um perfil resumido, para as empresas buscarem em um portal, esses candidatos*”, sugerindo também maior envolvimento da Universidade na prática de estágios não obrigatórios.

Os orientadores de estágio também responderam a essa questão; O1 informou estar há pouco tempo na atividade e que acha que está satisfatório nesse formato; por outro lado, O4 acha pertinente haver um lugar na Universidade onde possam ser centralizadas as vagas existentes, a fim de haver mais clareza no processo de seleção. Para O5, a sugestão de alteração se dá no acompanhamento: “*Talvez tenha que sofrer algumas reformulações nesse processo de acompanhamento, mais na interação do professor com o estudante, do professor com o responsável na organização, melhorar essa comunicação. Realizar reuniões, criar espaços de reuniões mensais de avaliação.*” (O5).

Com o objetivo de saber o que pensavam a respeito da possibilidade de implementação de uma Central de Estágios na FURG que, entre seus intuitos, está a captação de vagas das empresas e a divulgação do currículo dos estudantes interessados em estagiar, os supervisores responderam afirmativamente, por facilitar o processo e mencionaram que “*tudo que envolve*

divulgação e aproximação das oportunidades aos alunos sempre será bom”. Para S2, *“Com certeza!, Um dos principais objetivos dos estudantes é a inserção no mercado de trabalho, e a FURG tem que agir proativamente pelos interesses dos estudantes*”. Para S11, *“qualificaria muito a procura por estudantes realmente interessados em adquirir conhecimento e se desenvolver”*. Também foi relatado por S10 que *“é interessante a proposta, tendo em vista que facilitaria a divulgação de vagas e permitiria que a Universidade tivesse mais participação nesse processo, podendo, inclusive, realizar o acompanhamento de forma mais próxima durante a execução do estágio”*.

Diante desses dados, percebe-se que as empresas gostariam que houvesse maior participação da Universidade, tanto no apoio ao processo de divulgação de vagas e oferta de currículos, quanto em ações de acompanhamento dos procedimentos de estágio não obrigatório. Por parte dos coordenadores de curso, orientadores e estagiários, também é percebida a carência de maior envolvimento entre os envolvidos na prática do estágio não obrigatório.

TRATAMENTO DOS DADOS ORIUNDOS DAS ENTREVISTAS

As respostas das entrevistas com os coordenadores de curso e orientadores de estágio foram transcritas e inseridas no *software* Iramuteq a fim de obter uma análise dos dados textuais. Primeiramente, foi realizada uma análise por Classificação Hierárquica Descendente, na qual os segmentos de texto são classificados em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido em função da frequência das formas reduzidas.

Com base nessa análise, é possível observar a classe 1, denominada neste trabalho como “ORGANIZAÇÕES”, com os segmentos que dizem respeito à “universidade” e à “empresa” concedente de estágio não obrigatório, como “organização”, “aproximação”, com as “ferramentas” que são utilizadas e o processo “burocrático” que ocorre nas instituições para realização da prática do estágio. Isso é evidente na fala de O5, no que se refere à falta de interação entre os atores do processo: *“A gente conhece os alunos, tem um retorno mais informal, mas não tem uma interação muito grande, nem com a organização, nem um acompanhamento de fato. A gente não tem um programa assim, tem um acompanhamento.”*. Também O2 fez referência à necessidade de ser realizado um trabalho conjunto entre as organizações: *“então acho que essa aproximação universidade – mercado é fundamental, assim precisa realmente que seja feita o quanto antes, talvez através duma central ou de outras ações que possam ser desenvolvidas, né?”*.

Na classe 2, aqui chamada de “OPORTUNIDADES”, há uma relação de informações que dizem respeito a “procurar” “vagas”, “receber” o “aluno”, “divulgar” e “facilitar” o processo de “estágio”. Esses segmentos nas entrevistas fazem referência ao papel que a FURG tem na realização dos estágios não obrigatórios, da necessidade de haver um lugar ao qual os estudantes possam recorrer para saber das vagas e das oportunidades, pois conforme C2, *“às vezes, eles (as empresas) mandam mensagem faltando pouco tempo pra fechar lá o período de vagas, de inscrições, e quando a gente vê já passou e a gente não conseguiu nem divulgar aos alunos”*. No mesmo sentido, C1 acredita que a existência de uma Central de Estágios dinamizaria o processo e possibilitaria *“divulgar mais para os alunos, acho que facilitaria muito mais e melhoraria mais também a relação do aluno pra conseguir estágio e a própria relação da Universidade com as empresas”*.

Na classe 3, denominada “PROCESSOS”, se encontra o “sistema”, a demora do “processo”, a aprovação, a dificuldade da “pandemia”, a relação com o “orientador”. Nessa linha, percebe-se a aprovação da implantação do Sistema de Estágios pelos entrevistados, embora alguns ainda percebam o processo lento, podendo desfavorecer o estudante; segundo C2, um erro na documentação pode fazer com que a mesma volte ao passo anterior no Sistema e recomece novamente, pois segundo ele *“já teve relatos [...] do aluno perder a vaga por conta disso”* e *“de alguma forma, eu acho que esses processos poderiam ser minimizados”*. Essa necessidade de agilizar os procedimentos é um motivo para dois cursos estudados

estabelecerem que o Coordenador de Curso também atue como orientador de estágio e, para C3, essa escolha se dá para facilitar e agilizar a tramitação dos documentos no Sistema.

Já na classe 4, o bloco aqui nomeado como “ACOMPANHAMENTO”, menciona a necessidade de ocorrência de mais reuniões, a melhora da comunicação e também tem relação com a orientação de estágio. Pode-se perceber nas entrevistas que o professor orientador realiza apenas uma atividade burocrática de assinatura de relatórios e que isso é motivo de insatisfação por não conseguir “*desenvolver, de fato, uma atividade junto aos alunos que fosse, de fato, uma orientação*” (C2).

As respostas coletadas também foram inseridas no Iramuteq para obter uma análise de similitude. A partir da árvore de coocorrência apresentada na análise de similitude, é possível verificar que a partir dos substantivos “estágio” e “gente” surgem ramificações que descendem para outras palavras relevantes para esta pesquisa, a fim de analisar as influências do estágio não obrigatório na formação dos estudantes, com destaque para “empresa”, “aluno”, “curso”, “acompanhamento”, “profissional”, “orientação”, “oportunidade”, “teoria” e “prático”. Com base nisso, foi feita uma análise das respostas e comparação com a teoria de base para este estudo, conforme segue.

Na entrevista realizada com os coordenadores de curso, foi possível inferir que a demanda de estudantes que realizam estágio não obrigatório é bastante grande nos três cursos em estudo; a maioria dos estudantes cursa as disciplinas que são pré-requisitos obrigatórios antes de realizar estágio (quando existem) e, em seguida, busca uma oportunidade de estagiar. Um dos coordenadores informou que a quantidade de estágios “*aumentou muito agora no período da pandemia*” e “*uma das vantagens que o ensino remoto propiciou pros alunos, de uma maneira em relação ao estágio, é que eles puderam fazer estágio na sua cidade*” (C1), devido à facilidade de a atividade ser realizada remotamente e à implantação do Sistema de Estágios, sendo uma forma de ampliar o conhecimento e também para suprir necessidades financeiras.

No que se refere ao significado do estágio não obrigatório, tanto os coordenadores de curso quanto os orientadores afirmam que, na sua essência, é uma maneira de conciliar a teoria com a prática. Além disso, a partir das atividades realizadas de fato pelos estagiários, percebem que é uma oportunidade de inserção profissional no momento em que trabalham em locais que tem relação com o curso, mas em funções em que não tem a oportunidade de colocar em prática a teoria da Universidade, que deveria ser a essência do estágio. Como um ponto positivo da inserção profissional, citaram a oportunidade que o estudante tem de conhecer como uma empresa funciona, saindo um pouco do mundo acadêmico em que está acostumado.

Percebe-se, na fala dos entrevistados, que o ideal do estágio seria aliar a teoria à prática, mas, mesmo isso não ocorrendo, o fato de o estudante conseguir “apenas” uma inserção no mercado de trabalho através do estágio é positivo. Para O2, o estágio envolve, além do conhecimento técnico, o desenvolvimento de habilidades pessoais, que também vai contribuir para sua formação como estudante e como profissional.

Sobre o papel da FURG na realização dos estágios não obrigatórios, os coordenadores de curso e orientadores têm opinião diversa; enquanto alguns pensam que é apenas o cadastro no Sistema, a maior parte acredita que a Universidade serve de intermediadora, tem a função da formação profissional e de fazer a primeira inserção dos estudantes no mercado de trabalho no preparo para sua futura profissão. Para C2, o papel da Universidade:

Eu acho que a FURG, ela tem um papel importante como uma instituição, que deve fazer essa regulamentação interna, de como funciona. De alguma forma, nos dá as diretrizes, por conta da lei dos estágios, senão a gente ficaria muito mais perdido ainda, mas eu considero que a FURG, ela teria muito mais o que fazer, que é bem na linha da proposta do teu trabalho. Ela poderia, como instituição, nos dar um suporte muito maior, não digo só aos professores e coordenadores, mas especialmente aos alunos nesse sentido, bem que tu

falasses, assim dessa Central. Enfim, de os alunos terem um local onde recorrer, para ser candidatar, pra saber de vagas. [...] Assim, eu acho que a Central, realmente, ela contribuiria muito pra todos os atores do processo.
(C2)

Em sua pesquisa, Machry (2014) também questionou os professores sobre o papel da instituição de ensino e obteve informações diversas, mas sempre apontando a importância da atuação da universidade nesse processo. Enquanto alguns professores citaram a atribuição de orientar os estudantes nas áreas de atuação da profissão e supervisionar e normatizar os estágios, outros citaram a importância de questões ligadas à “regulamentação, legislação e fiscalização”.

Diante dos dados analisados, percebe-se a relevância do estágio não obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, a importância da convivência dentro das organizações para sua experiência profissional e a conveniência do valor da bolsa para sua vida pessoal. Também foi possível depreender que, para todos os atores envolvidos, a orientação é uma fragilidade dentro do processo do estágio não obrigatório, visto que estudantes, coordenadores de curso, professores orientadores e supervisores de estágios nas empresas concordaram da carência nesse suporte.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

Com o intuito de viabilizar a construção da proposta de intervenção e associando a mesma ao objetivo da pesquisa, apresenta-se as recomendações de mudanças no Plano de Ação para a implementação da Central de Estágios da FURG e para sua institucionalização.

Mesmo não sendo o objetivo específico deste estudo, a fragilidade da orientação de estágio mostrou ser um ponto muito importante dentro do funcionamento do estágio não obrigatório que precisar ser otimizado. Quando perguntados o que gostariam de aprimorar no processo de estágio não obrigatório, os coordenadores de curso e orientadores de estágio citaram a orientação como sugestão de mudança, já que é preciso que seja “*feito todo um acompanhamento e esse acompanhamento não é feito*” (C3).

Nesse sentido, a sugestão de alteração diz respeito à participação efetiva dos orientadores no processo, não sendo apenas uma atividade burocrática, mas de envolvimento na atividade, de maneira que dê maior segurança ao estagiário quanto à realização de suas atividades. Como mencionado nas falas de C2 e O5, devem ocorrer reuniões periódicas, de caráter obrigatório, com o fim de avaliar a atuação e dirimir problemas que possam estar acontecendo.

A proposta da Central de Estágios elaborada pela PRAE prevê a existência de um núcleo administrativo, no qual serão viabilizadas todas as formalizações jurídicas necessárias para a prática, tanto para elaboração de Acordos de Cooperação e Termos de Compromisso de Estágio, quanto para elucidar dúvidas relativas aos processos de estágio. Essa tarefa, que é realizada atualmente pela CODAFE, passará a ser executada por esse núcleo, ao qual também competirá a operacionalização do Sistema de Estágios (que não existia quando foi elaborado o projeto da Central de Estágios), a operacionalização de um *site* ou aplicativo (a ser elaborado) e a execução dos demais procedimentos burocráticos exigidos pela legislação vigente. De acordo com C5, em relação a convergir as ações em uma Central de Estágios, “*nesse ponto a centralização da comunicação é importante, até para as organizações*”.

Também fazem parte da estrutura da Central de Estágios os “Servidores e parceiros”; nos servidores, se incluem Assistentes em Administração, Coordenadores e Orientadores de estágio dos cursos de graduação e, nas parcerias, é imprescindível a articulação dos Diretores das Unidades Acadêmicas, Coordenadores e Orientadores de estágios dos cursos de graduação e técnicos da FURG, com a Pró-Reitoria de Graduação, e com os responsáveis diretos e indiretos pelas empresas, organizações e demais cooperados. Assim, esta recomendação se dá no sentido de promover capacitação dos envolvidos na execução do estágio para que o acompanhamento seja efetivo e para que os alunos tenham a possibilidade de receber uma orientação profissional em suas Unidades Acadêmicas.

A relevância dessa orientação ocorre no sentido que, de acordo com C2, o curso “*tem vários eixos de atuação*” e, em geral, cada eixo tem um professor que é o líder da referida área. Assim, é importante orientar os responsáveis das Unidades Acadêmicas no sentido de promover a disseminação dessas informações dentro dos cursos, a fim de que os estudantes conheçam melhor e comecem a se aproximar das áreas de interesse. C5 ratifica esse entendimento afirmando que “*esse processo de distribuição de acordo com as áreas talvez seja interessante. Até para ter uma motivação maior do professor, o estagiário que está atuando naquela área, então a gente começa a conversar, discutir problemas comuns, seria interessante essa redistribuição*”.

Em vista disso, este estudo auxiliará na compreensão de como o estágio não obrigatório interfere na formação do estudante e sua inserção no mercado de trabalho, viabilizando formas de melhor conduzir as ações dentro do processo de estágio, na busca de facilitar o processo e promover uma prática que seja mais relevante e transformadora para o estudante e para os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 4Z28 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 04 jan. 2021.
- CARVALHO, W. I. P. de. **A importância do estágio não obrigatório na formação dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5974/1/WilderIPC_Monografia.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.
- FURG. SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS. **Deliberação nº 31/2016, de 15 de abril de 2016**. Dispõe sobre a regulamentação dos estágios curriculares dos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em conformidade com a Lei nº 11788/2008.
- LÔBO, E. D. C. **O estágio não-obrigatório na educação superior e suas relações com o mercado de trabalho dos acadêmicos de uma instituição de educação superior privada no Distrito Federal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7103>. Acesso em: 04 jan. 2021.
- MACHRY, M. **Estágio não obrigatório: Gestão de seu Acompanhamento no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional – UNISINOS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4001/Maric%20Machry.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- RAMOS, I. V. **Estágios curriculares: autonomia incontestada e protagonismo discente revelados**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3361/Inajara%20Vargas%20Ramos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jan. 2021.
- SALVIATI, M. E. Manual do aplicativo Iramuteq. 2017. Planaltina. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-mariaelisabeth-salviati>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- SILVA, C. S. C. da; TEIXEIRA, M. A. P. **Experiências de Estágio: Contribuições para a Transição Universidade-Trabalho**. 54. ed. Porto Alegre: Paidéia, 2013.
- TORRES, F. B. S.; SILVA, A. P. F.; FALK, J. A. Competências profissionais demandadas aos contadores: adequação das atividades desenvolvidas através do estágio. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 11, n. 20, p. 31-44, 2011.

ANEXOS

ANEXO A – PROPOSTA DA CENTRAL DE ESTÁGIOS DA FURG – CEFURG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E
FORMAÇÃO AMPLIADA DO ESTUDANTE - CoDAFE
Av. Itália, Km 8 Cep. 96201-900-Fone (53)32336827/32336930
Email: codafe@furg.br



PROPOSTA DE CRIAÇÃO: CENTRAL DE ESTÁGIOS CEFURG

PRAE/DIDES/CoDAFE

**RIO GRANDE – RS
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E
FORMAÇÃO AMPLIADA DO ESTUDANTE - CoDAFE
Av. Itália, Km 8 Cep. 96201-900 - Fone (53)32336930/32336827
Email: codafe@furg.br



LISTA DE SIGLAS

CEFURG	Central FURG de Estágios e Bolsas
CODAFE	Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante
DIDES	Diretoria de Desenvolvimento do Estudante
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PDE	Programa de Desenvolvimento do Estudante
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
TCE	Termo de Compromisso de Estágio

SUMÁRIO

	Lista de Siglas.....	01
	SUMÁRIO.....	02
1.	INTRODUÇÃO.....	03
1.1	Estágios e Convênios.....	04
2	CRIAÇÃO DA CENTRAL FURG DE ESTÁGIOS - CEFURG.....	06
2.1	Objetivo Geral da Central FURG.....	07
2.2	Núcleo Administrativo.....	07
3.	ESTRUTURA	09
3.1	Estrutura Física.....	09
3.2	Servidores e Parceiros.....	09
4	CRIAÇÃO DO SITE DA CEFURG.....	10
4.1	Ampliação e Inovação dos Procedimentos.....	10
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11

CENTRAL DE ESTÁGIOS- CEFURG

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Criação da Central de Estágios da FURG - CEFURG, nasce a partir da perspectiva de Atenção Integral ao Estudante no que pretende consolidar as Políticas de Estágios. Tem como iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PRAE concentrar e contemplar todos os processos de estágios, além das parcerias e convênios oriundos destes.

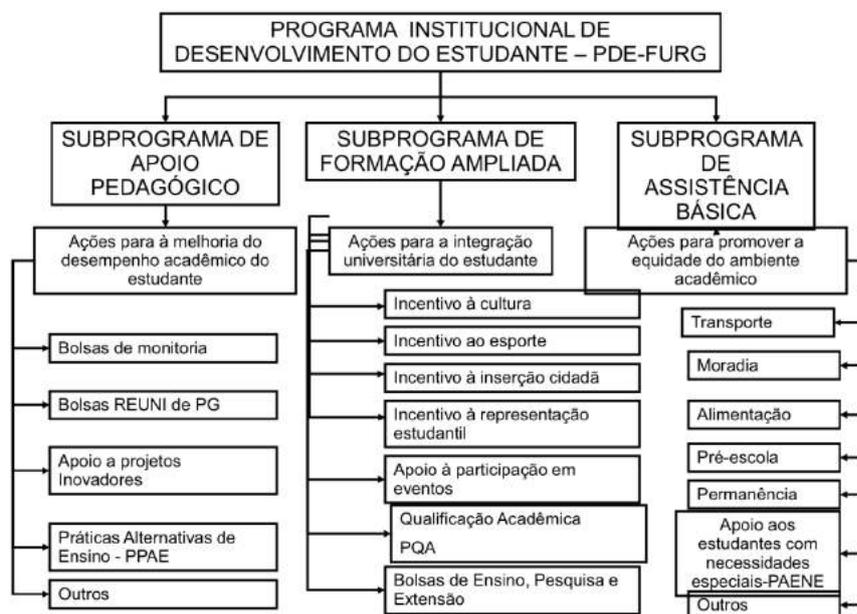
A CEFURG tem como finalidade estabelecer normas, critérios e diretrizes a serem seguidas para organizar, supervisionar, e acompanhar as práticas de estágios conforme a Lei Nº 11788/2008, de 25 de setembro de 2008. Atualmente, este trabalho é desenvolvido na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) criou em 2013, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento do Estudante (DIDES), a Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante (CODAFE) buscando atender à proposição, implementação, coordenação, supervisão e avaliação das políticas de concessões de bolsas, auxílios e demais acesso às ações de Assistência Básica e Formação Ampliada do Estudante. Na ocasião, também ficou sobre a responsabilidade da CODAFE o setor de Estágios e Convênios da Universidade.

O setor de estágios atualmente realiza Acordos de Cooperação com empresas e/ou instituições; conferi as documentações relativas a termo de compromisso de estágio, planos de atividades e relatórios, enviados pelos coordenadores de curso das diversas Unidades Acadêmicas da FURG. Nesse viés, em relação aos estágios e convênios, caminhamos para que nosso compromisso seja com a discussão e elaboração/estabelecimento de diretrizes gerais de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, orientação na inserção dos estudantes nos campos de estágio e a realização dos convênios e parcerias com outras entidades. De modo que possamos concentrar todas as políticas e ações dos processos de Estágios de Graduação na CEFURG.

Atualmente a Universidade Federal do Rio Grande –FURG dispõe sobre o Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante –PDE, que visa

promover o desenvolvimento pleno do estudante universitário regularmente matriculado na FURG, em Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação, contemplando o apoio pedagógico, a formação ampliada e a assistência básica. Conforme segue a estrutura abaixo, o PDE divide-se em três Subprogramas essenciais: Subprograma de Apoio Pedagógico, Subprograma de Formação Ampliada e Subprograma de Assistência Básica. A CODAFE se inclui nos três subprogramas:



1.1 Os Estágios e Convênios

O Estágio é um componente curricular do processo de formação profissional integrante das dimensões do ensino, pesquisa e extensão e produz-se na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. É constituído pelas atividades que um discente realiza junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou na comunidade em geral, durante as quais são colocados em prática, ampliados e ou revistos os conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação. Tem a finalidade de articular teoria e prática, de forma sistemática e orientada, tendo

como objetivo básico sua capacitação profissional diante de situações reais, sob a responsabilidade e orientação da instituição de ensino.

Sua concepção deve superar a tradicional visão que reduz a atividade às perspectivas da prática instrumental e do criticismo. Pimenta e Gonçalves (1990) consideram que a finalidade do estágio é a de propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. Os autores afirmam que o estágio deve caminhar para a reflexão, a partir *da* realidade. Pimenta (1994) conclui que o estágio não deve ser entendido como mera atividade prática, mas como atividade teórica, instrumentalizadora da *práxis*, entendendo esta última como atividade de *transformação da realidade*. Assim, para além da instrumentalização técnica, o estagiário tornar-se-á um profissional reflexivo, pensante, que se entende num determinado espaço e num certo tempo histórico, capaz de vislumbrar o caráter coletivo e social da sua profissão (cf. Lima, 2001).

O Estágio deve ter sempre um caráter curricular e pode ser classificado como obrigatório e não obrigatório, conforme determinação do Projeto Pedagógico do Curso. Com base na Nova Lei do Estágio, nº 11.788/08:

- Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
- Estágio Não Obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Ainda com base na Nova Lei, hoje o principal avanço é considerar estágio ato educativo supervisionado, onde o estudante conta com supervisão de um profissional da área (quando no ensino superior ou técnico), estabelece uma carga horária compatível com sua atividade escolar e as instituições de ensino ganham atribuições. As instituições se constituem como parceiras dos estudantes na avaliação da atividade desempenhada e orientada pedagogicamente.

Desta forma, podemos destacar como alguns objetivos do estágio: integrar os processos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento de aprendizagens; aprimorar e ampliar hábitos e atitudes profissionais; Inserir o estudante no contexto do universo profissional e da realidade do mundo do trabalho; Agregar valores ao processo de avaliação institucional, a partir das

pesquisas e dos resultados; ser um instrumento pedagógico que contribua para a superação da dicotomia teoria e prática.

Atualmente a FURG através do setor de estágios da CODAFE, firma Acordos de Cooperação com empresas, instituições, organizações, etc, que viabilizam a realização de estágios por acadêmicos dos diversos cursos de graduação da Universidade.

Diante do desafio de qualificar e aprimorar as ações já existentes de assistência básica e de formação acadêmico-profissional do/a estudante, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis propõe a Criação da Central FURG de Estágios – CEFURG, no âmbito da Coordenação de Desenvolvimento Acadêmico e Formação Ampliada do Estudante – CODAFE/DIDES. Nosso objetivo vem ao encontro da missão de nossa Instituição de Ensino, que é a excelência da educação e a busca permanente de incentivo a formação de pessoas qualificadas, com visão crítica, atitude inovadora e propriedade sobre sua importância no desenvolvimento socioeconômico da nação, contemplando a formação profissional no todo, despertando suas vocações tanto para a extensão quanto para o ensino e a pesquisa, estimulando a convivência social, minimizando a evasão e a retenção e propiciando a troca de saberes.

2. CRIAÇÃO DA CENTRAL FURG DE ESTÁGIOS - CEFURG

A criação da Central de Estágios tem por objetivo aprimorar as práticas administrativas, estreitar e facilitar as relações da Universidade junto às unidades concedentes de estágio e principalmente, possibilitar aos estudantes a complementação da formação, no ensino e na aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas em qualquer área de conhecimento e de atuação no mundo do trabalho. Tem o propósito de orientar estudantes, empresas, instituições, profissionais autônomos, agentes de integração quanto à prática-pedagógica dos estágios articulando as necessidades de cada área à Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, e à Política Acadêmica da Universidade e demais diretrizes institucionais.

O intuito é que através da Central de Estágio, sejam realizados convênios de estágio, captação de vagas nas empresas e divulgação aos alunos. Podem ser oferecidas vagas para **Estágios Obrigatórios**, cuja carga

horária poderá ser aceita para as horas exigidas na formação acadêmica do aluno, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso, ou ainda para **Estágio Não Obrigatório**.

2.1 Objetivo Geral da Central FURG

Dinamizar os estágios curriculares, obrigatórios e não-obrigatórios da graduação, visando a implementação da política elaborada pelas unidades acadêmicas e a Pró-Reitoria de Graduação viabilizando a integração entre a Universidade, os/as estudantes e o mundo do trabalho formal.

Para ampliar as ações já desenvolvidas e consolidar os objetivos já apresentados para a CEFURG, sua estrutura obedecerá:

2.2 Núcleo Administrativo

O Núcleo Administrativo visa à administração de todos os processos burocráticos, técnicos e legais referentes ao estágio.

O Núcleo viabilizará todas as formalizações jurídicas necessárias, tanto para elaboração dos Acordos de Cooperação e Termos de Compromisso de Estágio, quanto para dirimir quaisquer dúvidas relativas aos processos de estágio.

Através da criação do site da Central de Estágio serão cadastradas as Instituições Parceiras que desejam ofertar vagas de estágios, bem como, todos os procedimentos burocráticos exigidos pela legislação vigente para a realização dos estágios.

Ficará a cargo do referido Núcleo a operacionalização do Sistema on-line da Central FURG de Estágios, onde serão cadastradas as instituições parceiras que desejam ofertar vagas, bem como todos os procedimentos burocráticos exigidos pela legislação vigente.

Desta forma, no Núcleo serão operacionalizadas as seguintes ações:

Acordo de Cooperação:

Para a celebração de convênios as instituições parceiras deverão preencher a ficha de cadastro e solicitação. Caso o modelo seja da Concedente o mesmo será enviado para avaliação jurídica da Procuradoria

Federal e também os documentos que comprovem a existência da empresa e situação fiscal.

Posteriormente, a Prae deverá avaliar a solicitação, gerar processo e enviar para a Procuradoria Federal, se for necessário, para finalmente gerar o Acordo e encaminhar a Concedente para assinatura.

Cadastro do Estudante (Currículo):

Os estudantes da FURG interessados em realizar estágios deverão se cadastrar no site da Central, preenchendo seus dados pessoais, endereço e dados relativos a sua formação. Após tal cadastro o aluno receberá uma senha para poder se candidatar as vagas ofertadas no sistema.

Divulgação das Vagas:

Quando as Concedentes cadastrarem vagas de estágios (obrigatórios ou não) no site da central, haverá uma guia de oferta de vagas pelas Concedentes com acesso livre aos alunos.

Após a divulgação das vagas, dependendo da urgência da concedente, decorre-se um período para inscrição de currículo do interessado ao estágio, via site da Central.

Documentação para Estágios:

Todos os estagiários deverão providenciar, via site da Central, os seguintes documentos:

- Plano de Atividades: deverá ser elaborado em acordo com as três partes (educando, parte concedente, instituição de ensino), descrevendo as atividades a serem realizadas pelo aluno, bem como a indicação do Supervisor (concedente) e Orientador (FURG).
- Termo de Compromisso de Estágio – TCE: no site da Central estarão disponíveis os modelos de TCE utilizados pela FURG para estágios obrigatórios e não-obrigatórios, bem como, Termo de Rescisão e de Prorrogação de Contrato. O aluno selecionará o modelo do TCE de acordo com a modalidade do estágio e então deverá escolher a concedente e preencher os dados solicitados no documento (vigência, apólice, valor de remuneração e vale-transporte). Quando o modelo a ser utilizado não for o da FURG a empresa deverá enviar a Minuta do documento para avaliação jurídica da Procuradoria Federal.

Após o aluno preencher o plano de atividades e TCE, os mesmos ficarão aptos para a avaliação e parecer da Coordenação do Curso e da Unidade Acadêmica. Tal aprovação se dará pelo formulário de encaminhamento do TCE, Aditivo e Rescisão.

Depois de assinados por todas as partes, uma via vai para os arquivos da Central de Estágios/PRAE, e as outras duas serão uma do aluno e outra do concedente.

- Formulário de Encaminhamento do TCE, Aditivo e Rescisão: deverá anexar o formulário juntamente com a documentação acima e entregar na Coordenação do Curso para assinatura e aprovação do estágio.

3. ESTRUTURA

3.1 Estrutura Física

A Estrutura da Central de Estágios deve estar assim constituída: 01 sala para Coordenação; 01 sala para Estágio/Convênio; 1 Recepção.

Entendendo a missão de nossa Instituição de Ensino, que é a excelência da educação, a central de estágios auxiliaria o acadêmico da FURG a inserir-se no mercado de trabalho, de forma a contemplar a formação profissional no todo, despertando suas vocações tanto para a extensão quanto para o ensino e a pesquisa, estimulando a convivência social, minimizando a evasão e a retenção e propiciando a troca de saberes.

A central estará dividida entre: oportunidades de estágios "OBRIGATÓRIOS", também chamados de curriculares; e de estágios "NÃO OBRIGATÓRIOS".

3.2 Servidores e parceiros

A Estrutura da Central de Estágios deve estar assim constituída: 01 Coordenador, 01 Assistente Administrativo, além de Coordenadores e Orientadores dos estágios dos cursos de graduação e estagiários.

Quanto às parcerias, é fundamental a articulação com os Diretores das Unidades Acadêmicas, os Coordenadores e Orientadores dos estágios dos cursos de graduação e técnicos da FURG, com a Pró-Reitoria de Graduação, e

com os responsáveis diretos e indiretos pela empresas, organizações e demais cooperados.

4. CRIAÇÃO DO SITE DA CEFURG

Em virtude da ampla demanda de ações realizadas pela coordenação, é imprescindível a criação do site para a Central FURG de estágios, que possibilitará uma maior agilidade e visibilidade aos procedimentos relativos ao setor, aos estágios e aos convênios. Desta forma, deverão constar as seguintes informações, que darão a integralidade dos atendimentos realizados:

Conhecendo a Universidade: apresentação da Universidade (história, filosofia, objetivos, estatuto, regimento e localização); estrutura da Universidade, curso e eixos de formação;

Conhecendo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE: pequeno histórico da Pró-Reitoria e link para o site (www.prae.furg.br);

Conhecendo a CODAFE e a CEFURG: resumo das atividades da CODAFE e informações sobre a criação e as atividades da CEFURG;

Documentação para Estágio: modelo dos documentos necessários para a realização do estágio (plano de atividades, Termo de Compromisso de Estágio, Formulário de encaminhamento e Termo Aditivo);

Legislação: documentos que regulamento o estágio (Lei 11.788/2008, Deliberação nº031/2016 e Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016);

Oferta de Vagas de Estágio: pesquisa de vagas, detalhes da vaga e cadastro de vagas (concedente);

Sou Estudante/procuro estágio: cadastro do estudante (currículo);

Sou Empresa/Instituição Parceira: cadastro de ofertas de vagas por áreas de atuação;

Notícias: informes atuais sobre eventos na Universidade, sobre palestras, fóruns e atividades relacionadas ao mundo do trabalho.

4.1 Ampliação e Inovação dos procedimentos

Com a criação de um site, e de um sistema de cadastro de estágios/estagiários e concedentes, como visto anteriormente, a CEFURG poderá viabilizar formas mais efetivas de realização de contatos com as empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG, através de suas Pró-Reitorias e Unidades Acadêmicas desenvolve constantemente alternativas de combate a evasão e retenção na Universidade. Além disso, busca permanentemente uma educação de qualidade e a construção do perfil acadêmico/profissional do estudante, que se quer crítico, criativo, propositivo, investigativo e comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional da Universidade. Em virtude destas questões, e tendo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis o compromisso da permanência qualificada dos estudantes nos seus referidos cursos de Graduação é que buscamos a implementação da Central FURG de Estágios. Visando, dentre outros aspectos, a concretização das políticas Públicas de Acesso e Permanência do estudante, por meio do PNAES, e o seu sucesso no processo educativo/acadêmico/profissional e de formação continuada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Projeto Pedagógico Institucional, 2011.

GONÇALVES, C. L e PIMENTA, S.G. Revendo o ensino de 2º Grau, propondo a formação do professor. São Paulo: Cortez, 1990.

PIMENTA, Selma G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, M. S. L. (org.) A Hora da Prática. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

ANEXO B – FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, TERMO ADITIVO E RESCISÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, TERMO ADITIVO E RESCISÃO

1. DADOS DO ESTUDANTE

Nome: _____ Matrícula: _____
 Curso: _____ Ano/Semestre: _____
 Licenciatura Bacharelado Tecnólogo EAD/UAB
 Endereço: _____ Fone: _____
 E-mail: _____

2. DADOS DO CONCEDENTE

Instituição Concedente: _____ Cidade/UF _____
 Representante legal da Concedente: _____ Cargo: _____
 Fone: _____ E-mail: _____

3. COORDENAÇÃO DE CURSO

Recebido em: ____/____/____ Encaminhado em: ____/____/____
 Estágio Obrigatório Estágio não-obrigatório

Parecer está:
 De Acordo com o PPC
 Não está de Acordo com o PPC

Coordenador de Curso
 (com carimbo)

OBS: _____

4. UNIDADE ACADÊMICA

Recebido em: ____/____/____ Encaminhado em: ____/____/____
 Nome do Professor orientador:

Diretor da Unidade
 (com carimbo)

5. DOCUMENTOS ANEXOS

Termo de Compromisso Plano de Trabalho Termo Aditivo Rescisão

6. PRAE

Recebido em: ____/____/____ Encaminhado em: ____/____/____
 _____ Assinatura _____ Assinatura

OBS ao Estudante: Anexar 1 via do Formulário de Encaminhamento (devidamente preenchido até o campo 2); 3 vias do Plano de Estágio e 3 vias do Termo de Compromisso de Estágio. Após, o acadêmico deverá entregar a documentação na coordenação de curso para análise e parecer.

ANEXO C – PLANO DE TRABALHO DO ESTÁGIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

PLANO DE TRABALHO DO ESTÁGIO

() ESTÁGIO OBRIGATÓRIO () ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

01. Nome do(a) estudante:
02. Nome do supervisor de estágio na unidade concedente:
03. Formação profissional e cargo do supervisor:
04. Ramo de atividade da Parte Concedente:
05. Área de atividade do(a) estagiário(a):
06. Nome do professor orientador da instituição de ensino:.....
07. Cargo e função do professor orientador:
08. Atividades a serem desenvolvidas:

Estudante
 (assinatura)

Supervisor de estágio na parte concedente
 (assinatura e carimbo)

Professor Orientador -FURG
 (assinatura e carimbo)

OBS: Anexar 3 (três) vias ao Termo de Compromisso de Estágio.

ANEXO D – TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, Instituição Federal de Ensino Superior, integrante da Administração Pública Federal, localizada na Av. Itália, km 08, CEP 96203-900, Rio Grande – RS, inscrita no CNPJ sob nº 94.877.586/0001-10, a seguir designada “INSTITUIÇÃO DE ENSINO”, representada pela Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Sra. Daiane Teixeira Gautério, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, por delegação de competência, expressa no Ato Executivo nº 020/2005, de 24 de maio de 2005, e o(a) _____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro: _____, na cidade de _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____ / _____ - _____, neste ato representado(a) por seu/sua Sr(a) _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, portador do RG nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____ - _____, a seguir denominado(a) **CONCEDENTE**, e o(a)

ESTUDANTE _____, matriculado no Curso _____, sob o número de Matrícula _____, residente e domiciliado na cidade de _____, portador do RG nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____ - _____, a seguir designado ESTAGIÁRIO(A), em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, e a Orientação Normativa nº 02, de 24 de Junho de 2016, da Secretaria de Gestão De Pessoas e Relações Do Trabalho No Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem entre si, certo e ajustado as seguintes cláusulas e condições que regerão o presente “TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO”.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto desse TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO o estabelecimento do acordo tripartite entre INSTITUIÇÃO DE ENSINO, CONCEDENTE e ESTAGIÁRIO(A) para a realização do Estágio Obrigatório no setor _____, de ____/____/____ a ____/____/____.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ATIVIDADES

As atividades a serem desenvolvidas pelo(a) ESTAGIÁRIO(A) durante o estágio, objeto do presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, constarão no **Plano de Trabalho** do estágio, em anexo, apresentado pelo ESTAGIÁRIO(A) à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com observância das formalidades por esta estabelecidas e da programação curricular pela mesma programada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA JORNADA E DAS AVALIAÇÕES PERIÓDICAS

Fica estabelecido entre a CONCEDENTE e o(a) ESTAGIÁRIO(A) que:

- a) As atividades de estágio serão desenvolvidas em horário compatível com as atividades acadêmicas e com o horário de expediente da CONCEDENTE. No horário de estágio:

Dia da semana	Horário de Entrada	Intervalo	Horário de Saída	Total de horas diárias
Segunda				
Terça				
Quarta				
Quinta				
Sexta				
Sábado				
Total da Carga Horária Semanal				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

- b) Durante o período de avaliações periódicas, prévia e formalmente comunicado a CONCEDENTE pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a carga horária será reduzida pelo menos à metade.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

No desenvolvimento do estágio ora ajustado, fica a CONCEDENTE obrigada a:

- a) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO(A) atividades de aprendizagem social, profissional e cultural compatíveis com sua formação curricular programada;
- b) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO(A) condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
- c) Indicar um Supervisor de Estágio, de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do(a) ESTAGIÁRIO(A), para orientar e supervisionar as atividades realizadas. Os dados de identificação do Supervisor de Estágio deverão constar no Plano de Trabalho do Estágio;
- d) Encaminhar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com periodicidade semestral, relatório de atividades elaborado pelo Supervisor de Estágio, do qual se dará prévia ciência ao ESTAGIÁRIO(A);
- e) Entregar ao ESTAGIÁRIO(A) e encaminhar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, por ocasião do encerramento do estágio, TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

No desenvolvimento do estágio, ora ajustado, o(a) ESTAGIÁRIO(A) deverá:

- a) Cumprir com todo o empenho e interesse a programação estabelecida para seu estágio;
- b) Observar as diretrizes e normas internas da CONCEDENTE, bem como os dispositivos legais aplicáveis ao estágio;
- c) Comunicar a CONCEDENTE e à INSTITUIÇÃO DE ENSINO qualquer fato relevante que diga respeito ao estágio, bem como noticiar a CONCEDENTE, por escrito, qualquer circunstância ou motivo que o impeça de cumprir o presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO na forma aqui pactuada;
- d) Elaborar e entregar ao Supervisor de Estágio relatório com periodicidade _____ das atividades realizadas;
- e) Elaborar e entregar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO relatório de atividades em prazo não superior a 6 (seis) meses;
- f) Manter matrícula e frequência regular junto à INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

No desenvolvimento do estágio, ora ajustado, a INSTITUIÇÃO DE ENSINO deverá:

- a) Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- b) Indicar Professor(a) Orientador(a), da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do(a) ESTAGIÁRIO(A). Os dados de identificação do(a) Professor(a) Orientador(a) deverão constar no Plano de Trabalho do Estágio;
- c) Exigir do(a) ESTAGIÁRIO(A) a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- d) A INSTITUIÇÃO DE ENSINO manterá, em benefício do(a) ESTAGIÁRIO(A), seguro de acidentes pessoais, Apólice 02.0982.001.2925, MBM Seguradora S.A.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

CLÁUSULA SÉTIMA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O presente estágio, ora formalizado nos termos da legislação específica, não acarretará entre a **CONCEDENTE** e o(a) **ESTAGIÁRIO(A)** relação de emprego, nos termos da legislação trabalhista vigente.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão automática da vigência deste **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**:

- a) A conclusão ou abandono do curso pelo(a) **ESTAGIÁRIO(A)**, bem como qualquer outro fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula junto à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**;
- b) O não cumprimento do convencionado neste **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

Para a resolução de eventuais controvérsias que surjam em torno do presente **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, INSTITUIÇÃO DE ENSINO, CONCEDENTE e ESTAGIÁRIO(A)** elegem, de comum acordo, o Foro da Justiça Federal Comarca de Rio Grande, renunciando, desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio Grande, _____ de _____ de 20__.

 Representante da **CONCEDENTE**

(com carimbo)

ESTAGIÁRIO(A)

 Representante da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, Instituição Federal de Ensino Superior, integrante da Administração Pública Federal, localizada na Av. Itália, km 08, CEP 96203-900, Rio Grande – RS, inscrita no CNPJ sob nº 94.877.586/0001-10, a seguir designada “INSTITUIÇÃO DE ENSINO”, representada pela Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Sra. Daiane Teixeira Gautério, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, por delegação de competência, expressa no Ato Executivo nº 020/2005, de 24 de maio de 2005, e o(a) _____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____,

Bairro _____, na cidade de _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____ / _____, neste ato representado(a) por seu/sua _____, Sr(a) _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, portador(a) do RG nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, a seguir denominado(a) **CONCEDENTE**, e o(a)

ESTUDANTE

_____ matriculado no Curso _____, sob o número de Matrícula _____, residente e domiciliado na cidade de _____, portador do RG nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, a seguir designado **ESTAGIÁRIO(A)**, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, e a Orientação Normativa nº 02, de 24 de Junho de 2016, da Secretaria de Gestão De Pessoas e Relações Do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem entre si, certo e ajustado as seguintes cláusulas e condições que regerão o presente “TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO”.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto desse TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO o estabelecimento do acordo tripartite entre INSTITUIÇÃO DE ENSINO, CONCEDENTE e ESTAGIÁRIO(A) para a realização do Estágio Não Obrigatório no setor _____ de ____/____/____ a ____/____/____, com prazo máximo de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário(a) com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ATIVIDADES
 As atividades a serem desenvolvidas pelo(a) ESTAGIÁRIO(A) durante o estágio, constarão no **Plano de Trabalho do estágio, em anexo**, apresentado pelo ESTAGIÁRIO(A) à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com observância das formalidades por esta estabelecidas e da programação curricular pela mesma programada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA JORNADA E DAS AVALIAÇÕES PERIÓDICAS

Fica estabelecido entre a CONCEDENTE e o(a) ESTAGIÁRIO(A) que:

- a) As atividades de estágio serão desenvolvidas em horário compatível com as atividades acadêmicas e com o horário de expediente da CONCEDENTE. No horário de estágio:

Dia da semana	Horário de Entrada	Intervalo	Horário de Saída	Total de horas Diárias
Segunda				
Terça				
Quarta				
Quinta				
Sexta				
Sábado				
Total da Carga Horária Semanal				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

- b) Durante o período de avaliações periódicas, prévia e formalmente comunicado a CONCEDENTE pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a carga horária será reduzida pelo menos à metade.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Repassar, a título de Bolsa-Estágio, ao ESTAGIÁRIO(A) o valor de R\$ _____, bem como _____ passagens urbanas para deslocamento.

Parágrafo Primeiro: No desenvolvimento do estágio ora ajustado, fica, ainda, a **CONCEDENTE** obrigada a:

- a) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO(A) atividades de aprendizagem social, profissional e cultural compatíveis com sua formação curricular programada;
- b) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO(A) condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
- c) Indicar um Supervisor de Estágio, de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do(a) ESTAGIÁRIO(A), para orientar e supervisionar as atividades realizadas. Os dados de identificação do Supervisor de Estágio deverão constar no Plano de Trabalho do Estágio;
- d) Encaminhar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com periodicidade semestral, relatório de atividades elaborado pelo Supervisor de Estágio, do qual se dará prévia ciência ao ESTAGIÁRIO(A);
- e) Entregar ao ESTAGIÁRIO(A) e encaminhar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, por ocasião do encerramento do estágio, TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

Parágrafo Segundo: A CONCEDENTE manterá em benefício do(a) ESTAGIÁRIO(A), seguro de acidentes pessoais, **Apólice n.º** _____, **Companhia de Seguro:** _____

Parágrafo Terceiro: Dentro do período de 12 (doze) meses de estágio, o(a) ESTAGIÁRIO(A) fará jus a um período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, que poderá ser concedido em período contínuo ou fracionado. O recesso será concedido, preferencialmente, durante o período de férias escolares e de forma proporcional em contratos com duração inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

No desenvolvimento do estágio, ora ajustado, o(a) **ESTAGIÁRIO(A)** deverá:

- a) Cumprir com todo o empenho e interesse a programação estabelecida para seu estágio;
- b) Observar as diretrizes e normas internas da CONCEDENTE, bem como os dispositivos legais aplicáveis ao estágio;
- c) Comunicar a CONCEDENTE e à INSTITUIÇÃO DE ENSINO qualquer fato relevante que diga respeito ao estágio, bem como noticiar a CONCEDENTE, por escrito, qualquer circunstância ou motivo que o impeça de cumprir o presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO na forma aqui pactuada;
- d) Elaborar e entregar ao Supervisor de Estágio relatório com periodicidade _____ das atividades realizadas;
- e) Elaborar e entregar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO relatório de atividades em prazo não superior a 6 (seis) meses;
- f) Manter matrícula e frequência regular junto à INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

No desenvolvimento do estágio, ora ajustado, a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** deverá:

- a) Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

- b) Indicar Professor(a) Orientador(a), da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do(a) ESTAGIÁRIO(A). Os dados de identificação do(a) Professor(a) Orientador(a) deverão constar no Plano de Trabalho do Estágio;
- c) Exigir do(a) ESTAGIÁRIO(A) a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá por conta de dotação orçamentária da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA OITAVA: DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O presente estágio, ora formalizado nos termos da legislação específica, não acarretará entre a **CONCEDENTE** e o(a) **ESTAGIÁRIO(A)** relação de emprego, nos termos da legislação trabalhista vigente.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão automática da vigência deste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO:

- a) A conclusão ou abandono do curso pelo(a) **ESTAGIÁRIO(A)**, bem como qualquer outro fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula junto à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**;
- b) O não cumprimento do convencionado neste TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para a resolução de eventuais controvérsias que surjam em torno do presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, **CONCEDENTE** e **ESTAGIÁRIO(A)** elegem, de comum acordo, o Foro da Justiça Federal Comarca de Rio Grande, renunciando, desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio Grande, _____ de _____ de 20__.

 Representante da **CONCEDENTE**

(com carimbo)

ESTAGIÁRIO (A)

 Representante da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**